

**PENELOPE MIEKO ALVES KAMADA**

**EDUCAÇÃO BÁSICA PARA O ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A  
MULHER: POSSIBILIDADES PARA O ENSINO DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA  
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**

**JOÃO PESSOA  
2024**

PENELOPE MIEKO ALVES KAMADA

**EDUCAÇÃO BÁSICA PARA O ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A  
MULHER: POSSIBILIDADES PARA O ENSINO DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA**

Trabalho Acadêmico de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Ciências Biológicas,  
como requisito parcial à obtenção do grau de  
Licenciado em Ciências Biológicas da  
Universidade Federal da Paraíba.

Professora Orientadora:  
**Prof<sup>ª</sup> Dra. Edna Gusmão de Góes Brennand**

**JOÃO PESSOA**

2024

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

K15e Kamada, Penelope Mieko Alves.  
Educação básica para o enfrentamento à violência  
contra a mulher : possibilidades para o ensino de  
ciências e biologia / Penelope Mieko Alves Kamada. -  
João Pessoa, 2024.  
98 p. : il.

Orientação: Edna Gusmão de Góes Brennand.  
TCC (Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas)  
- UFPB/CCEN.

1. Educação básica. 2. Abordagens pedagógicas. 3.  
Saúde pública. 4. Violência contra a mulher. I.  
Brennand, Edna Gusmão de Góes. II. Título.

UFPB/CCEN

CDU 57(043.2)

**PENELOPE MIEKO ALVES KAMADA**

**EDUCAÇÃO BÁSICA PARA O ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A  
MULHER: POSSIBILIDADES PARA O ENSINO DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA**

Trabalho Acadêmico de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Ciências Biológicas,  
como requisito parcial à obtenção do grau de  
Licenciado em Ciências Biológicas da  
Universidade Federal da Paraíba.

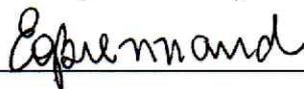
Data: 01 de Novembro de 2024.

Resultado: Aprovada.

**BANCA EXAMINADORA:**

Profa. Dra. Edna Gusmão de Góes Brennand, Universidade Federal da Paraíba.

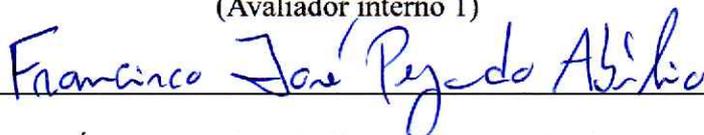
(Orientadora)



---

Prof. Dr. Francisco José Pegado Abílio, Universidade Federal da Paraíba.

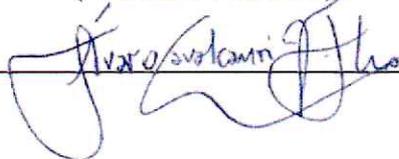
(Avaliador interno 1)



---

Prof. Dr. Álvaro Cavalcanti Filho, Instituto Federal da Paraíba.

(Avaliador interno 2)



---

*Dedico esse trabalho a todas as mulheres que contribuíram e contribuem na minha constante formação enquanto sujeito e na busca pessoal do “ikigai” (propósito de vida). Em especial, dedico a minha mãe Joelma e minhas irmãs, Samária e Sunamita.*

## RESUMO

A educação escolar desempenha papel fundamental na formação integral dos indivíduos, atuando como importante ferramenta na construção do ser social, abrangendo o desenvolvimento pessoal, consciência cidadã e capacitação para o trabalho. A aprendizagem sobre o Tema Transversal Saúde é frequentemente abordada nas disciplinas de Ciências e Biologia, no ensino básico, e pode proporcionar o aprendizado do autocuidado e desenvolver a capacidade de reconhecer e criar soluções frente aos desafios sociais contemporâneos vivenciados. Um dos problemas sociais emergentes na humanidade é a violência, caracterizada por um fenômeno complexo e de caráter polissêmico, que está enraizada em normas sociais e culturais e perpetua a desigualdade e a discriminação. O aumento de casos da categoria violência contra a mulher aponta a necessidade de desenvolver ações que atuem na prevenção e enfrentamento ao problema. Nesse contexto, o ensino básico, pode proporcionar o aprendizado sobre os conhecimentos conceituais e contextos sociohistóricos e culturais da violência exercida contra a mulher, possibilitando a capacitação para o reconhecimento, prevenção, enfrentamento e combate. O presente estudo tem como objetivo investigar se estão inseridas, na educação básica, abordagens pedagógicas que atuem para o enfrentamento à violência contra a mulher. A pesquisa é uma documentação indireta, de abordagem qualitativa com modelo de análise baseado em categorias. Foram analisados 12 trabalhos selecionados nos bancos de dados: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, Scielo e Google Acadêmico. Os resultados apontaram a utilização de diferentes abordagens pedagógicas, sendo elas: Debates, discussão, rodas de diálogo; Atividade de interpretação com diferentes gêneros textuais (jornalísticos, contos e cordéis); cartazes; palestras; análise de músicas; vídeos e documentário; produção textual e redação; aulas expositivas; cartilha; apresentações artísticas; e análise de gráficos e dados estatísticos. Estiveram presentes nas modalidades de ensino fundamental, anos finais, ensino médio e educação para jovens e adultos, sendo mais expressivo no ensino médio. As abordagens pedagógicas nos trabalhos selecionados foram desenvolvidas nas disciplinas de História, Filosofia, Matemática, Sociologia, Língua Portuguesa e Interdisciplinar. Com a presente pesquisa foi possível identificar que há um número limitado de estudos que apresentam abordagens pedagógicas sobre violência contra a mulher, aplicadas na educação básica, não encontrando nenhum na disciplina de Ciências e Biologia.

**Palavras-chave:** educação básica; abordagens pedagógicas; saúde pública; violência contra a mulher.

## ABSTRACT

School education plays a fundamental role in the integral formation of individuals, acting as an important tool in the construction of the social being, encompassing personal development, civic awareness and training for work. Learning about the Transversal Theme of Health is frequently covered in Science and Biology subjects, in basic education, and can provide learning about self-care and develop the ability to recognize and create solutions in the face of contemporary social challenges experienced. One of the emerging social problems in humanity is violence, characterized by a complex and polysemic phenomenon, which is rooted in social and cultural norms and perpetuates inequality and discrimination. The increase in cases of violence against women highlights the need to develop actions to prevent and combat the problem. In this context, basic education can provide learning about conceptual knowledge and socio-historical and cultural contexts of violence against women, enabling training for recognition, prevention, confrontation and combat. The present study aims to investigate whether pedagogical approaches that act to combat violence against women, are included in basic education. The research is an indirect documentation, with a qualitative approach with an analysis model based on categories. 12 works were selected from the databases: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, Scielo and Google Scholar. The results showed the use of different pedagogical approaches, namely: debates, discussion, dialogue circles; interpretation activity with different textual genres (journalistic, short stories and strings); posters; lectures; music analysis; videos and documentaries; textual production and writing; expository classes; primer; artistic presentations; and analysis of graphs and statistical data. They were present in primary education, final years, secondary education and education for young people and adults, being more significant in secondary education. The pedagogical approaches in the selected works were developed in the disciplines of history, philosophy, mathematics, sociology, Portuguese language and interdisciplinary. With this research it was possible to identify that there are a limited number of studies that present pedagogical approaches on violence against women, applied in basic education, not finding any in the Science and Biology discipline.

**Keywords:** basic education; pedagogical approaches; public health; violence against women.

## LISTA COMPARTILHADA

### Lista de figuras

<b>Figura 1:</b> Esquema de representação dos tipos de violência e natureza.....	44
--	----

### Lista de gráficos

<b>Gráfico 1:</b> Histórico de feminicídio no Brasil.....	48
<b>Gráfico 2:</b> Sexo das vítimas de estupro e estupro de vulneráveis (em %)......	49
<b>Gráfico 3:</b> Vítimas de estupro e estupro de vulnerável menores de 14 anos, por tipo de local (em %)......	50
<b>Gráfico 4:</b> Vítimas de estupro e estupro de vulnerável menores de 14 anos, por relação com autor (em %)......	50
<b>Gráfico 5:</b> Percentual de raça/cor das vítimas de feminicídio e demais mortes violentas intencionais (MVI) de mulheres. ....	51
<b>Gráfico 6:</b> Vítimas de estupro e estupro de vulneráveis, por faixa etária, taxa por 100 mil habitantes. ....	53
<b>Gráfico 7:</b> Taxa de homicídios femininos e feminicídios no Brasil e Unidades Federativas, taxa por 100 mil mulheres.....	55
<b>Gráfico 8:</b> Proporção perceptual dos tipos de abordagens pedagógicas apresentadas nos trabalhos selecionados.....	81
<b>Gráfico 9:</b> Relação entre as regiões brasileiras dos trabalhos selecionados.....	90
<b>Gráfico 10:</b> Relação entre as aplicações de abordagens pedagógicas abordadas dos trabalhos selecionados e as modalidades de ensino.....	92

### Lista de quadros

<b>Quadro 1:</b> descritores e resultados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.....	25
<b>Quadro 2:</b> artigos selecionados inicialmente pela Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e seleção secundária destacada em negrito.....	25
<b>Quadro 3:</b> descritores e resultados na busca do Scielo.....	28

<b>Quadro 4</b> : artigos selecionados inicialmente pelo Scielo e seleção secundária destacada em negrito.....	29
<b>Quadro 5</b> : descritores e resultados na busca do Google Acadêmico.....	31
<b>Quadro 6</b> : artigos selecionados inicialmente no Google Acadêmico e seleção secundária destacada em negrito.....	32
<b>Quadro 7</b> : número total de trabalhos escolhidos na seleção primária e na seleção secundária.....	67
<b>Quadro 8</b> : Pesquisas selecionadas nos três bancos de dados (Nº: número de identificação; BD: banco de dados; LP: Local de publicação).....	68
<b>Quadro 9</b> : Presença dos tipos de abordagens pedagógicas nos trabalhos selecionados.....	80
<b>Quadro 10</b> : Tipos de abordagens pedagógicas e frequência de ocorrência nos trabalhos selecionados.....	81
<b>Quadro 11</b> : Relação entre as regiões brasileiras, Estados e número de identificação das pesquisas.....	89
<b>Quadro 12</b> : Relação entre as modalidades de ensino e número de identificação das pesquisas selecionadas.....	91

### **Lista de abreviaturas e siglas**

OMS - Organização Mundial da Saúde

FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública

BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

UFPB - Universidade Federal da Paraíba

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

PNE - Plano Nacional de Educação

PEE-PB - Plano Estadual de Educação da Paraíba

PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais

USP - Universidade de São Paulo

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MPU - Medidas Protetivas de Urgência

LGBTQI+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgeneros, Queer, Intersexo e outros

MVI - Mortes Violentas Intencionais

CVLI - Crimes Violentos Letais e Intencionais

CNPM - Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres

PPP - Projeto Político Pedagógico

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

OEA - Carta Democrática Interamericana

IST - Infecções Sexualmente Transmissíveis

SEJUSP - Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública

CRMMB - Centro de Referência da Mulher Maria Bonita

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2 PROCESSOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>15</b>
2.1 Problematização.....	15
2.2 Objetivos.....	19
2.2.1 Objetivo Geral .....	19
2.2.2 Objetivos Específicos.....	19
2.3 Investigação inicial sobre violência e educação.....	19
2.4 Investigação das abordagens pedagógicas sobre violência contra a mulher.....	22
2.4.1 Busca na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.....	23
2.4.2 Busca no Scielo.....	26
2.4.3 Busca no Google Acadêmico.....	29
<b>3 FENÔMENO VIOLÊNCIA.....</b>	<b>34</b>
3.1 Conceito de violência.....	35
3.2 Violência: um problema de saúde pública e categorias.....	40
3.3 Violência contra a mulher e tipificações.....	43
3.4 Parâmetros e legislação.....	52
<b>4 EDUCAÇÃO ESCOLAR .....</b>	<b>56</b>
4.1 Educação como ferramenta de transformação social.....	56
4.2 Ensino de Ciências e Biologia.....	58
4.3 Sexualidade, gênero e violência contra a mulher.....	61
<b>5 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....</b>	<b>64</b>
5.1 Identificação dos tipos de abordagens pedagógicas.....	75
5.2 Relação entre as regiões brasileiras.....	83
5.3 Relação entre os níveis de ensino.....	85
<b>6 CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>88</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>90</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A violência é um fenômeno social de caráter polissêmico que está enraizado na sociedade em normas sociais e culturais. É utilizada como instrumento para a perpetuação das relações desiguais de poder, através da coerção real ou virtual, desvalorizando e impedindo o reconhecimento de um indivíduo, derivando de diversas motivações como classe, gênero ou raça, e provocando algum dano e inviabilizando os direitos da sociedade democrática contemporânea. Para o entendimento popular, a violência trata-se da ruptura de qualquer forma de integridade da vítima como física, psíquica, sexual e moral (Santos, 2002).

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a violência é um problema crescente de saúde pública no mundo, que afeta pessoas de todas as idades e ambos os sexos, mas especificamente mulheres e crianças. A violência contra a mulher está presente de forma onipresente em todas as sociedades que atuam em uma lógica patriarcal, na qual compreendem a maior parte das sociedades conhecidas atualmente, e é utilizado como instrumento para a perpetuação das relações desiguais de poder. Estão presentes, em maior ou menor intensidade, em todas as regiões do país e nos diversos grupos sociais, atravessando as variadas fases da vida. Invade todos os espaços e transforma a forma de ser dos indivíduos e também em uma forma de dominar o outro. (Minayo, 1993; Souza, 2005).

As categorias de gênero atuam como responsáveis pela imposição de condutas e papéis sociais e promove relações assimétricas de poder. Dessa forma, há a distinção quanto às tipificações de violências, sendo elas: a violência de gênero, que ocorre nas relações entre homens, entre mulheres e entre homens e mulheres; a violência contra as mulheres, que se direciona especificamente aos corpos femininos; a violência doméstica, que ocorre majoritariamente contra mulheres, crianças e adolescentes; e a violência intrafamiliar, presente em relações com parentesco consanguíneos ou por afinidade (Saffioti, 2001; Silva, 2019).

No Brasil, os índices de feminicídio e agressões revelam uma sociedade ainda profundamente marcada pelo machismo estrutural. Os dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2024) revelam que uma a cada três mulheres com mais de 16 anos já sofreu violência física e/ou sexual, indicando que o índice brasileiro é maior que o índice global, de 27%. De acordo com os dados do Atlas de Violência de 2024, dentre vítimas de violência, mais de 60% sofreram violência doméstica, com autoria predominante de homens. Das violências sexuais contra crianças, mais de 30% foram com bebês e meninas de 0 a 9

anos, e 49,6% contra meninas de 10 a 14 anos. Essas evidências estatísticas relatam que a violência em razão do gênero pode ocorrer durante toda a trajetória de vida de uma mulher, sendo prevalente, de acordo com a faixa etária: a negligência, do 0 aos 9 anos e acima dos 70; a sexual, dos 10 aos 14 anos; e a física, dos 15 aos 69 anos. Dentre os tipos de violência, como as discriminações, violência física, psicológica, econômica e sexual, o tráfico sexual de meninas e mulheres foi denunciado como uma das mais persistentes violações dos direitos e da dignidade de mulheres (Engel, 2020; Cerqueira, 2024; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024).

Nesse contexto, o ensino escolar, que segundo a Constituição é responsável pelo pleno desenvolvimento do indivíduo e preparo para o exercício da cidadania, além da qualificação para o trabalho, pode proporcionar o aprendizado sobre os conhecimentos conceituais e contextos históricos e culturais da violência exercida contra a mulher, possibilitando a capacitação para o reconhecimento, prevenção, enfrentamento e combate. A investigação científica da violência contra a mulher na educação, aliada a outras frentes, se faz indispensável para os esforços de conter os crescentes índices de casos. O entendimento sobre a relação entre esse problema social de saúde pública e o papel da educação na prevenção e enfrentamento a violência contra a mulher pode possibilitar caminhos para a formulação de estratégias educativas mais eficazes e inclusivas (Brasil, 1988).

No campo do ensino de Ciências e Biologia, temas relacionados à saúde, reprodução e gênero oferecem oportunidades únicas para tratar de questões sociais e promover uma sensibilização mais ampla entre os estudantes. A partir dessa perspectiva, esta monografia busca investigar como a educação científica pode contribuir para a prevenção da violência contra a mulher e para a formação de uma sociedade mais igualitária. Para isso, utiliza-se uma revisão bibliográfica documental, explorando possibilidades pedagógicas e curriculares que promovam a reflexão crítica e o diálogo sobre o tema no ambiente escolar.

Dessa forma, o presente trabalho teve como objetivo investigar se estão inseridas, nas escolas da educação básica, abordagens pedagógicas que atuem para o enfrentamento a violência contra a mulher na sociedade, apontadas em pesquisas acadêmicas. Como objetivos específicos, propõe-se a: identificar, nos bancos de dados Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Scielo e Google Acadêmico, pesquisas que apresentam aplicações de abordagens pedagógicas que atuam para o enfrentamento e prevenção a violência contra a mulher, no ensino básico; descrever os tipos de abordagens utilizadas pelos docentes escolares, apresentadas nas pesquisas selecionadas; apontar a frequência dos tipos de abordagens pedagógica, a relação entre as regiões brasileiras e os níveis no ensino básico das

pesquisas selecionadas; e indicar as possibilidades de trabalhar o tema violência contra a mulher no ensino de Ciências e Biologia, na educação básica.

A presente pesquisa possui caráter documental e é classificada como teórica, cuja função se apresenta na compreensão de novos significados para o fenômeno estudado. A abordagem é qualitativa com modelo de análise baseado em categorias. A pesquisa é uma documentação indireta, em que serão obtidos dados de uma fonte secundária. Para a investigação do estado do conhecimento sobre o fenômeno violência, violência enquanto saúde pública, violência contra a mulher e tipologias, foi realizada a busca nas bibliotecas setoriais da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e buscas virtuais nos bancos de dados: Capes, Google Acadêmico, Scielo e National Library of Medicine. Para os parâmetros estatísticos e legislação sobre violência contra a mulher no mundo e no Brasil, foi realizada a busca dos dados pelo Atlas de Violência de 2024, Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), Ministério da Saúde e Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2024. A procura e seleção dos trabalhos para a discussão da presente pesquisa foi realizada nos bancos de dados: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, Scielo e Google Acadêmico, utilizando diferentes combinações dos descritores com os operadores booleanos, com a finalidade de encontrar o maior número de pesquisas no tema investigado e, em seguida, restringir os resultados para alcançar o objetivo deste trabalho.

A análise qualitativa dos dados foi realizada seguindo Minayo (1992), que aponta a sistematização metodológica de verificar e interpretar os dados obtidos das pesquisas selecionadas através de categorias, em que é definida uma categoria geral no início da pesquisa, que direciona a resposta da problemática, e categorias derivadas da geral, que é construída de acordo com a obtenção dos dados. A discussão foi realizada de acordo com critérios específicos que foram estabelecidos para apontar uma resposta a problemática e atingir os objetivos, geral e específicos. Deste modo, a seleção dos trabalhos foi realizada a partir da categoria geral determinada para a presente pesquisa, que é a presença de intervenções pedagógicas nos espaços escolares de educação básica, que atuem no enfrentamento a violência contra a mulher. Das categorias derivadas, foram estabelecidas: a descrição das abordagens pedagógicas e a aplicação da intervenção em turmas de educação básica (Minayo, 1992).

A estrutura do presente trabalho foi organizada em capítulos e subcapítulos, sendo eles: introdução, apresentando o tema e sobre a pesquisa de forma sintetizada; processos metodológicos, em que foi citado a problematização, objetivos o caminho da investigação;

fenômeno violência e educação escolar, que abordam a revisão da literatura realizada; resultados e discussão; e conclusões e considerações finais.

## **2 PROCESSOS METODOLÓGICOS**

### **2.1 Problematização**

A educação escolar desempenha papel fundamental na formação integral dos indivíduos, atuando como importante ferramenta para a construção do ser social, abrangendo o desenvolvimento pessoal, consciência cidadã e capacitação para o trabalho, como previsto pela Constituição Federal, além dos valores sociais e culturais. Os conteúdos, habilidades e competências que uma instituição educacional pretende atingir são estruturados em um currículo escolar, que tem como objetivo orientar o processo de ensino-aprendizagem em um determinado nível e modalidade escolar. O currículo escolar é atravessado pelas construções sócio-históricas que produzem e hegemonomizam significados sobre quem somos e sobre aquilo que sabemos (Brasil, 1988).

A determinação dos conteúdos de um currículo escolar é norteada por documentos educacionais de instâncias federais, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que estabelece a base comum, estaduais e municipais, que atendem as especificidades regionais e locais, além do regimento próprio da instituição de ensino, o Projeto Político Pedagógico (PPP). Apesar desses documentos e da legislação destacar a importância de contextualizar o conteúdo escolar com problemáticas sociais através das práticas pedagógicas, como a violência, observamos um cenário diferente. Atualmente, há a resistência e falta de preparo profissional da comunidade escolar para emergir em determinados temas. (Brasil, 2018).

A aprendizagem sobre o Tema Transversal Saúde é frequentemente abordado nas disciplinas de ciências, para o ensino fundamental, e biologia, para o ensino médio, e pode proporcionar a formação de cidadãos conscientes sobre autocuidado e desenvolver a capacidade de reconhecer e criar soluções frente aos desafios sociais contemporâneos vivenciados. Um dos conteúdos que permeia o tema saúde e converge com a reflexão sobre os problemas sociais que permeiam a humanidade é a violência, caracterizada por um fenômeno complexo e que está enraizada nas normas sociais e culturais, perpetuando a desigualdade e a discriminação. Das variadas categorias e tipificações de violência, apresentados em diversas áreas do conhecimento, como Sociologia, Filosofia, Psicologia e Biologia, a violência contra a mulher se tornou um objeto de investigação geral e frequente, devido a sua enraizada

prevalência na sociedade, aniquilando os direitos de milhares de mulheres, atingindo todas as faixas etárias e classes sociais, sendo determinada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como um problema de saúde pública (Krug *et al.*, 2002).

O aumento de todas as formas de violência contra a mulher no mundo aponta a emergência de planejar e desenvolver ações que atuem na prevenção e enfrentamento ao problema. No Brasil, os dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública revelam que uma a cada três mulheres com mais de 16 anos já sofreu violência física e/ou sexual, indicando que o índice brasileiro é maior que o índice global, de 27%. Dentre os tipos de violência, como as discriminações, violência física, psicológica, econômica e sexual, o tráfico sexual de meninas e mulheres foi denunciado como uma das mais persistentes violações dos direitos e da dignidade de mulheres (Engel, 2020).

De acordo com os dados do Atlas de Violência de 2024, dentre as 221.240 meninas e mulheres vítimas de violência, mais de 60% sofreram violência doméstica, com autoria predominante de homens. Das violências sexuais contra crianças, mais de 30% foram com bebês e meninas de 0 a 9 anos, e 49,6% contra meninas de 10 a 14 anos. Essas evidências estatísticas, apesar de subnotificadas, relatam que a violência em razão do gênero pode ocorrer durante toda a trajetória de vida de uma mulher, sendo prevalente, de acordo com a faixa etária: a negligência, do 0 aos 9 anos e acima dos 70; a sexual, dos 10 aos 14 anos; e a física, dos 15 aos 69 anos (Cerqueira, 2024).

No caso Tatiane Spitzner, ocorrido em 2018 no Paraná, a advogada de 29 anos foi espancada e assassinada pelo marido na casa em que residiam, tendo seu corpo arrastado para o prédio após sofrer uma queda do quarto andar. Esse caso de feminicídio chamou a atenção pela brutalidade e evidências visuais das violências, trazendo o tema para as classes média e alta. Em 2019, um ano depois, Raíssa Eloá, de apenas 9 anos, foi encontrada amarrada e foi brutalmente assassinada em um parque em São Paulo por um garoto de 12 anos. Em 2020, Karoline Lima, de 29 anos, moradora de Fortaleza, Ceará, foi morta a facadas pelo ex-namorado, que não aceitava o término do relacionamento. O assassinato ocorreu em plena luz do dia, em um local público, na frente de várias testemunhas. Em 2022, Maria da Conceição, de 40 anos, moradora de São Luís, Maranhão, foi assassinada a tiros pelo marido, com quem tinha três filhos. O crime ocorreu dentro de casa após uma discussão, em mais um caso de feminicídio relacionado à violência doméstica.

No Brasil, segundo o Ministério da Justiça e da Segurança Pública, quatro mulheres são vítimas de feminicídio por dia. Em 18 Junho de 2024, três homens acusados de crimes contra mulheres foram presos pela Polícia Militar nos municípios de Esperança, Sousa e

Cajazeiras, na Paraíba. Entre as causas: tentativa de feminicídio contra a ex-companheira, deferindo golpes de faca na vítima; agressão física e verbal contra a esposa e o filho; e ameaças a esposa com uma barra de ferro e tentativa de agressão.

Nesse contexto, o ensino escolar, que segundo pode proporcionar o aprendizado sobre os conhecimentos conceituais e contextos históricos e culturais da violência exercida contra a mulher, possibilitando a capacitação para o reconhecimento, prevenção, enfrentamento e combate. O ensino básico é a modalidade de formação dos sujeitos, na sociedade brasileira, que atua como uma das instituições primárias de socialização e predomina o tempo de aprendizado durante a infância e juventude, abrangendo dos 4 aos 17 anos. É caracterizado, segundo o Plano Nacional de Educação (PNE) e Plano Estadual de Educação da Paraíba (PEE-PB), como instrumento mais importante para combater as situações de desigualdades sociais, preconceitos e discriminação. A escola, então, é o local onde se encontra um papel político e cidadão, para a transformação de realidades injustas, que produzem sofrimentos e vulnerabilidades (Brasil, 2014; 2015; Louro, 1997).

O aprendizado sobre o caráter histórico e cultural da formação das estruturas sociais, valores e desenvolvimento da socialização entre diferentes grupos, como minorias e etnias e gênero, têm grande influência nos espaços escolares. Com isso, da mesma forma que a educação pode atuar como reprodutora: dos conhecimentos, como nos métodos tradicionais que coloca os alunos como uma “tabula rasa”; e de padrões sociais, perpetuando os problemas sociais através das gerações, também pode atuar como um espaço que possibilita a construção de uma cultura de respeito e igualdade, desafiando estereótipos e papéis de gênero estabelecidos e incentivando comportamentos não violentos.

No entanto, a eficácia da educação escolar como ferramenta de combate à violência contra a mulher depende de vários fatores, como: a formação inicial e continuada dos educadores, a abordagem pedagógica adotada e a integração de conteúdos específicos sobre gênero e direitos humanos no currículo escolar (Silva; Santos, 2011).

Apesar dos avanços: nas políticas públicas, como a implementação de leis específicas de gênero, como a Lei Maria da Penha (11.340/2006) e Lei Joana Maranhão (12.650/2015), que, respectivamente, criam mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher e alteraram os prazos quanto à prescrição de crimes de abusos sexuais de crianças e adolescentes; e no documentos educacionais apontarem a necessidade, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que norteiam conteúdos e apontam a importância do aprendizado sobre sexualidade, gênero e problemas sociais nesse contexto, ainda há um longo caminho a ser percorrido para que a escola realmente cumpra o papel ativo de agente

transformador na prevenção da violência de gênero (Brasil, 2001; 2006; 2015).

As disciplinas escolares de Ciências e Biologia possibilitam um aprofundamento no aprendizado em saúde sobre autocuidado, funcionamento do corpo humano e compreensão do desenvolvimento da sexualidade na puberdade, que pode considerar não apenas o aspecto biológico, mas contextualizando, através da interdisciplinaridade, os aspectos sociais, culturais e históricos que compõem as diversas diretrizes da construção do ser social e dos papéis de gênero exigidos. A abordagem do tema nesse sentido pode proporcionar aos educandos o exercício da reflexão sobre problemas presentes na sociedade atual, possibilitando o reconhecimento dos tipos de violências, compreensão dos direitos civis e recursos legais, e a capacitação no desenvolvimento de estratégias para o enfrentamento a violência contra a mulher. Além disso, a desmistificação dos papéis de gênero e compreensão da importância da participação igualitária perante a sociedade é essencial para minimizar os índices futuros de violência contra a mulher (Silva & Carrera, 2017).

É imprescindível, portanto, problematizar como a educação escolar está sendo utilizada no enfrentamento à violência contra a mulher, identificando lacunas e desafios, bem como as abordagens pedagógicas mais eficientes. Questões como a preparação dos professores para lidar com temas sensíveis, a resistência cultural e institucional à inclusão de conteúdos de gênero e a eficácia das metodologias aplicadas são cruciais para compreender o potencial e as limitações da educação escolar nessa área. Além disso, é necessário investigar como as experiências vividas dentro do ambiente escolar podem influenciar atitudes e comportamentos futuros em relação à violência de gênero, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

A pesquisa acadêmica nesse campo se torna essencial para aprofundar o entendimento sobre o papel da educação escolar na prevenção e enfrentamento a violência contra a mulher e para a formulação de estratégias educativas mais eficazes e inclusivas. Dessa forma, o presente trabalho busca investigar: Estão inseridas, na educação escolar, abordagens pedagógicas que atuem para o enfrentamento a violência contra a mulher na sociedade?

## **2.2 Objetivos**

### **2.2.1 Geral**

Investigar, na literatura, as abordagens pedagógicas utilizadas no ensino básico para o enfrentamento e prevenção a violência contra a mulher.

### **2.2.2 Específicos**

- Identificar, nos bancos de dados Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, Scielo e Google Acadêmico, pesquisas que apresentam aplicações de abordagens pedagógicas que atuam para o enfrentamento e prevenção a violência contra a mulher, no ensino básico;
- Descrever os tipos de abordagens utilizadas pelos docentes escolares, apresentadas nas pesquisas selecionadas;
- Apontar a frequência dos tipos de abordagens pedagógicas, a relação entre as regiões brasileiras e os níveis no ensino básico das pesquisas selecionadas;
- Indicar as possibilidades de trabalhar o tema violência contra a mulher no ensino de ciências e biologia, na educação básica.

## **2.3 Investigação inicial sobre violência e educação**

A investigação sobre a potencialidade da educação escolar no enfrentamento a violência contra a mulher iniciou a partir de leituras indicadas na disciplina de graduação que adentra o ensino de Saúde e Sexualidade nas escolas, que revelam a superficialidade nos conteúdos em livros didáticos, escassez de materiais didáticos específicos, que promovam um aporte aos docentes e discentes, e aplicações de intervenções no ensino básico que atuem de forma abrangente e contextualizada, pois atualmente apresenta um enfoque nas características biológicas do ser humano.

O incentivo para investigar a abordagem da violência contra a mulher no ensino básico, dentro do tema saúde e sexualidade, para além da pesquisa teórica, também partiu da reafirmação sobre a falta da abordagem dos conteúdos procedimentais e atitudinais nesse tema, essenciais para buscar transformações e avanços sociais, através das vivências com a docência no ensino básico e diálogos informais com outros agentes escolares e professores da área.

A princípio, foi realizada a busca do descritor *Violência* nos portais de banco de dados Capes, Google Acadêmico, Scielo e National Library of Medicine para desenvolver uma compreensão conceitual e epistemológica do tema, proporcionando uma base de saberes para enfim dar seguimento ao recorte determinado para o presente estudo. Além dos meios virtuais, houve a busca de materiais na biblioteca central e nas setoriais de Ciências Sociais, Ciências Jurídicas e Ciências da Natureza da Universidade Federal da Paraíba, campus I.

Os 10 primeiros trabalhos que surgiram nos campos de busca em cada banco de dados, contribuíram para uma compreensão abrangente sobre o tema, passando pela área da sociologia, que de acordo com a concepção durkheimiana desempenha a função de estabelecer uma Ciência da sociedade, através da compreensão dos fatos sociais, tornando possível a separação entre o normal e o patológico nos fenômenos sociais (Oliveira, 2012).

Da mesma forma, a investigação realizada no campo da filosofia que, desde as contribuições de Sócrates aos filósofos atuais, adquire uma conotação antropológica ao ir além das questões cosmológicas e adentrar nas questões humanas, se apresenta essencial para a compreensão de um tema complexo e polissêmico (Schimila *et al*, 2019). Com isso, foi incluída a leitura da perspectiva do tema violência nas obras de autores como Bourdieu, Zizek e Saffioti, adentrando ao recorte de violência contra a mulher, e artigos científicos que investigam as categorias e classificações.

No campo da psicologia, ciência que estuda a área social e humana, ou seja, as relações interpessoais em diversos campos, como clínico, social, educacional e trabalhista, possibilita compreender a dimensão ética e política, reafirmar ou desconstruir as relações de desigualdade. Além de contribuir com um importante papel na formulação de políticas públicas, atuando como dispositivo para a promoção de saúde pública e direitos humanos (Curia *et al.*, 2020).

A investigação da violência no campo das Ciências Biológicas, com enfoque na genética comportamental, neurobiologia e psicologia evolucionista, permite a compreensão da probabilidade na presença e prevalência do fenômeno em determinados grupos, possibilitando um planejamento de ação educacional especializado, ao invés de generalizar na população.

A pesquisa primária dentro das áreas das Ciências, como Sociologia e Filosofia, auxiliaram na formação do fundamento dentro do tema central violência. Para além do campo da pesquisa científica, a violência é um fenômeno caracterizado como problema de saúde pública. Assim, o estudo da definição conceitual, tipos de violência e implicações foi realizado nos portais da Organização Mundial da Saúde (OMS) e Unesco, além da pesquisa nos bancos de dados citados anteriormente com os descritores “*Violência + saúde*” e leitura

dos trabalhos mais citados apresentados nas primeiras páginas de pesquisa. Dentro dessa perspectiva, o Relatório Mundial sobre Violência e Saúde e as tipologias apresentadas pela OMS, e por outros autores, elucidaram os diferentes ramos desta temática e as intervenções de enfrentamento apresentadas, dentro da área da saúde.

Para o estudo mais aprofundado sobre a violência contra a mulher, especificamente, foi realizada nas bibliotecas setoriais do Centro de Ciências Jurídicas e Centro de Ciências Sociais Aplicadas da UFPB, com livros de Heleieth Saffioti e Lígia Pereira dos Santos, e nos bancos de dados online apontados anteriormente, com o descritor *violência contra a mulher*, em leituras de artigos, teses e dissertações.

Para obter um parâmetro estatísticos sobre violência contra a mulher no mundo e no Brasil, foi buscado os dados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Atlas de Violência de 2024, UNESCO, Ministério da Saúde e Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2024. O objetivo foi identificar os dados mais recentes e destacar estudos que analisam os números de forma comparativa entre os anos e acompanhem em longas escalas temporais.

O tema educação se tornou um objeto de investigação e admiração desde o início da graduação, sendo acentuado pela atuação como educadora na educação básica pelos programas de docência da UFPB, como professora em escolas particulares e pelas disciplinas de licenciatura como Didática, Formação Docente, Fundamentos Antropofilosóficos da Educação, Educação Especial, Educação para Jovens e Adultos, entre outras diversas que estão presentes em um currículo de licenciatura. As aulas e indicações de leituras sobre os conceitos foram a base para compreender como ocorre a construção da identidade docente e essenciais para o desenvolvimento do tema de pesquisa do presente trabalho.

Para adentrar o conhecimento sobre as tendências e abordagens pedagógicas apresentadas no percurso histórico da educação escolar, foi realizada a leitura do trabalho de Libâneo (2013; 1992), Saviani (2013), Freire (2005) indicadas na disciplina de Didática, e artigos que realizam uma análise sobre o tema, buscados no Google Acadêmico, com o descritor *tendências pedagógicas e abordagens pedagógicas*, buscadas separadamente. Na pesquisa sobre a seleção e regulação dos conteúdos nos currículos escolares, foi aderida a indicação dos autores Sacristan (2010) e Apple (1989; 2011), na disciplina de Currículo e Trabalho Pedagógico, e artigos buscados no banco de dados citado anteriormente com o descritor *currículo escolar*, que elucidaram a influência e intencionalidade das estruturas sociopolíticas e culturais na determinação dos conteúdos julgados como relevantes e legítimos para os currículos escolares, utilizados nas instituições de ensino básico

## **2.4 Investigação das abordagens pedagógicas sobre violência contra a mulher**

A presente pesquisa possui caráter documental e é classificada como teórica, cuja função se apresenta na compreensão de novos significados para o fenômeno estudado. A abordagem é qualitativa com modelo de análise baseado em categorias. De acordo com Minayo (1994), a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares, pois se preocupa, nas Ciências Sociais, com objetos de investigação na sociedade que não podem ser quantificados. Ou seja, trabalha com os significados, os motivos, as aspirações, os valores e as atitudes, o que corresponde a um espaço mais complexo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos apenas à operacionalização de variáveis (Minayo, 1994).

A pesquisa é uma documentação indireta, em que serão obtidos dados de uma fonte secundária, caracterizando o trabalho como uma pesquisa documental, seguindo o livro *Fundamentos da Metodologia Científica* 8ª edição, das autoras Marconi e Lakatos (2017). Ou seja, as fontes de dados utilizados não foram criadas especificamente para a pesquisa em questão, mas que podem fornecer informações relevantes e valiosas. A utilização de uma documentação indireta pode fornecer uma visão mais ampla e detalhada do objeto de estudo, possibilitando revisar criticamente a literatura existente sobre um determinado tema (Marconi; Lakatos, 2017).

A procura dos trabalhos foi realizada nos bancos de dados: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, Scielo e Google Acadêmico, utilizando diferentes combinações dos descritores com os operadores booleanos, com a finalidade de encontrar o maior número de pesquisas no tema investigado e, em seguida, restringir os resultados para alcançar o objetivo deste trabalho. A seleção inicial dos trabalhos foi realizada através da leitura dos títulos nas páginas de resultados dos sites de busca citados acima, sendo organizados em quadros com as identificações: Número de Identificação, Ano de publicação, Título, Autor(es), Tipo de Pesquisa, Região/Estado e Local de Publicação. A escolha dos artigos selecionados para a discussão, foi realizada através da leitura dos resumos e leitura flutuante dos trabalhos, em busca da descrição das abordagens pedagógicas, sendo destacados os títulos dos artigos em negrito nos quadros.

A análise qualitativa dos dados foi realizada seguindo o livro *“O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde”*, escrito por Maria Cecília de S. Minayo (1992), que aponta a sistematização metodológica de verificar e interpretar os dados obtidos das pesquisas selecionadas através de categorias, em que é definido uma categoria geral no

início da pesquisa, que direciona a resposta da problemática, e categorias derivadas da geral, que é construída de acordo com a obtenção dos dados.

A análise e discussão foi realizada de acordo com critérios específicos que foram estabelecidos para apontar uma resposta a problemática e atingir os objetivos, geral e específicos. Deste modo, a seleção dos trabalhos foi realizada a partir da categoria geral determinada para a presente pesquisa, que é a presença de intervenções pedagógicas nos espaços escolares, que atuem no enfrentamento a violência contra a mulher. Das categorias derivadas, foram estabelecidas: a descrição das abordagens pedagógicas e a aplicação da intervenção na educação básica.

As pesquisas encontradas que abordam o tema e somente apresentam argumentos que apontam a importância de trabalhar o tema na educação básica, mas que não apresentam aplicações de intervenções pedagógicas, foram descartadas da discussão. Os trabalhos que aplicam abordagens pedagógicas, mas fora do ambiente escolar, como locais de ensino informal e não formal, foram descartados. Para além, os trabalhos que relatam a aplicação de abordagens pedagógicas no tema investigado, mas para turmas de nível superior, agentes de saúde e agentes escolares, também foram descartadas.

#### **2.4.1 Busca na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações**

A investigação foi iniciada com a busca e seleção de pesquisas disponíveis na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Para isso, foram definidas, para a busca avançada, os descritores: "Educação escolar AND violência contra à mulher, apresentando 258 resultados. Em seguida foi realizada uma busca mais restringida dos trabalhos, utilizando os descritores com os operadores booleanos: "Educação escolar AND violência contra à mulher", para o resumo; e "educação OR escola OR escolar OR ensino", "violência OR proteção" e "mulher OR menina OR gênero", para o título, em três lacunas de busca separadas. Dessa forma, foram encontrados no banco de dados um total de 21 resultados, com uma pesquisa duplicada, que atingem a amplitude temporal de 2012 a 2023 (**quadro 1**).

**Quadro 1:** descritores e resultados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.

Investigação	Descritores e operadores booleanos	Resultados
Primária	"Educação escolar AND violência contra à mulher"	258

Secundária	“Educação escolar AND violência contra à mulher” para resumo; “educação OR escola OR escolar OR ensino”, “violência OR proteção” e “mulher OR menina OR gênero”, para o título	21
------------	--	----

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Foi realizada a leitura dos títulos para a seleção inicial dos estudos, que foram inseridos abaixo (**quadro 2**), identificando as informações básicas. Em seguida, foi feita a leitura dos resumos e leitura flutuante do corpo da pesquisa para investigar quais estão em consonância com os objetivos do presente trabalho. Os três trabalhos selecionados foram destacados em negrito.

**Quadro 2:** artigos selecionados inicialmente pela Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e seleção secundária destacada em negrito.

Nº	Ano	Título	Autor(es)	Região/ Estado	Local de publicação
1	2012	Violência não faz meu gênero: representações sociais da violência contra a mulher por alunos e professores do ensino médio de uma escola pública.	Santos, Karine B.	Brasília - DF	Dissertação da Universidade de Brasília
2	2016	<b>“Marias também têm força”: a emergência do discurso de enfrentamento à violência contra a mulher na rede pública de ensino de Caruaru.</b>	Oliveira, Karinny L.	Caruaru - Pernam buco	Dissertação da Universidade Federal de Pernambuco
3	2019	Formação docente em História acerca da violência de gênero: possibilidades para trabalhar a cultura do estupro na escola.	Bergo, Vitória M.	Juiz de Fora - Minas Gerais	Dissertação da Universidade Federal de Juiz de Fora
4	2019	Vidas que merecem ser protegidas: violência sexual contra meninas, gênero e educação.	Bonfanti, Ana Letícia	Rondon ópolis – Mato Grosso	Dissertação da Universidade Federal do Mato Grosso
5	2019	Violência baseada em gênero na escola: análise a partir de textos jornalísticos.	Piero, Maria Flor O.	Araraqu ara - São Paulo	Tese da Universidade Estadual Paulista
6	2019	Educação: prevenção da violência	Ferreira,	Goiânia	Dissertação da

		contra as mulheres?	Meiry de Paula	- Goiás	Pontifícia Universidade Católica de Goiás
7	2020	Violência doméstica contra a mulher: seu impacto no desempenho escolar da criança.	Alves, Ediane da S.	São José do Rio Preto	Dissertação da Universidade Estadual Paulista
8	2020	Manifestações da violência simbólica contra as mulheres no ambiente escolar	Fernandes, Kátia R. dos Santos	Chapecó - Santa Catarina	Dissertação da Universidade Federal da Fronteira do Sul
9	2021	Silenciamento da violência contra a mulher: relatos e resistência na escola.	Luis, Flávia Ap. de S.	Brasília - DF	Dissertação da Universidade de Brasília
10	2021	O direito social à educação em escolas públicas sob o enfoque da violência estrutural contra a mulher.	Oliveira, Tatiana A.	Pelotas - Rio Grande do Sul	Dissertação da Universidade de Pelotas
11	2021	A educação nas políticas judiciárias de enfrentamento à violência contra as mulheres no Estado de Goiás.	Rodrigues, Aleandro	Goiânia - Goiás	Dissertação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás
12	2021	Prevenção à violência de gênero na escola pública: rompendo silêncios	Cantare, Tamiris S.	Campinas - São Paulo	Dissertação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas
13	2021	Educação sexual: o papel da escola na prevenção da violência sexual contra as mulheres	Obando, Juliane M.	Brasília - DF	Dissertação do Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento da Universidade de Brasília
14	2022	<b>Programa de prevenção à violência contra a mulher: a rede de educação pública de Natal/RN em questão</b>	Guedes, Manuella F. M.	Rio Grande do Norte	Dissertação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

15	2022	<b>Maria da Penha vai às escolas: uma análise sobre o ensino da lei de proteção às mulheres à luz da educação em direitos humanos.</b>	Nunes, Ana Paula B.	João Pessoa - Paraíba	Dissertação da Universidade Federal da Paraíba
16	2023	Um estudo sobre a abordagem da violência contra mulheres no ensino de Filosofia	Gomes, Gabriela C. A.	São Paulo - SP	Dissertação da Universidade Estadual Paulista
17	2024	A educação e as violências contra as mulheres: reflexão sobre a legislações e possibilidades pela igualdade de gênero	Gomes, Viviani Ribeiro		Dissertação da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2024.

As dissertações 1, 4, 5 e 12 não apresentam uma descrição direta de intervenções pedagógicas específicas que atuem diretamente no enfrentamento à violência contra a mulher nos espaços escolares. Entretanto, mencionam a importância de incluir o tema no contexto escolar, com sugestões de revisões curriculares e programas educacionais. A dissertação 6 aborda as intervenções de forma descritiva, mas não aplicam em instituições escolares. A dissertação 7 e 9 foca na análise do impacto da violência doméstica no desempenho escolar de crianças. A dissertação 3 aponta ações pedagógicas para a formação de docentes, enquanto as dissertações 8, 10 e 13 investigam os pontos de vista e dificuldades dos professores em abordar o tema na escola e da comunidade escolar através de entrevistas semiestruturadas. A dissertação 10 apresenta uma análise como a educação aparece nos documentos que normatizam as políticas judiciárias de enfrentamento à violência contra as mulheres. A dissertação 16 analisou o tema nos livros didáticos do ensino básico, enquanto a 17 analisou na legislação e nos documentos educacionais legais.

#### **2.4.2 Busca no Scielo**

A pesquisa no banco de dados disponível no Scielo, que é um repositório multidisciplinar para depósito, preservação e disseminação de dados de pesquisa de artigos, foi iniciada com a busca dos descritores “ensino de Ciências e Biologia AND violência contra a mulher” gerando 0 resultados, em seguida foi buscado “educação AND violência contra a

mulher” gerando 141 resultados e “ensino AND violência contra a mulher” com 73 resultados (**quadro 3**).

**Quadro 3:** descritores e resultados na busca do Scielo.

Investigação	Descritores e operadores booleanos	Resultados
Primária	“ensino de Ciências e Biologia AND violência contra a mulher”	0
Secundária	“educação AND violência contra a mulher”	141
Terciária	“ensino AND violência contra a mulher”	73

Fonte: Autora.

Foi realizada a leitura dos títulos e descartados os artigos que investigaram o tema na graduação e outros estudos que apresentavam formas de enfrentamento e condições de violência em determinadas regiões, compondo esses a maioria dos artigos apresentados na busca (**quadro 4**). Dessa forma, foi selecionado, nesse banco de dados, apenas 1 artigo.

**Quadro 4 :** artigos selecionados inicialmente pelo Scielo e seleção secundária destacada em negrito.

Nº	Ano	Título	Autor	Região/Estado	Local de publicação
1	2023	Variáveis voltadas à prevenção da violência contra a mulher mulheres no ensino médio	Villarreal e Medina.	Nuevo Leon, México	Revista Iberoamericana para la Investigación y el desarrollo educativo
2	2016	A vagina-escola: seminário interdisciplinar sobre violência contra a mulher no ensino das profissões de saúde	Diniz <i>et al.</i>	São Paulo - SP	Interface: comunicação, saúde e educação
3	2010	Uma terceira via para a gente aprender as coisas femininas...perspectivas sobre o desenvolvimento de um projeto de promoção de saúde e cidadania de meninas	Leite e Tonolli	Florianópolis SC	Interface: comunicação, saúde e educação

4	2022	Teatro em cena no processo ensino-aprendizagem para abordagem da violência contra mulheres: relato de experiência	Alves <i>et. al</i>	Cariri - CE	Relato de experiência: Escola Ana Nery
5	2022	Intervenção educativa crítico-emancipatória por meio de jogo para enfrentamento da violência de gênero	Fornari e Fonseca	São Paulo - SP	Revista Brasileira de Enfermagem
6	2021	Jogabilidade, aprendizados e emoções no jogo Violetas: cinema & ação no enfrentamento da violência contra a mulher	Pires <i>et. al</i>	Brasília - DF	Ciência e Saúde Coletiva
7	2020	<b>Diálogos de gênero na educação: considerações sobre o projeto <i>Lei Maria da Penha vai às escolas</i></b>	Albuquerque	Caruaru - PE	Revista Estudos Feministas

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

O primeiro intitulado “Variáveis voltadas à prevenção da violência contra a mulher mulheres no ensino médio” é um artigo que aplica um questionário em uma escola, investigando a presença da violência relacionada a variáveis como apoio emocional parental e sentimento de pertencimento, sendo assim descartado para a análise. O segundo, “A vagina-escola: seminário sobre violência contra a mulher no ensino das profissões de saúde”, é um artigo que apresenta os resultados obtidos em um evento realizado na Faculdade de Saúde Pública da USP, como parte de uma disciplina de graduação, sendo também descartado. O terceiro, “Uma terceira via para a gente aprender as coisas femininas...perspectivas sobre o desenvolvimento de um projeto de promoção de saúde e cidadania de meninas”, que investigou as expectativas e percepções das meninas participantes das atividades do Programa Univali Mulher, criado como resposta aos resultados de uma pesquisa que desenvolveu uma metodologia inclusiva de educação. O quarto, “Teatro em cena no processo ensino-aprendizagem para abordagem da violência contra mulheres: relato de experiência”, apresenta uma abordagem em uma disciplina do curso de graduação em Enfermagem, sendo descartado. O quinto artigo, “Intervenção educativa crítico-emancipatória por meio de jogo para enfrentamento da violência de gênero”, realizou uma oficina pedagógica utilizando o jogo Violeta, com profissionais de serviço intersetoriais de atendimento às mulheres, sendo então

descartado. O sexto, “Jogabilidade, aprendizados e emoções no jogo Violetas: cinema & ação no enfrentamento da violência contra a mulher”, analisa a aplicação do jogo em graduandos da área da saúde, ciências sociais e antropologia, sendo então descartado. O sétimo artigo, “Diálogos de gênero na educação: considerações sobre o projeto *Lei Maria da Penha vai às escolas*”, é um artigo que busca apresentar e discutir o projeto, analisando as oficinas pedagógicas aplicadas em uma escola municipal do município de Caruaru - PE em 2016.

Como as ações aplicadas foram, majoritariamente, em ambientes de atendimento de saúde e instituições de ensino superior, o único artigo selecionado para a análise foi o sétimo, que aborda oficinas pedagógicas com o intuito de atuar no enfrentamento a violência contra a mulher, em uma escola de ensino básico em Pernambuco.

Dessa forma, através da leitura do sétimo artigo, foi identificada a aplicação de oficinas pedagógicas em 4 turmas com cerca de 20 alunos em cada, com faixa etária de 9 a 14 anos, do 6º e 7º ano do fundamental anos finais. As oficinas tiveram duração média de duas horas e os temas iniciaram a partir das vivências que estimulavam a discussão sobre a temática, promovendo a construção coletiva do saber. Em seguida, houve uma dramatização de algumas cenas, relatadas como comuns no cotidiano, de violência, para ouvir as possíveis intervenções antes e depois de dialogar sobre os conceitos.

### 2.4.3 Busca no Google Acadêmico

A pesquisa no banco de dados do Google Acadêmico foi realizada inicialmente com busca utilizando os descritores “ensino + violência contra a mulher” gerando 361.000 resultados. Com isso, foi realizada a leitura dos 100 primeiros trabalhos, nas 10 páginas, para a seleção primária. Em seguida, com o intuito de restringir a busca, foram utilizados os mesmos descritores para os títulos, apresentando 46 resultados (**quadro 5**).

**Quadro 5:** descritores e resultados na busca do Google Acadêmico.

Investigação	Descritores e operadores booleanos	Resultados
Primária	“ensino + violência contra a mulher”	361.000
Secundária	“ensino + violência contra a mulher” apenas para o título	46

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2024.

Foram selecionados 26 trabalhos que, de acordo com o título, apresentavam como foco da pesquisa a violência contra a mulher na educação básica, com descrições sobre as abordagens pedagógicas. Após a leitura dos resumos e leitura flutuante dos trabalhos, foram destacados, em negrito no quadro, os 22 trabalhos que serão utilizados para a discussão posterior (**quadro 6**).

**Quadro 6:** artigos selecionados inicialmente no Google Acadêmico e seleção secundária destacada em negrito.

Nº	Ano	Título	Autor	Região/ Estado	Local de publicação
1	2004	Violência sexual contra a mulher: um desafio para o ensino e a pesquisa no Brasil	Squinca, Diniz e Braga	Brasília - DF	Revista Bioética
2	2012	Violência não faz meu gênero: representações sociais da violência contra a mulher por alunos e professores do ensino médio de uma escola pública	Santos, Karine Brito dos	Brasília - DF	Dissertação da Universidade de Brasília
3	2019	Violência contra as mulheres: cultura histórica, subjetivação e ensino de histórias do possível	Oliveira, Suzane Rodrigues <i>et. al</i>	Brasília	Livro: Gênero, Subjetivação e Perspectivas Feministas
4	2016	“Marias também têm força”: a emergência do discurso de enfrentamento à violência contra a mulher na rede pública de ensino de Caruaru	Oliveira, Karinny Lima de	Pernambuco	Dissertação da Universidade Federal de Pernambuco
5	2020	<b>Violência contra a mulher: um diálogo com estudantes do ensino médio.</b>	Novais <i>et al.</i>	Santa Catarina	Revista Elo - diálogos em extensão
6	2017	<b>Violência contra a mulher: um debate necessário com estudantes do ensino médio</b>	Zanotelli <i>et al.</i>	Rio Grande do Sul	Revista Práticas de Iniciação da Docência na Região Sul
7	2019	Violência contra mulheres nos livros didáticos de História (PNLD 2018)	Oliveira, S. R.	Brasília	Revista Estudos Feministas
8	2023	Variáveis orientadas à prevenção da violência contra a mulher no ensino médio.	Villarreal e Medina	Nuevo León - México	Revista Iberoamericana para la Investigación y

					el Desarrollo Educativo
9	2023	Violência contra a mulher: abordagens no ensino de Ciências	Rodrigues, Barros e Witt	Rio Grande do Sul	Anais do XIV Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências
10	2020	<b>Mulheres filósofas e violência contra a mulher: teoria e prática em Filosofia no Ensino Médio</b>	Marielle Camilo <i>et.al</i>	Paraná	Revista Espacios
11	2020	<b>Capacidades de linguagem mobilizadas no processo de leitura, por alunos do Ensino Fundamental, em textos jornalísticos sobre violência contra a mulher</b>	Lima, Kesia Suyanne Pinheiro	Fortaleza, Ceará	Dissertação - Universidade Federal do Ceará
12	2016	Gênero e violência contra as mulheres em contos da literatura brasileira: leitura e ensino em perspectiva	Silva, C. D. e Azevedo, L. R. S.	Paraíba	Anais do VI Encontro Nacional de Literatura Infanto-Juvenil e Ensino
13	2020	Formação docente e ensino de História: violência contra as mulheres e sua luta por direitos como tema da experiência didático-pedagógica em sala de aula	Antonio, Edna M M & Santos, Fernanda C P	Dourados, Mato Grosso do Sul	Fronteiras: Revista de História
14	2023	Instituições no combate a violência contra as mulheres: a novela Pantanal como caso de ensino	Cecília da Silva & Ana Carolina G D Motta	Duque de Caxias, Rio de Janeiro	Revista Brasileira de Estudos Organizacionais
15	2023	A violência contra a mulher e os livros didáticos de Ciências	Letícia B Martins & Rosemar A Santos	Chapecó, Santa Catarina	II Simpósio Sul-Americano em Ensino de Ciências
16	2020	<b>Violência de gênero: a Lei Maria da Penha como ação afirmativa no</b>	Lidiane da	Maceió - Alagoas	Dissertação do Instituto Federal

		<b>combate à violência contra a mulher no contexto do ensino médio integrado</b>	Conceição Barbosa Bomfim		de Alagoas
17	2022	<b>Um estudo sobre a abordagem da violência contra mulheres no ensino de Filosofia</b>	Gabriela Cavalcant e Alves Gomes	Bauru - São Paulo	Dissertação da Universidade Estadual Paulista - UNESP
18	2022	Representações sociais da violência contra mulher: relatos de estudantes da EJA da Rede Pública Municipal de Ensino de Manaus/AM	Sena, Débora Napoleão	Manaus - Amazonas	Dissertação da Universidade Federal do Amazonas
19	2024	Letramento literário: reflexões sobre a violência contra a mulher na literatura brasileira - uma proposta para os anos finais do ensino fundamental	Andrade, Alexandre de Melo	Sergipe	Dissertação da Universidade Federal de Sergipe
20	2017	Violência contra a mulher: representatividade e espaço no ensino de literatura	Klein, M. S. <i>et al.</i>	Chapecó - Santa Catarina	Anais do Semiárido de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFFS
21	2023	Violência contra a mulher : compreendido na Escola Estadual de Ensino Médio, no município de Minas do Leão/RS	Nunes, M. M. L.	Minas do Leão - Minas Gerais	Monografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
22	2021	<b>Prática de SD durante o ensino remoto: marcas da violência contra a mulher em contos de Marina Colasanti</b>	Damasce no; Valério; Magalhães	Barra do Garças - Mato Grosso	Revista Prática Docente
23	2021	Pesquisa-ação em turmas de 9º ano do ensino fundamental: (re)posicionamentos sociais de alunos em práticas de leitura a respeito da temática “violência contra a mulher”	Lilian Arenas	Maringá - Paraná	Dissertação da Universidade Estadual de Maringá
24	2022	Violência psicológica contra a mulher/menina no namoro: conscientização para prevenção nas	Silva, Mateus & Isael, Santana	Paranaíba - Mato Grosso do Sul	Aais do Fórum de Iniciação Científica do UNIFUNEC

		escolas entre alunos(as) de ensino médio de Paranaíba			
25	2023	<b>Modelagem matemática na violência doméstica contra a mulher: uma proposta para o ensino de estatística no ensino médio</b>	Barros, Roseli Araújo	Cidade de Goiás - Goiás	Monografia da Universidade Estadual de Goiás
26	2023	Aprendizagens sobre violência doméstica contra a mulher no ensino de História - invisibilidade das mulheres no ensino de História	Viviane Andrade dos Passos	Sergipe	32º Simpósio Nacional de História - São Luís/MA

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2024.

O primeiro artigo selecionado foi descartado para a discussão, pois aborda sobre o ensino do tema no curso de graduação de Enfermagem e Serviços Sociais. O sétimo e o décimo quinto foram descartados pois apresentam uma análise da inserção do tema nos livros didáticos de História e Ciências, respectivamente. A oitava pesquisa foi descartada por não apresentar a descrição das abordagens pedagógicas, apenas destaca a importância do tema na educação. Os demais trabalhos, destacados em negrito, foram selecionados para a discussão dos tipos abordagens pedagógica sobre o tema violência contra a mulher com os alunos de redes de ensino básico.

O tema transversal Saúde pode ser trabalho no ensino básico de forma interdisciplinar, com diferentes matérias. Com isso, os artigos 3, 10, 11, 12, 13, 17, 19, 20, 23, 25 e 26, destacados no **quadro 6**, apresentam abordagens pedagógicas nas disciplinas de História, Filosofia, Sociologia, Linguagem e Matemática, possibilitando a integração do ensino escolar para o enfrentamento a violência contra a mulher com diferentes áreas. Além do décimo sexto que tem como foco a disseminação de informações legais para a efetivação dos direitos humanos. A décima oitava pesquisa foi selecionada pois trabalha o tema na educação básica da Educação para Jovens e Adultos, que pode fornecer informações sobre as diferentes modalidades de ensino.

### 3 FENÔMENO VIOLÊNCIA

#### 3.1 Conceito de violência

A violência é um termo de origem do latim, *violentia* derivada de *vis*, que expressa dois significados diferentes. O primeiro sentido se relaciona com força, vigor, potência, emprego de força física, enquanto o segundo se refere a quantidade, abundância, essência ou caráter essencial de uma coisa. De um modo geral, a violência pode significar a intensidade ou força de uma ação, capaz de provocar a perturbação em uma ordem ou o rompimento de acordos e regras que ordenam as relações estabelecidas (Michaud, 1989).

A violência é essencialmente um fenômeno social, na qual apresenta suas formas específicas dentro das relações humanas, colocando todos os sujeitos como vítimas e autores concomitantemente, cada um a seu modo, através de uma fonte comum: uma estrutura social desigual e injusta. Estão presentes, em maior ou menor intensidade, em todas as regiões do país e nos diversos grupos sociais, atravessando as variadas fases da vida. Invade todos os espaços e torna-se um espetáculo, transforma a forma de ser dos indivíduos e também em uma forma de domínio. (Minayo, 1993; Souza, 2005).

Esse fenômeno pode ser caracterizado pelo uso real ou virtual da coerção, desvalorizando e impedindo o reconhecimento de um indivíduo, derivando de diversas motivações como classe, gênero ou raça, mediante do uso da força ou poder de coerção, provocando algum dano e inviabilizando os direitos da sociedade democrática contemporânea (Santos, 2002).

Para Hannah Arendt, a violência, por sua própria natureza, é instrumental e está sempre à procura de orientação e de justificativas para sua finalidade, e, do ponto de vista fenomenológico, se aproxima da coerção e do vigor, pois como instrumento é concebida e tem como propósito a multiplicação do vigor natural. As condições que determinam a presença do fenômeno podem ser: perda da autoridade ou certas transformações nas tradicionais relações de poder (Andrês, 2012; Arendt, 1969).

A violência é considerada um fenômeno cotidiano, sendo normalizada e, conseqüentemente, negligenciada. Embora a caracterização dos fenômenos de violência e de poder possam permear campos diferentes, comumente aparecem juntos, pois “a dominação da pura violência vem de onde o poder está sendo perdido” (Ribeiro, 2022, p.3), entretanto, podem atuar de formas opostas, ao passo que quando um domina absolutamente, o outro se ausenta (Arendt, 1985).

Há diversos autores que investigam as teorias para compreender a violência na sociedade, sendo algumas qualificadas como fenômeno extraclassista e ahistórica, de caráter universal, e outras como resultado de um efeito disruptivo dos acelerados processos de mudança social, provocados, sobretudo, pela industrialização e urbanização. (Coelho; Silva; Lindner, 2014).

Através da compreensão etimológica do termo, é possível reconhecer que, categorizar um ato como violento requer a identificação do rompimento de limites estabelecidos, que podem dialogar com aspectos sociais, institucionais, jurídicos e pessoais. Todavia, a estipulação desses limites depende de diversos fatores determinados pelo meio sócio histórico e cultural em que se encontra. Logo, a violência, como fenômeno social, possui um caráter polissêmico, ou seja, pode se apresentar em diferentes formas de acordo com seu contexto (Hayeck, 2009).

Assim como a definição do conceito sobre violência, sua classificação também não apresenta um consenso, sendo tão amplo que dificilmente abrange todas as formas. Os tipos de classificação dependem dos critérios determinados, das evidências da realidade empírica, dos modos de combate e outras modalidades. Entre as diversas formas, é possível classificar a violência entre: a provocada e a gratuita, a real e a simbólica, a sistemática e a não sistemática, a objetiva e a subjetiva, a legitimada e a ilegítimada, a permanente e a transitória (Paviani, 2016).

Os eventos de violência, presentes nas estruturas sociais, são objetos de investigação em várias áreas da ciência. Para a sociologia, de acordo com a concepção durkheimiana, desempenha a função de estabelecer uma Ciência da sociedade, através da compreensão dos fatos sociais, tornando possível a separação entre o normal e o patológico nos fenômenos sociais. Ao realizar a identificação desse fenômeno, quando patológico, é possível agir em direção à resolução desses conflitos, independentemente das posições políticas estabelecidas (Oliveira, 2013).

Segundo o sociólogo Pierre Bourdieu (1989) a violência pode estar relacionada à imposição do poder simbólico, que é definido como processo de consolidação de determinados valores culturais, que ocorrem por meio de atos violentos em diversas esferas e formas em uma sociedade. O autor descreve o conceito de *violência simbólica* para os processos de imposição, sem necessariamente recorrer a violência física, de significados e valores culturais da classe dominante, com o intuito, implícito e explícito, de perpetuar as estruturas sociais de poder e dissimular as relações de poder por processos de legitimação. A reprodução cultural é a forma na qual a dominação simbólica reforça e legitima a dominação

social. Bourdieu define a ação pedagógica institucionalizada como uma forma de violência simbólica, uma vez que reproduz um acervo de conhecimentos e aspectos culturais determinados de forma arbitrária das classes dominantes (Bourdieu, 2009; Stoer, 2008).

Para o entendimento popular, a violência trata-se da ruptura de qualquer forma de integridade da vítima, como física, psíquica, sexual e moral. Na contemporaneidade é um tema complexo de ser abordado, sobretudo com a finalidade de reconhecimento, análise e enfrentamento, pois é atravessada por diversos empecilhos que surgem das estruturas sociais e atuam na manutenção do controle e poder, na qual utilizam como meio os atos de violência física e simbólica contra os grupos minoritários (Saffioti, 2015).

A violência pode ser classificada em cinco tipos básicos: a violência coletiva, que é direta e composta por participantes ativos; a violência institucional ou estatal, que utilizam da legitimação para o uso da força; a violência estrutural, instituída dentro de uma estrutura social; a violência cultural, exercida de forma individual ou coletiva em razão das diferenças culturais para inferiorizar ou desconhecer a identidade do outro; e a violência individual, que se refere a manifestação de um modo interpessoal (Bonamigo, 2008).

Para além do aspecto social, a violência, em sua essência, é um fenômeno, pontual ou crônico, que provoca uma forte carga emocional aos indivíduos, tanto para quem sofre, quanto para quem acomete e até para quem a presencia, capaz de atingir de diferentes formas e resultando em consequências complexas aos envolvidos. Para propor um desfecho investigativo sobre o tema, é necessário perpassar pelas diversas áreas da ciência que colocam o ser humano como centro do objeto de investigação, como a filosofia, psicologia e biologia (Minayo, 2006).

Do ponto de vista da filosofia, Zizek faz a distinção das formas de violência, sendo elas: subjetiva, que é visível e direta, sendo exercida pelo próprio Estado e pelos indivíduos em uma sociedade; e objetiva, considerada indireta e invisível, normalizada nos atos violentos do cotidiano, considerados fundadores da ordem social. Alerta a centralidade da atenção e reconhecimento da violência subjetiva, que é passível na interferência do senso crítico das pessoas, enquanto a violência objetiva é, comumente, analisada como perturbação do estado normal e pacífico (Neves; Santos; Mariz, 2017).

Dentro da perspectiva da violência objetiva, a violência simbólica e a sistêmica estão presentes na imposição através da linguagem, na qual evidencia a dominação cultural hegemônica, atuando na perpetuação do poder da classe dominante através de uma violência invisibilizada, pois além de indireta, a vítima não a reconhece e pode agir passivamente, através da naturalização (Zizek, 2009).

A distinção entre a realidade e o real, do ponto de vista lacaniano, podem desvendar as influências das diferentes formas de violência, pois a primeira se relaciona com a realidade social dos indivíduos, que implica as interações e os processos de produção da sociedade, enquanto o segundo diz respeito às estruturas sociais abstratas, que determinam a realidade social (Zizek, 2009).

O surgimento das ações violentas interpessoais podem partir do desejo mimético do ser humano, revelando que cada pessoa possui um potencial violento e que é ativado pelo ato de desejar. Mimese é um termo com origem grega *mímesis*, que significa imitar ou representar, utilizado em diferentes contextos dentro das áreas do conhecimento. O desejo mimético sobre um determinado objeto é construído socialmente a partir do estabelecimento de valores e relações humanas, condicionando os indivíduos em uma disputa por um mesmo objeto e utilizando da violência para alcançar o que almeja (Girard; Doran, 2008).

Para Rousseau, a característica da agressividade humana está presente em sua natureza com a finalidade de sobrevivência e defesa, porém não é considerada necessariamente um instinto negativo. Para a fase da infância, no intrínseco do ser, há o potencial para a piedade, o amor próprio e a cooperação. Entretanto, através do aprendizado sobre o mundo e com a interação com seu cuidador, presenciando as normas e valores que representam a realidade, as características consideradas como positivas individual e coletivamente passam a se corromper e transformá-las em tirania, violência, disputa e ausência da empatia. Logo, a violência, presente na sociedade como imposição de poder, é um produto social e não inata do ser humano (Almeida, 2010).

Por outro lado, a violência pode ser vista por duas faces: natural, sendo própria de todos os seres humanos; e artificial, provocada pelo excesso de força e dominância de uns sobre os outros. Essa divergência de pensamentos ocorre a partir do objeto, do campo de pesquisa e do método de investigação. Muitos estudos consideram mais de um aspecto que embasa a violência, todavia raramente é considerado a totalidade do fenômeno e seus múltiplos fatores (Moderna, 2016).

A compreensão da diferença entre a agressividade, que é considerada como própria do ser humano, da violência, que é constituída através das relações complexas entre a estrutura social e cultural estabelecida e as intencionalidades subjetivas de dominação do ser civilizado, é essencial para caracterização real dos fenômenos, pois a generalização do termo violência pode trazer o risco de banalizar seus efeitos e produzir saberes rasos e unidirecionais (Souza, 2005).

As ciências biológicas possibilitam o entendimento da violência considerando diversas áreas, como a anatomia e fisiologia, a genética do comportamento, a neurobiologia, a etologia e a sociobiologia, que culminam em diferentes pontos de vista, colaborando para uma compreensão mais abrangente e biológica. Entretanto, a ciência pode também reforçar ideologias e legitimar preconceitos na sociedade, como ocorre em relação a xenofobia, sexismo, homofobia e racismo. Tais episódios se desenvolvem de acordo com a intencionalidade política e econômica imposta pelos grupos sociais dominantes, utilizadas como bases para certas ideologias sociais ao distorcer os conceitos científicos e desconsiderar a imparcialidade da ciência (Sousa, 2024).

Para a etologia, área que investiga o comportamento animal, é observado situações de agressão em diversos grupos de animais com o intuito de sobrevivência e adaptação ao ambiente, como a disputa por território, fêmeas e recursos alimentares. Estudos em primatas, humanos e não humanos, que vivem em grupos sociais onde há a hierarquia de poder, são relacionadas as semelhanças nas finalidades das ações agressivas, como a coação sexual e a dominação imposta pelo macho sobre a fêmea. Violências como o estupro estão presentes em diferentes espécies, além da disputa física pelo status no grupo, fertilização, morte da prole de outros machos e controle das fêmeas, que garante o sucesso reprodutivo de determinados indivíduos. No gênero *Homo sapiens*, estudos consideram que a presença da violência contra a mulher está associada à estrutura social patriarcal no desenvolvimento evolutivo, tanto na sociedade ocidental quanto na oriental. As hipóteses da origem e permanência expressiva da violência na humanidade, perpassa no entendimento sobre a elaboração evolutiva das capacidades cognitivas, apontando que, diferente de outros animais sociais, de modo geral há uma falha na inibição biológica que controla a agressão na própria espécie (Oliveira, 2023).

O campo de pesquisa da genética proporciona uma compreensão probabilística sobre a presença da violência em determinados grupos e formas mais específicas de atuar na contenção e redução do comportamento. Alguns estudos investigam como certos genes podem estar associados a comportamentos agressivos ou violentos, como a sequência gênica relacionada à regulação de neurotransmissores. Os fatores genéticos interagem diretamente com fatores ambientais e podem influenciar o desenvolvimento de comportamentos violentos. É então compreendida a predisposição genética para comportamentos agressivos em um indivíduo, entretanto, o desenvolvimento dessas ações podem ser realçados ou mitigado através de experiências de vida, tanto negativas, como negligência, má nutrição, abuso infantil e exposição a violência na infância, quanto positivas, como a presença de relações saudáveis, nutrição adequada e ambiente seguro. Na teoria evolutiva, é possível elucidar como os fatores

ambientais e culturais moldam o desenvolvimento dos indivíduos através das gerações na humanidade, para além da evolução biológica do cérebro (Ficks; Waldman, 2014; Raine, 2019).

A categorização na investigação sobre a violência depende da análise a partir das características comportamentais ou biológicas. Partindo da análise comportamental, é apresentado um maior número de categorias para abranger a variedade de circunstâncias que funcionam como estímulo para o surgimento do fenómeno, enquanto na análise biológica, há um número reduzido que contempla a quantidade de sistemas neurológicos e hormonais distintos, que se relacionam com o comportamento agressivo. Para a biologia, a categorização mais amplamente aceita dos comportamentos agressivos pauta a distinção da agressão ofensiva, defensiva e predatória. Das categorias mais elaboradas, há a integração da agressão induzida pelo medo, a territorial, a relacionada ao sexo e a agressão materna (Archer, 2006).

Alguns estudos relatam que casos específicos da agressão humana podem estar relacionados diretamente à agressão dependente de testosterona em mamíferos não primatas, e apontam a relação entre a agressividade com a elevada presença de determinados hormônios. Essa perspectiva hormonal discute a relação entre os atos de agressão intermasculina, a territorial e a materna, em algumas espécies. Por outro lado, há evidências que relacionam esses tipos de agressões com o sistema límbico, ocasionados por situações de disfunção por lesões, doenças ou atividade elétrica anormal, responsáveis pelo aumento da agressividade do tipo defensiva, bem como em outras espécies de mamíferos (Archer, 2006; Albert; Walsh; Jonik, 1993).

As contribuições das Ciências Biológicas sobre a natureza da violência apresenta frequentes críticas, destacando a dicotomia entre natureza e a cultura, ao invés de uma integração das áreas do conhecimento frente a uma problemática que atinge todas as esferas sociais. Dessa forma, mesmo que a causa inicial da violência seja por um estímulo social, a compreensão aprofundada do fenómeno requer a consideração dos recursos de processamento das informações no cérebro, como a raiva e o medo, que podem influenciar nas respostas ao ambiente. Considerar a natureza biológica da agressão humana pode enriquecer a compreensão do desenvolvimento e da motivação, percorrendo para além das vertentes unidimensionais, que enfatizam, como meio de enfrentamento, a punição, o aprendizado social e o autocontrole. (Archer, 2006; Flores, 2002).

### **3.2 Violência: um problema de saúde pública e categorias**

O estudo sobre a violência tem sido objeto de investigação no campo das ciências humanas e sociais e na filosofia por décadas nas sociedades do mundo, com a finalidade de estabelecer os conceitos intrínsecos e compreender a raiz e desdobramentos desse fenômeno social complexo. Mas apenas a partir da década de 90, a violência passou a ser reconhecida como um problema de saúde e, através da emergência de inúmeros casos que popularizaram e causaram impactos mundiais, foi apresentado um planejamento de combate aos crimes, através dos setores da segurança pública e do sistema judiciário. O objetivo das ações está no estabelecimento de diretrizes e ações legais de combate a violência e assistência às vítimas (Schraiber; Oliveira; Couto, 2009).

A resolução da Assembléia Mundial da Saúde, em 1996, declarou que a violência está caracterizada como um problema crescente de saúde pública no mundo, que afeta pessoas de todas as idades e ambos os sexos, mas especificamente mulheres e crianças. Foi apontado as sérias consequências, a curto e a longo prazo, para os indivíduos, famílias e comunidades e os efeitos prejudiciais gerados ao setor de serviço de saúde. Diante disso, foi realizada a solicitação aos Estados Membros a ação urgente a essa problemática dentro de suas fronteiras, avaliando o problema e comunicando à Organização Mundial de Saúde (OMS) tais informações e suas abordagens de prevenção e combate. E, o requerimento ao Diretor Geral quanto a: caracterização dos diferentes tipos de violência, magnitude e causas, incluindo uma perspectiva de gênero na análise; avaliação os tipos de soluções e eficácias de medidas e programas de prevenção; e promoção de campanhas que abordem o diagnóstico, registro e gerenciamento, e pesquisas sobre violência; disseminação de recomendações para programas de prevenção. O documento apresenta em seu escopo os seguintes temas: violência como saúde pública, violência juvenil, abuso infantil e negligência, violência perpetrada por parceiros íntimos, abuso de idosos, violência sexual, auto-infligida, coletiva e perspectivas de caminho e recomendações (Krug. *et al*, 2002).

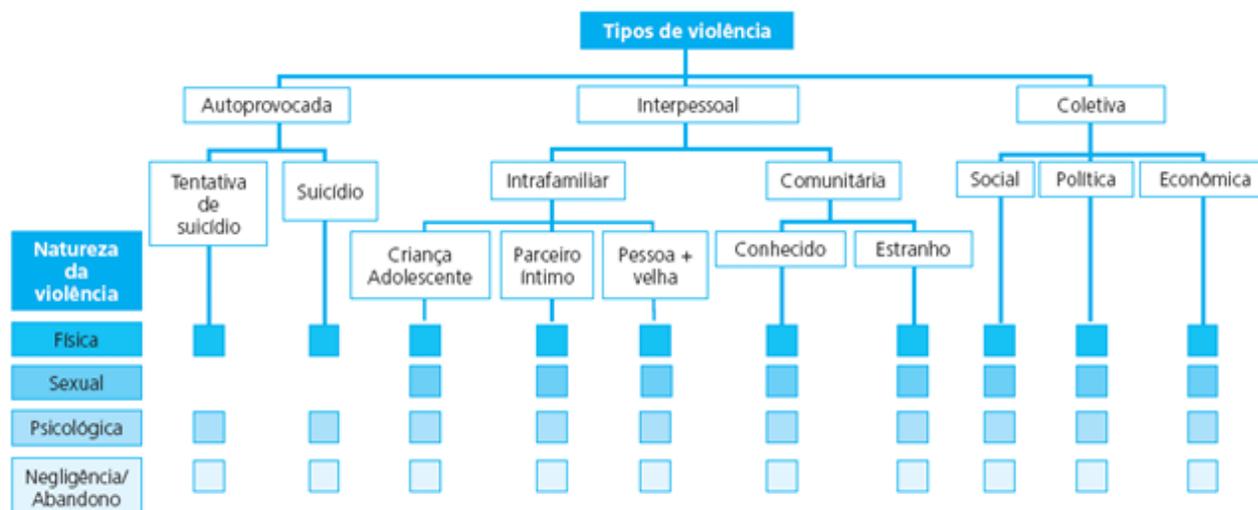
O desenvolvimento do Relatório Mundial sobre Violência e Saúde (2002) atua como importante instrumento para pesquisadores, profissionais da saúde e todos os envolvidos no desenvolvimento e implementação de programas e serviços de prevenção, educadores e policiais, apresentando: a magnitude e os impactos no mundo; os principais fatores que causam a violência; relatar os tipos de ações, intervenções e respostas políticas, e sobre sua eficácia; e recomendações de ações em nível local, nacional e internacional. Das causas apresentadas, é possível identificar que, ao mesmo tempo que há fatores biológicos e individuais que explicam a predisposição à agressão, é mais frequente a relação destes com

fatores familiares, comunitários, culturais e os demais fatores externos para criar uma situação de violência. Frente às causas enraizadas nos eixos culturais e econômicos, de acordo com as evidências apresentadas no documento com exemplos bem sucedidos, a violência pode ser evitada através de trabalhos individuais, comunitários, políticas nacionais e iniciativas legislativas (Krug. *et al*, 2002).

Segundo a Organização Mundial da Saúde, a saúde pode ser compreendida como completo bem estar físico, mental, social e espiritual dos indivíduos. A violência é caracterizada como um problema de saúde pública por suas consequências e alta incidência de danos à saúde física e psicológica dos envolvidos e principalmente das vítimas que sofreram os atos violentos. Está presente em todo o mundo e é responsável pela morte de mais de um milhão de pessoas, sendo a principal causa de morte de pessoas na faixa etária de 15 a 44 anos. É definida como o uso intencional da força ou poder causando ameaça, negligência ou ação efetiva contra uma pessoa, o coletivo ou a si próprio, possibilitando ocasionar lesão física, dano psíquico e privações. E, para além dos efeitos imediatos, há também as consequências latentes, como traumas, que podem perdurar por anos, e definitivos, como causar deficiências e morte. (Coelho; Silva; Lindner, 2014; Krug *et al.*, 2002).

As tipologias apresentadas pela OMS, para a classificação dos diferentes tipos de violência e suas definições, foram estabelecidos três grupos, analisando os infratores, sendo elas: a violência coletiva, que acontecem em âmbitos macrossociais, políticos e econômicos e são caracterizadas pela dominação de grupos e do Estado; a violência autoprovocada, subdivida em comportamentos suicidas e os autoabusos; e a violência interpessoal, subdividida em violência comunitária e familiar. A **Figura 1** apresenta um esquema de representação dos tipos de violência e natureza. (Krug *et al*, 2002).

**Figura 1** - esquema de representação dos tipos de violência e natureza.



**Fonte:** Relatório Mundial sobre Violência e Saúde (Krug *et al.*, 2002).

De acordo com Minayo (2006), para além da classificação apresentada, é essencial a inserção da tipologia de violência estrutural, que se refere aos processos sociais, políticos e econômicos que reproduzem a fome, a miséria e as desigualdades sociais, de gênero e etnia. A violência também é abordada como um problema de saúde pública por estar relacionada à qualidade de vida dos indivíduos de uma sociedade e, conseqüentemente, acionar os cuidados pelos serviços públicos de saúde (Minayo, 2003; Minayo, 2006).

Para os governos, a tentativa de resolver ou remediar a problemática da violência gera gastos dispendiosos anuais através da assistência em saúde física e psicológica para pessoas que sofreram o abuso de seus direitos, disposição de artifícios legais para retomada de direitos e punição dos infratores, e falta ou ausência de produtividade dentro da sociedade. Estimar o custo humano em sofrimento e dor é inviável, pois para além das formas evidentes de violência, como terrorismo e guerra, há muito mais violências invisíveis nas sociedades, inclusive em locais criados para cuidar das pessoas. A abordagem da saúde para o enfrentamento a essa problemática é interdisciplinar e com bases científicas, enfatizando a ação coletiva e cooperativa de vários setores, como saúde, educação, pesquisa, serviços sociais, justiça e política. É realizada em quatro etapas principais, sendo elas: revelar o máximo de conhecimento básico, através da coleta sistemática de dados; investigar as causas e fatores que aumentam e diminuem o risco; elaborar, monitorar e avaliar as intervenções; e implementar intervenções e divulgar amplamente as informações (Krug *et al.*, 2002).

Segundo o Atlas de Violência de 2024, realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), a taxa de homicídios estimada por 100 mil habitantes, no Brasil, entre 2019 e 2022, apresentou

estabilidade quanto ao número, mantendo o patamar de 52 mil homicídios, e uma variação negativa de 2,7% na taxa. Todavia, as estatísticas de homicídios estimadas a nível regional, apontam um aumento significativo na região Norte e Nordeste do país e redução da região Sul e Sudeste, corroborando a análise de Minayo, Pinto e Silva (2022) dos dados da Pesquisa Nacional de Saúde de 2019 (Cerqueira, 2024; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024; Minayo; Pinto; Silva, 2022).

O aumento do número de homicídios estimados na região Norte e Nordeste é apresentado por Cerqueira *et al.* (2013) em razão da disputa pelo controle do varejo de drogas nas maiores cidades, e depois nas médias e pequenas cidades, através do processo de interiorização, iniciado em 2000. Para além, a expansão das facções criminosas nas regiões citadas apresentou crescimento em 2010 e ápice em 2016 e 2017, e pelo controle do corredor internacional de narcotráfico. Outro fator apresentado foi a falta de avanços nas ações governamentais de 2019 em prol da segurança pública e aumento da letalidade policial (Cerqueira, 2024).

### **3.3 Violência contra a mulher e tipificações**

O fenômeno violência se apresenta de diversas formas e contextos. A violência contra a mulher é caracterizada por se apresentar de forma onipresente em todas as sociedades que atuam em uma lógica patriarcal, na qual compreendem a maior parte das sociedades conhecidas atualmente, e é utilizado como instrumento para a perpetuação das relações desiguais de poder. A cultura do patriarcado é representada como uma organização social de gênero, relativamente autônoma, que convive de maneira subordinada com as estruturas de classes sociais, e impõe um sistema de dominação e exploração, na qual o sexo masculino detém o poder sobre o feminino por meio da força física e/ou psicológica (Saffioti, 1992; Saffioti, 1995; Silva, 2022).

Para Saffioti (2001), as categorias de gênero atuam como responsáveis pela imposição de condutas e papéis sociais. Dessa forma, há a distinção quanto às tipificações de violências, sendo elas: a violência de gênero, mais ampla, que se apresenta nas relações entre homens, entre mulheres e entre homens e mulheres; a violência contra as mulheres, que se direciona especificamente aos corpos femininos; a violência doméstica, que ocorre majoritariamente contra mulheres, crianças e adolescentes; e a violência intrafamiliar, presente em relações com parentesco consanguíneos ou por afinidade (Saffioti, 2001).

Com a votação do Projeto de Lei 1904/2023, conhecida como PL do estupro, propoe que, se uma mulher violentada sexualmente realizar um aborto após a 22ª semana de gestação, será punida com pena de seis a vinte anos de prisão, mesmo em casos de aborto previsto em lei em casos de estupro. Para além, o Projeto de Lei 2499/2024 ainda prevê a obrigação das unidades de saúde notificar a polícia em casos de interrupção de gravidez decorrente de estupro. Essa punição para uma mulher violentada é maior que a pena máxima de 15 anos determinada para o estuprador que exerceu a violência. Em contrapartida, ainda no ano de 2024, o Brasil atingiu um novo recorde de estupros e estupros de vulneráveis, totalizando 83.988 vítimas. Através dessas estatísticas, foi registrado 1 crime de estupro a cada 6 minutos, segundo os registros policiais. O número de vítimas desse tipo de violência apresentou um crescimento quase ininterrupto em 13 anos de registros, atingindo um aumento de 91,5% de vítimas (Bueno, 2024).

De acordo com o Atlas de Violência de 2024, realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), entre 2012 e 2022, dentre as violências analisadas, mulheres são 60,1% das vítimas e, portanto, constituem a maioria em violência física (52,0%), psicológica (64,7%) e sexual (86,7%). Houve um aumento de todas as formas de violência contra a mulher, contabilizando mais de 18 milhões de mulheres vítimas. Além disso, o estudo revela que uma a cada três mulheres (33,3%) com mais de 16 anos já sofreu violência física e/ou sexual, indicando que o índice brasileiro é maior que o índice global, de 27% (Cerqueira, 2024).

As taxas de registro de diferentes crimes, extraídos dos boletins de ocorrência, dados de acionamentos da Polícia Militar e do Poder Judiciário sobre Medidas Protetivas de Urgência (MPU), apresentados no Anuário de Segurança Pública de 2024, apontam um crescimento nos diversos tipos de violências contra a mulher. Apesar da diminuição dos homicídios, as taxas de feminicídios cresceram em 0,8% em relação ao ano anterior, totalizando 1.467 mulheres mortas por razões da condição do sexo feminino. Esse número é o maior registrado desde a publicação da Lei 13.104/2015, que tipifica o crime (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024).

Dentro desse cenário, nos dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2024, houve um crescimento de 9,2% nas tentativas de homicídio de mulheres, sendo 33,4% de tentativas de feminicídio, totalizando um crescimento de 7,1%. Agressões em contexto de violência doméstica aumentaram em 9,8% e de violência doméstica houve um aumento significativo de 33,8%. Ao analisar os principais locais onde ocorre o feminicídio reconhecemos que a própria residência da vítima se torna um ambiente inseguro, atingindo

64,3%, e em segundo lugar mais comum, são as vias públicas, atingindo a porcentagem de 21,4%. Dentre os principais autores de feminicídios, o companheiro da vítima predomina o percentual, atingindo 63%, seguido por ex-companheiros, com 21,2% (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024).

Em 2023, o Mapa Nacional da Violência de Gênero contabilizou mais de 2 mil casos de feminicídios (**gráfico 1**), enquanto em 2024 em apenas 3 meses, de janeiro a março, contabilizou 584 feminicídios, o que equivale a 1 feminicídio a cada mil mulheres. Atualmente, o Brasil é um dos países com maior registro de feminicídio, que na maioria dos casos são ocasionados por homens companheiros e ex-companheiros das vítimas. Houve um aumento significativo dos valores registrados durante a pandemia mundial do Covid19, devido ao isolamento social, que propiciou um contato prolongado e quase exclusivo com os agressores dentro das residências (Federal, 2023; Nunes; Messia; Garcia, 2023).

**Gráfico 1:** Histórico de feminicídio no Brasil.



**Fonte:** Mapa Nacional da Violência de gênero, elaborado pelo Observatório da Mulher contra a Violência do Senado Federal, publicado em 2024.

Apesar das estatísticas apresentadas pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2024), sobre a violência física fatal contra pessoas negras, jovens, população LGBTQI+, pessoas com deficiência, indígenas e mulheres apresentarem uma queda desde 2017, é necessário ter grande cautela na análise dos dados devido a deterioração na qualidade dos

registros oficiais e subnotificações. Os dados obtidos de boletins de ocorrência produzidos pelas Polícias Cíveis indicam 5% a mais de mortes violentas intencionais comparadas aos dados registrados pelo sistema do Ministério da Saúde (Cerqueira, 2021; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024).

Os diversos tipos de violências cometidas contra à mulher surgem em todas as classes sociais, econômicas e étnicas, pois é um fenômeno de imposição de poder que permeia a relação entre os gêneros, logo, todos os grupos que são atravessados pelo papel de gênero feminino estão passíveis a sofrerem algum tipo de violência. Entretanto, os recortes sociais e individuais dispõem intensidades e frequência diferentes, vulnerabilizando mais certos grupos, principalmente os que se encontram como minoria na estrutura social, como mulheres negras, indígenas e de classes sociais mais baixas. Inclusive, o número de ocorrências varia entre as regiões brasileiras e apontam que, tanto na região Sul como na região Centro-Oeste, a diferença entre a incidência de agressões por raça ou cor é maior, indicando maior vulnerabilidade para mulheres negras a sofrerem violência (Engel, 2020).

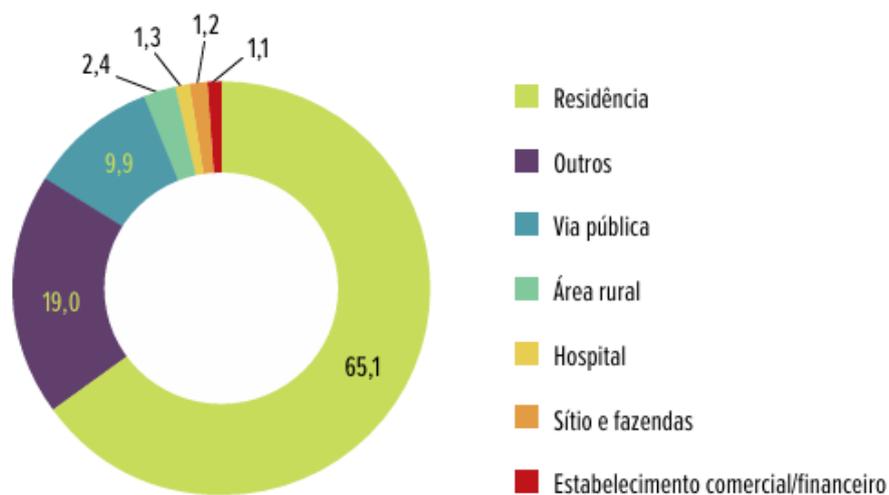
O Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2024) tem demonstrado ao longo das edições, que crimes de estupro são mais frequentes no sexo feminino, apresentando atualmente 88,2% de mulheres e meninas vítimas, que são violentadas por familiares ou conhecidos (76,7%) dentro de suas próprias residências (61,7%), como apresentado nos **gráficos 2, 3 e 4**.

**Gráfico 2:** Sexo das vítimas de estupro e estupro de vulneráveis (em %).



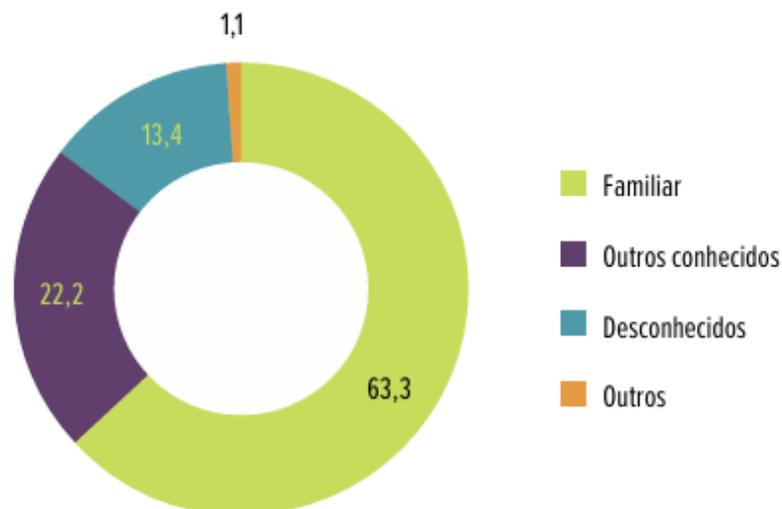
**Fonte:** Análise produzida com base nos microdados dos registros policiais e das Secretarias estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024.

**Gráfico 3:** Vítimas de estupro e estupro de vulnerável menores de 14 anos, por tipo de local (em %).



**Fonte:** Análise produzida com base nos microdados dos registros policiais e das Secretarias estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024.

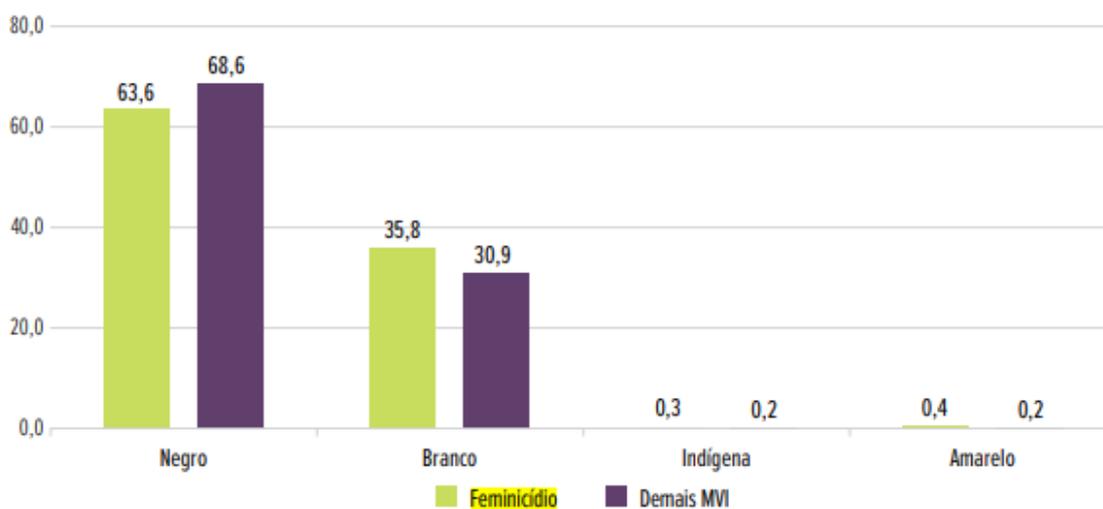
**Gráfico 4:** Vítimas de estupro e estupro de vulnerável menores de 14 anos, por relação com autor (em %).



**Fonte:** Análise produzida com base nos microdados dos registros policiais e das Secretarias estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024.

Para os casos de violência letal, permanece com a prevalência de perfis em mulheres negras (66,9%), com idade entre 18 e 44 anos (69,1%). Esse recorte de raça (**gráfico 5**) evidencia os resultados da construção histórica de uma estrutura social desigual e racista, apontando a discrepância nas taxas de 2023, sendo 61% vítimas negras e 38,4% de vítimas brancas (Bueno, 2024; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024).

**Gráfico 5:** Percentual de raça/cor das vítimas de feminicídio e demais mortes violentas intencionais (MVI) de mulheres.



**Fonte:** Análise produzida a partir dos microdados dos registros policiais e das Secretarias estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024.

Na última década, foram registradas no Sistema de Informações sobre Mortalidade, do Ministério da Saúde, 266 mortes de mulheres indígenas que cometeram suicídio e 261 mulheres indígenas que foram assassinadas. Pouco se tem debatido sobre a influência de fatores como o acirramento de conflitos agrários, envolvendo a disputa de territórios de povos originários, que dispõe influência sobre os casos de violência contra as mulheres indígenas, seja as advindas dos conflitos, ou dentro de suas relações familiares e comunitárias (Oliveira; Lotufo Neto, 2003; Engel, 2020).

O preconceito racial e étnico está diretamente associado ao aumento da violência, especialmente contra mulheres que são atravessadas por vertentes de grupos marginalizados pela sociedade. Mulheres negras e indígenas enfrentam uma dupla vulnerabilidade devido à interseção de gênero e raça, resultando em maior exposição a violência física, psicológica e sexual. O racismo estrutural agrava essa situação ao limitar o acesso a serviços de proteção e

justiça, perpetuando ciclos de impunidade. Além disso, a violência doméstica e sexual contra essas mulheres tende a ser mais severa e frequente em contextos de desigualdade social e econômica, reforçando sua marginalização (Davis, 2016).

Da violência praticada contra as comunidades indígenas no mundo, as mulheres são as principais vítimas. A violência física, como o estupro, é considerada como uma ação de dominação e desmoralização da comunidade indígena e parte de uma estratégia para desencadear uma limpeza étnica. No Brasil, os conflitos territoriais e agrários foram identificados como intensificadores da violência contra mulheres indígenas, revelando como o preconceito étnico contribui para a perpetuação de formas específicas de violência de gênero (Rosa, 2016).

Em 2015, um homem de 46 anos, não indígena, foi condenado por estuprar as cinco filhas com faixa etária de 5, 6, 10, 12 e 14 anos, na casa onde residiam, em Macapá/AP. A mãe, que é indígena da comunidade Karipuna, fez a queixa policial após desconfiar do comportamento de uma das meninas, que foi confirmada na justiça após exame de corpo de delito. Em Iguatemi/MS, desde 2016 os diversos casos de violência contra a comunidade indígena Guarani e Kaiowá, por pistoleiros de fazendas em invasões territoriais, como agressão física e estupro coletivo de mulheres, tiveram as ocorrências de denúncias ignoradas pela Superintendência regional da Polícia Federal do Mato Grosso do Sul e Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP) do estado (Pacheco, 2015; Biasetto; Vista, 2024).

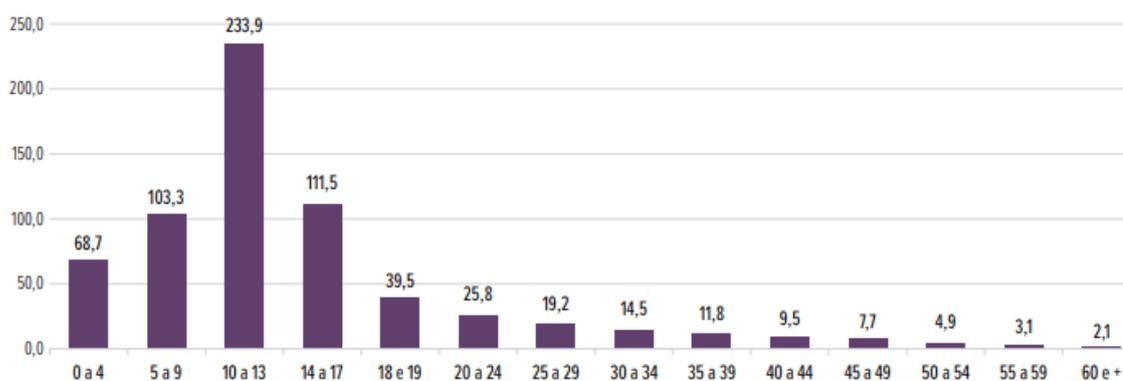
A violência contra mulheres lésbicas, bissexuais e transgênero apresentam frequência significativa e ocorrem por razão do gênero biológico relacionado a discriminação da orientação sexual e identidade de gênero. As formas de violência mais comuns incluem: física, como assassinato, espancamento, sequestro, estupro e abuso sexual; e psicológica, como ameaça, coerção e privação arbitrária da liberdade (Engel, 2020; Souza, 2021).

Os crimes sexuais de estupro de mulheres e meninas cresceu em 5,3%, destacando que a idade em que concentra o maior número de casos está entre 10 e 13 anos, com 233,9 crianças violentadas para cada 100 mil habitantes. O segundo maior registro de violência sexual está entre as adolescentes de 14 a 17 anos, e em terceiro em crianças entre 5 a 9 anos, com 103,3 casos para cada 100 mil. O quarto maior registro está entre de 0 e 4 anos, atingindo 68,7 bebês e crianças pequenas estupradas para cada 100 mil habitantes (**gráfico 6**). Esses dados revelam que a taxa de violência sexual entre 0 e 4 anos é 1,6 vezes maior que a média nacional, de 41,1 casos por 100 mil habitantes (Matosinhos, 2024).

Na maioria dos países, violências como infanticídio, abuso sexual, negligência

educacional, negligência nutricional e prostituição forçada, apresentam maior risco entre as meninas, com índice de abuso sexual de 1,5 a 3 vezes maior quando comparado aos meninos. Em alguns países, as meninas são mantidas em casa para ajudar a cuidar de seus irmãos ou auxiliar economicamente a família por meio do trabalho, sendo proibidas de receber educação escolar (Brasil, 2002).

**Gráfico 6:** Vítimas de estupro e estupro de vulneráveis, por faixa etária, taxa por 100 mil habitantes.



**Fonte:** Análise produzida a partir dos microdados dos registros policiais e das Secretarias estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024.

Em uma realidade na qual a maioria das vítimas de estupros são crianças, violentadas dentro de casa por familiares ou conhecidos, é esperado que esses crimes sejam descobertos por responsáveis ou alertados pelas crianças. Entretanto, são frequentemente marcados pela ausência de provas periciais ou testemunhas na literatura científica. Além disso, criminalizar meninas violentadas por crimes de estupro pela demora no procedimento do aborto se torna mais uma forma de violência contra essas vítimas em situação de vulnerabilidade (Bueno, 2024).

É possível identificar diferenças nas tipologias de violência em relação à faixa etária das vítimas. Nas mulheres jovens, adolescentes e crianças é predominante a violência sexual e psicológica, enquanto em mulheres mais velha e idosas a violência é, frequentemente, a física. Nos dados do Atlas de 2024, as violências sexuais contra crianças, 30,4% foram com bebês e meninas de 0 a 9 anos, e 49,6% contra meninas de 10 a 14 anos. A violência contra a mulher pode ocorrer durante toda sua trajetória de vida, sendo prevalente, de acordo com a faixa etária: a negligência, do 0 aos 9 anos e acima dos 70; a sexual, dos 10 aos 14 anos; e a física, dos 15 aos 69 anos (Cerqueira, 2024).

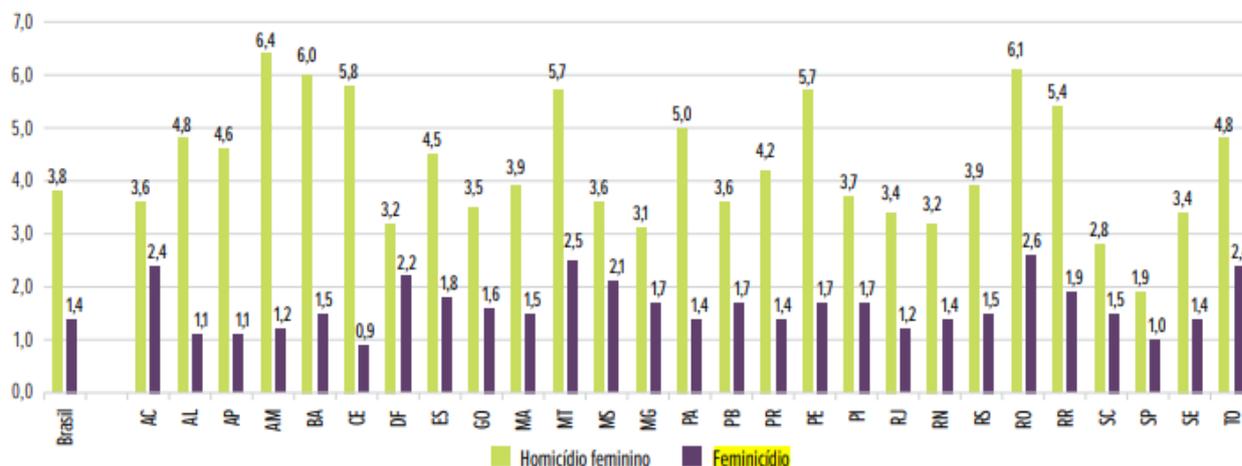
O Mapa Nacional da Violência de Gênero, elaborado pelo Observatório da Mulher

contra a Violência do Senado Federal, apresenta dados dos registros de violência contra a mulher, bem como recortes regionais e étnico-raciais, e índice de subnotificação policial, criado pelo Instituto DataSenado, que apresenta uma estimativa da quantidade de vítimas que não procuraram as autoridades policiais ou mesmo notificado, não houve registro policial. No Brasil, há uma grande discrepância do número de casos de denúncias registradas quando comparados aos omitidos ou não registrados, pois a maioria das mulheres que sofrem violência não procuram a polícia, sendo assim, o número de denúncias não representa o total estimado. De acordo com a pesquisa, em 2023, os casos subnotificados chegaram a 61% das mulheres vítimas, e continuam a representar mais da metade dos casos desde 2017. Atualmente, nos dados mais recentes de 2023, os casos notificados aumentaram, porém atingiram apenas 39% (Federal, 2023; Rosa, 2016).

De acordo com o Anuário da Segurança Pública e da Defesa Social na Paraíba divulgado em 2024, os crimes violentos letais e intencionais (CVLI), quando comparadas as taxas nas unidades federativas, a região Nordeste apresenta uma taxa maior (5,2) que a taxa nacional (4,0) e crescente de 2022 a 2023. Apesar dos altos índices, o número está distante da realidade, pois além das diversas possibilidades de subnotificação, a estratégia de alguns estados não compartilharem as informações impossibilita identificar o número real de vítimas nos dados oficiais nacionais (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024).

As taxas de feminicídios em 2023, do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2024 (**gráfico 7**), apresentam um número maior na Paraíba, em relação à taxa nacional, bem como a maioria dos Estados da região Nordeste, como Maranhão, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe e Tocantins, que apresentando uma taxa maior ou igual a nacional (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024).

**Gráfico 7:** Taxa de homicídios femininos e feminicídios no Brasil e Unidades Federativas, taxa por 100 mil mulheres.



**Fonte:** Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Polícia Civil do Estado do Acre; Polícia Civil do Distrito Federal; Instituto de Segurança Pública/RJ (ISP); Censo 2022 - IBGE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Dos dados de subnotificação policial, apresentados no Mapa Nacional da Violência de Gênero, a região nordeste apresenta 57% de casos de mulheres vítimas de violência no ano de 2023 que não denunciaram ou não houve registro policial (Federal, 2023).

### 3.4 Parâmetros e legislação

Os diversos tipos de violências vivenciadas pelas mulheres na nossa sociedade, em razão do gênero, foi reconhecido através dos movimentos de inquietação, expansão e ressignificação de direitos, principalmente na década de 90. Historicamente, as mulheres não foram incorporadas aos discursos jurídicos e à formulação de planos e ações no legislativo, por não terem acesso aos direitos como cidadãs e reconhecimento como sujeito social igualitário. A história das reivindicações feministas evidencia as inúmeras lutas necessárias para a garantia de direitos civis, políticos e sociais. Com isso, foi estabelecido que, a violação dos direitos conquistados pelas mulheres se configura como violência e há uma legislação que assegura assistência às vítimas e punição aos infratores (Calazans; Cortes, 2011).

Desde a década de 90, a representação feminina no Congresso Nacional era pequena e as ações para esse grupo não eram prioritárias. Apenas em 1994, com a Lei 8.930, foi estabelecido que o estupro e o atentado violento ao pudor são crimes hediondos. Em 1997, foi sancionada a Lei 9.520, que revoga o artigo 35 do Código de Processo Penal, que estabelecia que a mulher casada não podia exercer o direito de queixa sem consentimento do marido. Os

casos de violência doméstica eram encaminhados para os juizados especiais cíveis e criminais, que julgavam os crimes considerados de menor potencial ofensivo, na forma de lesão corporal leve, com pena de seis meses a um ano (Calazans; Cortes, 2011).

Dentre as leis criadas com o intuito de proteger as mulheres vítimas de violência, a Lei Maria da Penha 11.340/2006 foi alvo de muitas críticas desde seu estabelecimento, ao produzir uma verdadeira revolução na forma de coibir a violência doméstica. Maria da Penha Maia Fernandes, uma mulher natural de Fortaleza, proveniente de uma família da classe média, com título de mestre em farmácia, vivenciou situações de violência doméstica. Em 1983, ela sofreu duas tentativas de feminicídio por parte de seu então marido, resultando em uma condição de paraplegia. Após anos de impunidade e batalhas judiciais, seu caso foi levado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA, que pressionou o Brasil a adotar medidas para proteger as mulheres. Com isso, tornou-se símbolo da luta contra a violência contra a mulher, culminando na criação da Lei Maria da Penha em 2006, uma legislação que visa combater a violência doméstica e proteger as vítimas. (Brasil, 2006; Da Penha, 2021).

Um dos dispositivos legais da Lei Maria de Penha em seu artigo 5º dispõe que, a violência doméstica e familiar contra a mulher é configurada por qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial. Essas ferramentas representam uma importante remediação frente a um país cuja população e legislação admitia que a mulher fosse morta em legítima defesa da honra (Brasil, 2006; Cerqueira *et al.*, 2015).

Para além, com o intuito de atender as reivindicações emergidas da II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (CNPMM), houve a criação de planos e programas, como o Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres de 2007, para disponibilizar recursos para a efetivação da lei (Dias, 2007). Das medidas voltadas à pesquisa e educação, o artigo 8º prevê nos seguintes incisos:

II - A promoção de estudos e pesquisas, estatísticas e outras informações relevantes, com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia, concernentes às causas, às consequências e à frequência da violência doméstica e familiar contra a mulher, para a sistematização de dados, a serem unificados nacionalmente, e a avaliação periódica dos resultados das medidas adotadas;

V - A promoção e a realização de campanhas educativas de prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, voltadas ao público escolar e à sociedade em geral, e a difusão desta Lei e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos das mulheres;

VIII - A promoção de programas educacionais que disseminem valores éticos de irrestrito respeito à dignidade da pessoa humana com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia;

IX - O destaque, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, para os conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero e de raça ou etnia e ao problema da violência doméstica e familiar contra a mulher. (Brasil, 2016).

Outras ações do legislativo que contribuem na proteção às mulheres vítimas de violência, estão: Lei Carolina Dieckmann 12.737/2012, que tornou crime a invasão de aparelhos eletrônicos para obtenção de dados particulares; a Lei do Minuto Seguinte 12.845/2013, que oferece garantias a vítimas de violência sexual, como atendimento imediato pelo SUS, amparo médico, psicológico e social, exames preventivos e informações sobre seus direitos; a Lei Joana Maranhão 12.650/2015, que alterou os prazos quanto a prescrição de crimes de abusos sexuais de crianças e adolescentes, passando a valer após a vítima completar 18 anos, e o prazo para denúncia aumentou para 20 anos; e a Lei do Femicídio 13.104/2015, que prevê o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, ou seja, quando crime for praticado contra a mulher por razões da condição de sexo feminino (Brasil, 2012; 2013; 2015; 2015; De Melo, 2015).

Apesar das ações propostas pela legislação, contribuindo na formação de leis que visam a punição dos infratores e promoção de suporte assegurado para as vítimas, uma mudança estrutural significativa requer intervenções pedagógicas nos espaços educacionais. A instituição escolar precisa contribuir para uma educação libertadora, contemplando a dimensão sexual, a diversidade, os direitos humanos e a multiculturalidade. Entretanto, para que isso seja possível, é necessário a implementação, por parte dos educadores e das instituições, de novas práticas pedagógicas voltadas a temas que abordem os problemas presentes na sociedade (Da Luz, 2009).

Segundo o Plano Estadual Educacional da Paraíba (PEE-PB), 2015, a educação é um dos instrumentos mais importantes para combater as situações de desigualdades sociais, preconceitos e discriminação. A Carta Democrática Interamericana (OEA), realizada em 2001 na cidade de Québec (Canadá), afirma:

Artigo 9 - A eliminação de toda forma de discriminação, especialmente a discriminação de gênero, étnica e racial, e das diversas formas de intolerância, bem como a promoção e proteção dos direitos humanos dos povos indígenas e dos migrantes, e o respeito à diversidade étnica, cultural e religiosa nas Américas contribuem para o fortalecimento da democracia e a participação do cidadão. (Carta Democrática Interamericana, 2001, p. 01).

A maior finalidade da educação está na construção equitativa da formação humana crítica, através da reflexão crítica de atitudes, comportamentos e/ou práticas discriminatórias de raça, classe, gênero e identidade de gênero, orientação sexual, convicção religiosa ou de qualquer outro tipo de preconceito. Todavia, apesar de haver a inserção de medidas educacionais, previstas em lei, ainda há limitações que se relacionam com a histórica resistência que as elites dirigentes se opõem à alterações na manutenção da educação pública, reverberando na escassez de recursos financeiros, e à descontinuidade de ações e reformas educacionais acionadas pelo Estado, que apresentam diferentes interesses e finalidades (Freire, 1996; Saviani, 2008).

Apesar dos avanços legais no enfrentamento a violência contra a mulher, os entraves dessa problemática está presente no eixo educativo, sendo abordada por conservadores como “ideologia de gênero” em discursos falaciosos, na qual a escola supostamente se torna um espaço de doutrinação contrária a natureza e a valores familiares, incentivando a homossexualidade, transexualidade e prostituição, representando, na verdade, uma oposição a introdução de discussões na educação que abordem a educação sexual, ao questionamento das relações hierárquicas e desiguais de gênero vigentes na sociedade, ao machismo, a opressão feminina e o combate ao preconceito e legitimação da violência. Com isso, a educação se torna palco de disputas estruturais, para manter ou transformar a sociedade. (Guedes, 2022).

## 4 EDUCAÇÃO ESCOLAR

### 4.1 Educação como ferramenta de transformação social

A educação é um fenômeno social, necessário à existência e funcionamento de toda a sociedade, que abrange os processos formativos e está presente na vida cotidiana, dentro dos espaços formais, informais e não formais de ensino.

Através dessa ação histórica e cultural, há o contínuo registro e transformação de todo conhecimento adquirido pela humanidade, que transpassa o desenvolvimento do indivíduo e atua na construção do ser humano social e cultural, além de desempenhar um papel essencial no desenvolvimento das funções psíquicas e cognitivas (Libâneo, 2013; Santos *et al.*, 2023). Segundo Lima e Jimenez (2011):

“A educação é imprescindível em todos os modos de organização social porque sua função consiste em articular o singular ao genérico, reproduzindo no indivíduo as objetivações produzidas ao longo do desenvolvimento do gênero humano [...]” (Lima; Jimenez, 2011).

Dessa forma, é através do processo educacional que possibilita a continuidade do ser social na história. Entretanto, a prática da ação pedagógica institucional pode exercer uma violência simbólica quando um professor não reconhece o potencial de formação e transformação da educação na construção dos valores e visão sobre a realidade, em conjunto a autoridade legitimada a transmitir as informações da classe dominante, determinadas como importantes, e anulam os demais conhecimentos e identidades provenientes de outras classes e culturas (Almeida, 2007; Stoer, 2008).

A instituição escolar possui papéis fundamentais na construção individual e coletiva de uma sociedade, pois além de fornecer uma preparação intelectual e moral aos educandos, oferece um importante meio de aprendizado e socialização, depois do âmbito familiar. A escola está relacionada com a reprodução de diversos processos sociais, entre os quais se destaca a adaptação dos jovens a uma sociedade estruturada na classificação hierárquica, estratificação do trabalho especializado, e legitimação de determinados grupos sociais, ao reproduzir e reelaborar ideologias e modos de produção e consumo que moldam o comportamento social. (Apple, 1989; Da Silva; Ferreira, 2014).

A determinação dos conteúdos, habilidades e competências em uma instituição educacional estão organizadas em currículo escolar, que possui o objetivo de orientar o processo de ensino-aprendizagem em um determinado nível e modalidade escolar. O currículo

escolar é profundamente atravessado pelas estruturas e problemas sociais, passível a perpetuar desigualdades históricas e culturais. É norteada por documentos educacionais de instâncias federais, como a Base Nacional Comum Curricular que estabelece uma base de conhecimentos a nível nacional, e estaduais e municipais, que atendem as especificidades regionais e locais, além do regimento próprio da instituição de ensino, o Projeto Político Pedagógico (PPP).

No Brasil, a educação básica é apresentada pela Constituição Federal (1988) como um direito social de caráter obrigatório e subjetivo, cuja responsabilidade está sobre o Estado e a família, e tem o intuito de formar os indivíduos de uma sociedade de forma integral, abrangendo desde o preparo ao mercado de trabalho, quanto para a cidadania e desenvolvimento pessoal, atendendo da infância à juventude com idade de 4 a 17 anos na modalidade de ensino regular. Além disso, a educação, dentro de uma estrutura social, exerce a função de manutenção das estruturas sociais e culturais. Com isso, a etapa do ensino básico, que percorre a transição entre a infância e a vida adulta, atua como um espaço que possibilita a construção de conceitos e valores em uma sociedade. (Brasil, 1988; 1990; Da Luz, 2009).

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), o Art. 2 define que a educação deve ser inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, e tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, não se restringindo apenas a preparação do indivíduo ao mercado de trabalho, mas também deve priorizar a formação integral do indivíduo e construção de uma consciência cidadã. No Plano Estadual de Educação da Paraíba (PEE-PB), Lei nº 10.488/2015, a educação atua como instrumento de formação humana crítica para combater as situações de desigualdades sociais, preconceitos e discriminação, visando garantir oportunidades de participação das pessoas nos diferentes espaços socioeducativos. Além disso, aponta como destaque a mudança de conceitos e práticas pedagógicas que valorizem a liberdade e o respeito (Brasil, 1996; 2015)

Quanto aos estabelecimentos de ensino, no Art.12 da LDB, o inciso IX prevê a promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência, no âmbito das escolas. No Art. 26 (Lei nº 12.796/2013) que aborda os currículos, indica através do parágrafo 9º:

“Os conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança, o adolescente e a mulher serão incluídos, como temas transversais, nos currículos de que trata o caput deste artigo, observadas as diretrizes da legislação correspondente e a produção e distribuição de material

didático adequado a cada nível de ensino” (Brasil, 2013).

Em relação a formação dos profissionais da educação, o Art. 61 da Lei nº 14.679/2023, aponta no parágrafo único, inciso IV, a proteção integral dos direitos de crianças e adolescentes e o apoio à formação permanente dos profissionais sobre a identificação de maus-tratos, de negligência e de violência sexual praticados contra crianças e adolescentes (Brasil, 2023).

Para a efetivação das movimentações educacionais legais em prol do enfrentamento a violência contra a mulher na educação, a qualificação profissional de educadores se torna essencial para a capacitação na abordagem da temática, tanto para o reconhecimento do fenômeno nos diversos contextos, quanto para a compreensão dos deveres e direitos legais. Segundo Felipe e Guizzo (2004), o processo de formação de professores se apresenta insuficiente na capacitação do profissional para desenvolver o tema em sala de aula, principalmente nas questões que envolvem diferenças individuais. Para além, os comportamentos preconceituosos enraizados e naturalizados no contexto sociocultural refletem diretamente na formação, e conseqüentemente, na práxis educativa (Silva; Carrera; Vieira, 2017; Felipe e Guizzo, 2004).

## **4.2 Ensino de Ciências e Biologia**

O conhecimento científico na biologia, durante a história da humanidade, foi utilizado para diversas finalidades, resultando em efeitos positivos, como o desenvolvimento de cuidados na saúde e regeneração de ambientes degradados, e efeitos negativos, ao reforçar ideologias e legitimar preconceitos como xenofobia, sexismo, homofobia e racismo. Desde o século XVIII, os métodos antropométricos foram utilizados para legitimar uma hierarquia evolutiva dentro da espécie humana através de um ideário forjado como ciência, surgindo então a frenologia e a fisiognomonia, que pautou o estudo das variações morfológicas, como a caixa craniana, determinando a personalidade e capacidades cognitivas. E ao relacionar-se com as ideias eugenistas, possibilitava a criação de justificativas para a superioridade branca, legitimando o racismo e a xenofobia.

A categoria gênero, que classifica de maneira hierárquica os seres humanos em homens e mulheres, também foi descrita e justificada por sujeitos que utilizavam a ciência como instrumento moral e político. As ideologias e pseudociência que reforçam a suposta inferioridade biológica do gênero feminino com base na anatomia, na qual apontavam que a

mulher possui uma capacidade intelectual reduzida, crânio e cérebro menores, maior instabilidade emocional, entre outros, quando comparada ao gênero masculino (Sousa, 2024; Costa; Sardenberg, 2002).

O gênero na ciência é atravessado para além da classificação taxonômica dos seres vivos e categorização morfológica e cromossômica do sexo biológico, como aponta Londa Schienbinger (2001):

O gênero na biologia vai além da atribuição de masculinidade e feminilidade a plantas e animais desconhecidos. Ele pode também tornar-se codificado em práticas, instituições e nas prioridades de pesquisa da ciência. Supõe-se, com frequência, que as inovações na ciência baseiam-se na descoberta de alguma verdade maior. Mais realisticamente, há muitas bifurcações na via para o conhecimento. Alguns caminhos são determinados pela disponibilidade de verbas, alguns pelas emergências ou prioridades nacionais, alguns pela curiosidade, e alguns pelo que Helen Longino chamou de "suposições de segundo plano" [...] Essas suposições asseguram práticas de trabalho básico, incluindo um certo grau de consenso sobre definições de problemas, aceitabilidade de soluções, técnicas e instrumentação apropriadas, jargão aceitável e áreas de imprecisão e ignorância. Elas são protegidas e perpetuadas por exclusões formais dessa comunidade. Na ausência de concepções dissidentes, os valores e práticas sociais geralmente estruturam programas de pesquisa de maneiras inconscientes e involuntárias (Schienbinger, 2001, p. 283).

O destrinchar do caminho científico se desenvolve seguindo a intencionalidade política e econômica imposta pelos grupos sociais dominantes, utilizadas para distorcer os conceitos científicos e a imparcialidade da ciência. Com isso, aproximar o ensino de ciência através de um viés histórico-cultural contextualizado com a realidade e as demandas atuais que forma crítica, possibilita a compreensão das relações entre as áreas: ciência, sociedade, tecnologia, ambiente, cultura e história. Isso favorece uma aproximação do entendimento por sua totalidade, reconhecendo as influências, motivações e consequências do conhecimento sistematizado científico para a sociedade (Brasil, 2018; Sousa, 2024; Saffioti, 2015).

O ensino de Ciências Naturais, segundo a Proposta Curricular do Estado da Paraíba (2018), tem como princípios fundamentais a formação de indivíduos críticos capazes de enfrentar desafios intrínsecos a uma sociedade em constante mudança. Em uma perspectiva da educação cidadã, é indispensável o desenvolvimento de uma consciência que respeite o ambiente e o outro, da construção de um sujeito que pertence ao meio socioambiental e a apropriação nas ações e movimentações coletivas. Para consolidar o aprendizado em Ciências

é necessário romper a idealização de uma ciência utópica e inalcançável, que distancia os alunos da essência que é a investigação científica dos processos e fenômenos cotidianos (Brasil, 2018).

O Tema Transversal Saúde, conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), foi introduzido no currículo escolar, com o objetivo de levar os educandos ao desenvolvimento de hábitos saudáveis, individuais e coletivos, quanto à higiene, alimentação, prática desportiva, trabalho e lazer. Aponta como função da educação, o combate a discriminação manifestada em gestos, comportamentos e palavras responsáveis por isolar e estigmatizar grupos sociais e, a escola, como espaço de resistência, na qual pode criar outras formas de relação social e interpessoal, e sendo considerada cúmplice quando omissa a essas problemáticas (Brasil, 1998; 2001).

Além disso, a Constituição Federal estabelece que a saúde é direito de todos e dever do Estado. Compreende-se que esse dever se apresenta para além da prestação dos serviços públicos de saúde, também abarcando a responsabilidade de educar a população quanto aos seus direitos e propondo espaços pedagógicos e de intervenções sobre os problemas socioculturais relacionados ao tema (Brasil, 1988).

Os documentos educacionais que norteiam a ensino básico, como os Parâmetros Curriculares Nacionais e as Orientações Curriculares para o Ensino Médio, apresentam na seção de temas transversais conteúdos como gênero e sexualidade, que podem ser trabalhados em sala de aula com o intuito de contribuir para o aprendizado de conceitos, conscientização das estruturas sociais, reconhecimento dos problemas sociais e capacitação para o enfrentamento em busca de soluções (Brasil, 1998; 2006).

Entretanto, na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do ensino fundamental anos finais e do ensino médio, documento que atua como referencial na elaboração do currículo escolar e planejamento das aulas, apresenta o tema gênero e sexualidade de forma aligeirada e restrita, com foco na vinculação à reprodução, enfatizando a dimensão biológica. Descaracterizando as orientações dadas nos documentos oficiais homologados nos anos anteriores (Collares da Silva *et al.*, 2021; Brasil, 2017).

A educação tem potencial de atuar como agente construtor das bases simbólicas das comunidades humanas, constituindo em uma força transformadora de comportamentos, tanto no âmbito individual quanto coletivo. Através da práxis, relação entre o saber e o fazer, que se encontra a pedagogia emancipadora, na qual a reflexão dos conceitos e ações individuais e coletivas redirecionam o percurso dos sujeitos e, conseqüentemente, de toda a sociedade (Freire, 2005).

Dessa forma, a instituição escolar contribui para o desenvolvimento do cuidado ao preservar a vida, respeito e empatia, e conscientizar os indivíduos de suas ações, das possíveis consequências em suas escolhas e dos fatores externos, internos e sociais que influenciam o reconhecimento de sua individualidade e sua percepção de mundo (Silva, 2012).

### **4.3 Sexualidade, gênero e violência contra a mulher**

O conceito de gênero refere-se a uma construção social feita sobre as diferenças sexuais representadas ou valorizadas dentro de uma determinada sociedade em um contexto específico. Abrange, para além do biológico, todos os aspectos abstratos criados em uma organização social e define os papéis de gênero, que são impostos aos sujeitos como padrões ou regras arbitrárias já estabelecidas (Louro, 1997; Bonfanti; Gomes, 2018).

Ao ultrapassar a categoria biológica, os papéis de gênero se expandem no modo de agir, falar e vestir em sociedade e impõe direta e indiretamente limitações aos sujeitos a viverem uma dualidade de gênero que se apresenta de forma hierárquica e correspondente ao sexo biológico. Compreender o desenvolvimento da relação de poder é complexo, pois o processo de construção é contínuo e sutil, ao mesmo passo que é evidente. Percorre em todos os espaços e é reproduzida a partir das relações sociais e culturais, dentro de um contexto político e econômico, e reforçada nas instituições de ensino (Louro, 1997).

A escola se constitui como um dos principais espaços para desenvolver temáticas relacionadas à sexualidade, das quais podem proporcionar a reflexão de conteúdos para além de terminologias e de conhecimentos biológicos sobre o corpo, mas a autonomia do educando e capacitação para o enfrentamento aos problemas sociais. Entretanto, a escola atua como instituição normalizadora na classificação, rotulação e docilização dos dos alunos, ao definir e segregar de forma dual o que é normal e anormal, regular e especial, merecedores e não merecedores, e naturalizando classe, raça e gênero como marcadores sociais e hierarquias de poder (Grosz, 2008).

Frequentemente, a escola acaba reproduzindo o sexismo existente nas estruturas sociais e reforçando os preconceitos e privilégios de um gênero sobre o outro, ao invés de contribuir para a redução das estatísticas de violência contra a mulher. Abordar a violência como um problema saúde pública tem outros desafios, como a dificuldade na interdisciplinaridade ou insuficiência de disciplinas especializadas para conhecer a violência (Schraiber; Oliveira; Couto, 2009 ; Silva; Carrera, 2017).

Segundo Maia e Ribeiro (2011), para uma educação sexual adequada é essencial mediar o saber sobre a construção sócio-histórica das relações sociais, papéis de gênero e mecanismos de repressão submetidos aos sujeitos, auxiliar na compreensão da diversidade a elaborar seus próprios valores, reconhecer os aspectos sociais que influenciam no comportamento e responsabilidade ao tomar decisões que envolvem consequências individuais, interpessoais e coletivas (Maia; Ribeiro, 2011).

O trabalho de educação sexual, no ambiente escolar, está vinculado com a promoção da saúde, pois viabiliza: a realização de ações preventivas a problemas relacionado ao tema, como Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) e gravidez precoce; o reconhecimento da violência de gênero e sexual, estruturadas e naturalizadas na sociedade; a discussão sobre respeito a diversidade; e aprendizado sobre aspectos da sexualidade, ampliando a percepção do adolescente para o autocuidado e o autoconhecimento. O Tema Transversal Saúde tem como uma das diretrizes a temática Sexualidade, conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) sendo apontado para o currículo escolar como relevância para o pleno desenvolvimento de hábitos saudáveis quanto as relações sociais, higiene pessoal, alimentação, prática desportiva, ao trabalho e lazer, possibilitando a preservação da saúde e bem estar pessoal e coletiva (Pereira, 2007; Brasil, 2001).

Estudantes transgênero, vivenciam diversas violências no espaço escolar, como humilhações, brincadeiras, tanto vindas de discentes como de docentes, dificuldades quanto ao direito básico de usar o banheiro, ausência de projeto pedagógico que reconheça a existência dessas estudantes, ausência de material didático que aborda a diversidade sexual, inexistência de formação para a comunidade escolar sobre a temática da diversidade sexual, desrespeito à laicidade do Estado, punição simbólica a partir de princípios heteronormativos e impedimento a estudantes travestis de participarem de festas e formaturas. Essas ações podem direcionar os estudantes transexuais à exclusão social e evasão escolar, indo contra os princípios de educação como direito a todos, a construção da dignidade humana e conscientização coletiva sobre a diversidade sexual (Martins; Bisol, 2022).

Abordar a temática de gênero no ambiente escolar pode abrir um caminho para o aprendizado sobre os direitos das mulheres e, conseqüentemente, possibilitar a redução dos atos de violência. Investigar as relações sociais e suas implicações, como questionar os estereótipos da masculinidade, requer a redução do machismo e da violência e que busca conscientizar especialmente o homem, sobre o respeito ao corpo e aos direitos da mulher. É apresentado em diferentes disciplinas escolares, possibilitando a aplicação do tema de forma interdisciplinar. Na Proposta Curricular do Estado da Paraíba (2018) é apresentada nas

disciplinas de: biologia, em uma perspectiva de saúde; em química, apontando os limites da ciência e suas dimensões sociais e políticas, como a violências de gênero; e em linguagens, através do desenvolvimento de uma educação inclusiva, que priorize a equidade e indo contra os preconceitos e discriminações sobre raça e de gênero (Brasil, 2018; Ferreira, 2019).

As problemáticas relacionadas a gênero e sexualidade, como a violência contra a mulher, na legislação educacional brasileira permanecem rasas e no âmbito dos direitos e valores, permitindo que a discussão social e interdisciplinar sobre tema fique velado no cotidiano escolar, distanciando sua relevância no planejamento e elaboração do projeto político pedagógico. Para além, a formação no ensino superior de professores e formação continuada não dispõem em sua grade a instrução dos docentes a trabalharem temas nas instituições de ensino básico, como a violência contra a mulher, o que resulta em uma preparação insuficiente e dificuldade na inserção da discussão na sala de aula (Grosz, 2008).

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os trabalhos utilizados para a presente pesquisa foram determinados em duas fases de leitura: a primeira foi a leitura dos títulos, dos resumos, e leitura flutuante no corpo da pesquisa; e a segunda foi uma leitura detalhada na metodologia e resultados. A seleção final foi realizada com o intuito de atingir os objetivos da presente pesquisa, com isso, foram selecionados um total de 12 estudos, que apresentaram aplicações de abordagens pedagógicas com o tema violência contra a mulher nas instituições formais de educação básica. Foram selecionados dos bancos de dados: três dissertações da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, um artigo do Scielo e oito estudos do Google Acadêmico (**quadro 7**).

**Quadro 7:** número total de trabalhos escolhidos na seleção primária e na seleção secundária.

<b>Bancos de dados</b>	<b>Seleção primária</b>	<b>Seleção secundária</b>
BDTD	21	3
Scielo	73	1
Google Acadêmico	46	8

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2024.

Para a discussão, foram organizadas em um quadro as seguintes informações das pesquisas selecionadas: Número de identificação (n°), Banco de Dados (BD), Ano de publicação, Título, Autores, Estado, Local de Publicação, Nível escolar, Disciplina, Tipo de abordagem pedagógica, Detalhamento da atividade (**quadro 8**).

**Quadro 8:** Pesquisas selecionadas nos três bancos de dados (Nº: número de identificação para a presente pesquisa; BD: banco de dados; LP: Local de publicação).

Nº	BD	A nº	Título	Autores	Estado	LP	Nível escolar	Disciplinária	Tipos de abordagens	Detalhamento das abordagens pedagógicas e outras informações sobre os trabalhos.
1	BDT D	2016	“Marias também têm força”: a emergência do discurso de enfrentamento à violência contra a mulher na rede pública de ensino de Caruaru	Oliveira, Kariny L.	Pernambuco	Dissertação da Universidade Federal de Pernambuco	Ensino médio	Interdisciplinar	<p><b>Escola A:</b> Rodas de diálogo, músicas, vídeos, elaboração de redação, confecção de cartazes, dinâmicas.</p> <p><b>Escola B:</b> Aula expositiva, rodas de diálogo, vídeos, música, confecção de cartazes.</p>	<p>Aplicação através do “Projeto Lei Maria da Penha vai à Escola”, implementado na rede pública de ensino de Caruaru, Pernambuco. Foi realizado em diferentes períodos, entretanto, a autora acompanhou a terceira aplicação em 2015. O projeto visa incluir a temática da violência contra a mulher no currículo escolar, abordando a Lei Maria da Penha e incentivando a reflexão sobre as relações de gênero entre os alunos e a comunidade escolar. As intervenções de 2015 foram realizadas em duas escolas (Escola A, por 2 meses e Escola B, em 1 mês) e as ações ocorreram em duas etapas: primeira com o Projeto de Extensão denominado “Gênero e Educação” e segunda com o Projeto de intervenção do Laboratório de práticas psicológicas e organizações sociais (LAPOS).</p> <p><b>Escola A</b> - 2 turmas.</p> <p>Temas: gênero, papel social de cada gênero, estereótipos, preconceito, feminilidades, masculinidades, sempre discutidos através de práticas pedagógicas como roda de diálogo, debates sobre músicas, vídeos, elaboração de redação sobre o conteúdo do vídeo, confecção de cartazes e dinâmica do barbante, compreendendo a rede de relacionamentos. Houve a análise da animação (“Falta alguma coisa” da animação “FlapJack”).</p> <p>Músicas: Rita Lee - Pagu, Chico Buarque -</p>

										<p>Mulheres de Atenas, Raul Seixas - Maluco beleza.</p> <p><b>Escola B</b></p> <p>Temas: O que é a Lei Maria da Penha, gênero, papel social de cada gênero, machismo, patriarcado, estereótipos, violência de gênero, preconceito, pontos de acolhimento para as vítimas de violência</p> <p>As práticas pedagógicas incluíram aula expositiva, roda de diálogo, confecção de cartazes e análise de música e vídeo. Música “Geni e o Zepelim”, de Chico Buarque e aplicaram a dinâmica da exposição de fotos com imagens de: mulheres machucadas, uma mãe e seus filhos, agressão entre um casal, estupro, texto da Lei Maria da Penha, cenas de violência doméstica e familiar, para confecção de cartaz e apresentação.</p>
2	B D T D	2 0 2 2	Programa de prevenção à violência contra a mulher: a rede de educação pública de Natal/RN em questão	Guedes, Manuella F. M.	Rio Grande do Norte	Dissertação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Ensino médio e EJA	Interdisciplinar	PROMAPE: Apresentações artísticas, redação, vídeos, cartilhas, aula expositiva e discussão.	<p>Programa Maria da Penha vai à Escola (PROMAPE)</p> <p>O PROMAPE foi implementado como parte da Lei Estadual nº 10.330/2018, que visa promover a discussão sobre igualdade de gênero e a Lei Maria da Penha no contexto escolar, prevenindo a violência contra a mulher. As atividades incluíram oficinas, debates e a divulgação de noções básicas sobre a Lei Maria da Penha. A primeira edição ocorreu em 2019 em 6 escolas públicas de Natal/RN, com enfoque em conscientizar sobre violência doméstica e familiar contra as mulheres. A segunda foi interrompida devido a pandemia, ocorrendo apenas uma live, e na terceira edição houve a retomada das atividades.</p> <p>Atividades: Apresentações artísticas, realizada pelo grupo Estandart de Teatro e se tratou de uma peça teatral</p>

										<p>denominada “Mulheres Invisíveis”, que faz referência à chacina de cinco mulheres que aconteceu em 2015, na cidade de Itajá, na região do Vale do Açu que recebeu, à época, menos projeção que a apreensão e sacrifício de 146 galos de rinha, levantando reflexões sobre o silêncio e indiferença historicamente presentes diante desse tipo de violência.</p> <p>Foi realizado um concurso de redação sobre a Lei Maria da Penha, premiando as três melhores redações sobre a temática, que foi, precisamente “A Lei Maria da Penha pode ajudar a reduzir o problema da violência doméstica e familiar contra a mulher”.</p> <p>A utilização do recurso audiovisual foi utilizada durante a pandemia, para os educadores, e na terceira edição do programa, para exibição de vídeos aos alunos.</p> <p>As aulas expositivas tiveram o objetivo de apresentar informações essenciais sobre o tema e, por fim, houve a distribuição de cartilhas aos alunos.</p>
3	B D T D	2 0 2 2	Maria da Penha vai às escolas: uma análise sobre o ensino da lei de proteção às mulheres à luz da educação em direitos humanos.	Nunes, Ana Paula B.	Paraíba	Dissertação da Universidade Federal da Paraíba	Ensino fundamental, anos finais (8º e 9º ano)	Interdisciplinar	Debates, aplicação de cartilha	<p>Diversas atividades no programa em João Pessoa Avalia as ações educacionais executadas pelo Projeto Maria da Penha vai às Escolas (PMPVE) e seus impactos na perspectiva do enfrentamento à violência contra as mulheres.</p> <p>O lócus da pesquisa foi a Escola Dom Helder Câmara, situada no bairro Valentina Figueiredo, e a dinâmica de execução e vivência da atividade lá realizada no ano de 2019, pela compreensão das profissionais de educação da instituição, que participaram ativamente das atividades propostas. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com</p>

										<p>profissionais da escola para que elas trouxessem suas perspectivas sobre a execução do projeto na escola.</p> <p>No ano de 2019, com o projeto consolidado, foi ampliado o número de escolas e turmas sensibilizadas pelo PMPVE, além da elaboração de uma cartilha pedagógica própria abordando todas as temáticas exploradas nas ações em sala de aula. Atendeu turmas variadas da Escola Municipal Dom Helder Câmara, com um total de 1.300 alunos na escola, distribuídos entre Ensino Fundamental I e II e Educação de Jovens e Adultos (EJA).</p> <p>Foi realizado um Seminário de Formação para professores e diretores de escolas do município, contando com a participação artística dos alunos de ensino básico, que utilizaram a violência contra a mulher como tema. Em 2022, participaram das atividades nas escolas um total de 2.219 alunos e alunas refletindo sobre a Lei Maria da Penha, entendendo o ciclo da violência e conhecendo a rede local de proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.</p>
4	S ci el o	2 0 2 0	Diálogos de gênero na educação: considerações sobre o projeto <i>Lei Maria da Penha vai às escolas</i>	Albuquerque ; Kristine	Pernambuco	Revista Estudos Feministas	Ensino Fundamental, anos finais (6º e 7º ano)	Interdisciplinar	Apresentações artísticas e discussões coletivas	<p>As oficinas pedagógicas foram desenvolvidas através de uma atividade lúdica e discussões mais aprofundadas, possibilitando a participação ativa dos estudantes. A atividade foi realizada em forma de dramatização de cenas com base em situações do cotidiano e, posteriormente, debates visando à construção de uma consciência crítica sobre a violência doméstica e de gênero.</p> <p>As apresentações artísticas ocorreram em forma de dramatização, com roteiros determinados pelos</p>

										docentes e interpretados pelos alunos.
5	G o o gl e A c a d ê m ic o	2 0 2 0	Violência contra a mulher: um diálogo com estudantes do ensino médio.	Novais <i>et al.</i>	Sant a Cata rina	Revista Elo - diálogos em extensão	Ensino médio	Interdis ciplinar, com foco em Educaçã o em Direitos Human os e Sociolo gia.	Discussão e palestras com especialistas.	A ação pedagógica faz parte de um projeto de extensão Direito Intergeracional e Transversalidade (DIT) do curso de direito, que atuou sobre o tema “violência de gênero” por um semestre. Foram apresentadas palestras-dialogadas, ministradas por graduandos de direito e mediadas por professores de psicologia e de direito, com o objetivo de promover o diálogo, a reflexão crítica e a conscientização sobre esse problema social. Objetivos das palestras: apresentar as formas de violência contra a mulher; conscientizar sobre as formas de violência psicológica contra a mulher; problematizar as causas da violência contra a mulher; discutir sobre os relacionamentos abusivos; debater o “pornô da vingança”; analisar e avaliar o entendimento dos estudantes sobre as formas de violência contra a mulher  A atividade também dispôs de discussões em grupo, possibilitando que os alunos expressassem suas opiniões e conhecessem mais sobre o assunto, além de incentivar o desenvolvimento de uma postura ativa na luta contra a violência de gênero. Foi aplicado um questionário no final.
6	G o o gl e A	2 0 1 7	Violência contra a mulher: um debate necessário com estudantes do	Zanote lli <i>et al.</i>	Rio Gran de do Sul	Revista Práticas de Iniciação da Docência	Ensino médio (3 <sup>a</sup> série)	Interdis ciplinar	Análise e debate de músicas populares, rodas de conversas, palestras com especialistas.	Os alunos participaram de atividades em que analisaram letras de músicas populares que apresentavam expressões pejorativas em relação às mulheres. Por exemplo, a música "Vidinha de Balada" de Henrique e Juliano foi utilizada para promover uma reflexão crítica sobre como a música

	c a d ê m i c o		ensino médio			na Região Sul				<p>pode refletir e perpetuar a violência simbólica e os estereótipos de gênero. Após a análise, os estudantes foram incentivados a reescrever as letras de maneira que respeitasse e valorizasse as mulheres.</p> <p>Durante as aulas, os alunos foram incentivados a compartilhar experiências pessoais e observações sobre violência contra a mulher em seu cotidiano, tanto na escola quanto na comunidade. Esses relatos serviram como ponto de partida para discussões mais amplas sobre as formas de violência e como elas são vivenciadas e percebidas pelos alunos. Foram realizadas palestras com a participação da Delegada Raquel Kolberg, da Delegacia Regional da Mulher de Erechim, que forneceu dados estatísticos e explicou os aspectos legais e sociais da violência contra a mulher. Essas palestras complementam as discussões em sala de aula e ajudam a aprofundar o entendimento dos alunos sobre o tema e sobre a legislação.</p>
7	G o o g l e A c a d ê m i c o	2 0 2 0	Mulheres filósofas e violência contra a mulher: teoria e prática em Filosofia no Ensino Médio	Camilo <i>et.al</i>	Paraná	Revista Espacios	Ensino médio	Interdisciplinar, com foco em filosofia	Aulas expositivas, debates, produção de cartazes, palestras e discussões	<p><b>Aulas expositivas e debates.</b> As aulas incluíram o estudo de importantes filósofas como Simone de Beauvoir, Hannah Arendt, e Angela Davis, cujas obras foram analisadas para compreender o papel da mulher na filosofia e na luta contra a opressão. Esse estudo foi complementado por debates em sala de aula sobre a relevância dessas pensadoras no contexto contemporâneo e sua contribuição para a luta contra a violência de gênero.</p> <p><b>Atividade prática de criação de cartazes.</b> Os alunos foram incentivados a criar cartazes sobre a violência contra a mulher, baseando-se nas</p>

										<p>reflexões filosóficas discutidas em sala de aula. Esses cartazes foram expostos em frente à escola, situada na área central da cidade, como uma forma de sensibilizar a comunidade local para o tema. A atividade foi realizada anualmente, no dia 13 de junho, logo após o Dia dos Namorados, para destacar a importância de relações saudáveis e respeitadas.</p> <p><b>Palestras seguidas de debates.</b> Foram realizadas palestras com especialistas, como a professora Cerize Gomes do Nascimento e representantes de coletivos feministas, que abordaram temas como "Do primeiro tapa ao feminicídio". Essas palestras incluíram discussões sobre os relatos de violência encontrados em boletins de ocorrência e a análise de casos reais, complementando as reflexões filosóficas e éticas realizadas em sala de aula.</p>
8	G o g l e A c d ê m i c o	2 0 2 0	Capacidades de linguagem mobilizadas no processo de leitura, por alunos do Ensino Fundamental, em textos jornalísticos sobre violência contra a mulher	Lima, Kesia	Ceará	Dissertação da Universidade Federal do Ceará	Ensino fundamental, anos finais (7º ano)	Língua portuguesa	Sequência didática - Atividades com gêneros textuais jornalísticos, debates e atividades de compreensão textual	<p>Pesquisa-ação, baseada no Interacionismo Sociodiscursivo (ISD), focada na compreensão leitora e nas capacidades de linguagem linguístico-discursivas e de ação.</p> <p>A sequência didática envolveu atividades com gêneros textuais jornalísticos, especificamente notícias sobre a violência contra a mulher, tema escolhido pelos próprios alunos. O método incluiu debates e atividades de compreensão textual.</p>

9	G o o g l e A c a d ê m i c o	2 0 2 0	Violência de gênero: a Lei Maria da Penha como ação afirmativa no combate à violência contra a mulher no contexto do ensino médio integrado	Lidian e da Conceição Barbosa Bomfim	Alagoas	Dissertação do Instituto Federal de Alagoas	Ensino médio (integrado)	Sociologia (interdisciplinaridade com cidadania, direitos humanos e desigualdade social)	Sequência didática com música, documentários, debates e literatura de cordel sobre violência de gênero.	<p>SD - Sequência didática baseada na exposição de imagens e discussão de temas relacionados à violência de gênero, utilizando ferramentas como músicas, documentários e literatura de cordel. Uso de textos para leitura crítica e debate entre os alunos e discussões sobre a Lei Maria da Penha e suas implicações sociais e jurídicas. Integração de metodologias ativas com foco em dinâmicas que estimulam o pensamento crítico e a conscientização sobre o tema. A avaliação do processo de ensino-aprendizagem foi realizada a partir de questionários para possíveis melhorias nas estratégias de ensino.</p> <p><b>1ª etapa:</b> Exposição de imagens e apresentação de música, como a canção “Coração pede socorro”, para introduzir o tema.</p> <p><b>2ª etapa:</b> Exibição de documentários sobre a violência doméstica, seguido de discussões.</p> <p><b>3ª etapa:</b> Estudo da Lei Maria da Penha, utilizando a literatura de cordel para explorar os aspectos legais e sociais.</p>
1 0	G o o g l e A c a d ê	2 0 2 1	Prática de SD durante o ensino remoto: marcas da violência contra a mulher em contos de Marina Colasanti	De Sousa Damasceno; Valério; Magalhães	Mat o Gros so	Revista Prática Docente	Ensino médio	Língua portuguesa (interdisciplinar)	Leitura e interpretação de contos, produção de texto e debates virtuais.	<p>Escola em Barra do Garças - MT, atividade ocorreu em meio a pandemia.</p> <p>Durante o ensino remoto, os alunos leram contos de Marina Colasanti que abordam a violência contra a mulher, como "A Moça Tecelã". O objetivo era refletir sobre a violência simbólica e física presente nas narrativas, relacionando-a com a realidade social. Os alunos participaram de discussões online em que analisaram os elementos literários dos</p>

	m i c o									<p>contos e como retratam a opressão feminina. Após a leitura e discussão dos contos, os alunos foram convidados a produzir textos reflexivos sobre a violência contra a mulher, tanto no contexto das narrativas quanto na sociedade atual. Essas produções foram orientadas para que os alunos pudessem expressar suas percepções sobre o tema e sugerir soluções para o combate à violência de gênero.</p>
1 1	G o g l e A c a d ê m i c o	2 0 2	Um estudo sobre a abordagem da violência contra mulheres no ensino de Filosofia	Gabrie la Cavalc ante Alves Gomes	São Paul o	Dissertaç ão da Universid ade Estadual Paulista - UNESP	Ensino médio (1ª série)	Filosofi a (interdis ciplinar, sociolo gia)	Discussão, interpretação e análise crítica de textos filosóficos e sociológicos sobre violência contra mulheres, jogo Kahoot, análise de música.	<p>Escola em Bauru - SP.</p> <p>A sequência didática desenvolvida está embasada na Pedagogia Histórico-Crítica (PHC). O objetivo foi proporcionar uma reflexão crítica sobre a violência contra a mulher, buscando compreender o fenômeno estruturalmente, indo além de um foco apenas em relacionamentos pessoais.</p> <p>A aulas foram realizadas com atividade diagnóstica, rodas de conversas e análise de textos filosóficos e sociológicos, com debates e atividades práticas que envolviam a reflexão sobre os conhecimentos prévios sobre violência contra a mulher, sobre as relações de gênero e violência simbólica.</p> <p>Pensadoras como Marilena Chauí, Heleieth Saffioti, Lenore Walker e Marcia Tiburi foram introduzidas aos estudantes para explorar o tema em profundidade.</p> <p>O objetivo era desenvolver uma prática pedagógica que levasse os estudantes a reconhecer e analisar criticamente as diferentes formas de violência contra a mulher, promovendo a conscientização e a capacidade de argumentação sobre o tema.</p> <p>Em seguida, foi realizado um jogo online denominado Kahoot e análise das músicas “Minha Nega na Janela” de Germano Mathias, “Ana Rosa”</p>

										de Tião Carreiro e Pardinho, “Bete Morreu” de Camisa de Vênus, “Entre tapas e beijos” de Leandro e Leonardo, “Samba de bênção” de Vinicius de Moraes, “Maria da Vila Matilde” de Elza Soares, “Piranha” de Bezerra da Silva, “Não precisa ser Amélia” de Bia Ferreira. No planejamento havia a opção de escolha em produzir, pelos alunos, cartazes ou infográfico ou texto tipo poesia/slam e carta, entretanto, não foi aplicado devido a falta de tempo.
1 2	G o o g l e A c a d ê m i c o	2 0 2 3	Modelagem matemática na violência doméstica contra a mulher: uma proposta para o ensino de estatística no ensino médio	Barros, Roseli Araújo	Goiás	Monografia da Universidade Estadual de Goiás	Ensino médio (3ª série) e EJA	Matemática	Discussão, atividade de interpretação de texto com questões matemáticas, análise de gráficos e dados estatísticos.	Modelagem matemática em 3 etapas: diagnóstico, escolha do tema e desenvolvimento do conteúdo.  Após o diagnóstico, foi aplicada a SD - Sequência didática em articulação com o tema violência contra a mulher. Discussão, atividade de interpretação de textos informativos sobre a violência contra a mulher com questões, análise de gráficos e dados estatísticos, questões matemáticas.

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

### 5.1 Identificação dos tipos de abordagens pedagógicas

Para identificar as estratégias mais e menos utilizadas na aplicação do tema violência contra a mulher no ensino básico nos trabalhos selecionados, foi destacada a frequência de cada abordagem pedagógica. Foram organizados no quadro abaixo os tipos de abordagens apresentadas nos trabalhos e a aplicação de cada um nos trabalhos selecionados (**quadro 9**).

**Quadro 9:** Presença dos tipos de abordagens pedagógicas nos trabalhos selecionados.

Abordagens apontadas nas pesquisas selecionadas	Número de identificação das pesquisas selecionadas											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Debates, discussão, rodas de diálogo	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Atividade de interpretação com diferentes gêneros textuais (jornalísticos, contos e cordéis)								X	X	X	X	X
Análise de músicas	X						X		X		X	
Cartazes	X				X		X					
Palestras					X	X	X					
Vídeos e documentário	X								X			
Produção textual e redação	X									X		
Aulas expositivas	X	X										
Cartilha		X	X									
Apresentações artísticas		X		X								
Análise de gráficos e dados estatísticos												X

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2024.

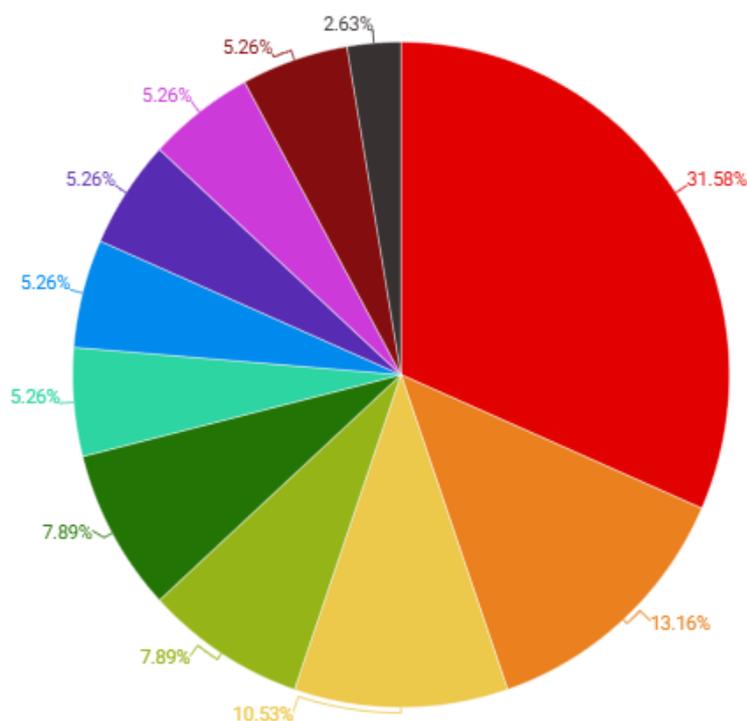
Em seguida, foi quantificada a frequência dos tipos de abordagens e através das ocorrências nos 12 estudos selecionados (**quadro 10**). Por fim, foi inserida as informações em um gráfico de setores ou gráfico de pizza, pois facilita a visualização da proporção percentual da frequência dos tipos de abordagens presentes nos trabalhos selecionados, destacando as diferenças quantitativamente (gráfico 8).

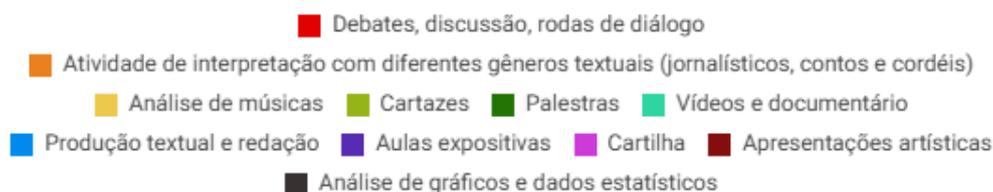
**Quadro 10:** Tipos de abordagens pedagógicas e frequência de ocorrência nos trabalhos selecionados.

Tipos de abordagens pedagógicas	Frequência nos trabalhos selecionados
Debates, discussão, rodas de diálogo	12
Atividade de interpretação com diferentes gêneros textuais (jornalísticos, contos e cordéis)	5
Análise de músicas	4
Cartazes	3
Palestras	3
Vídeos e documentário	2
Produção textual e redação	2
Aulas expositivas	2
Cartilha	2
Apresentações artísticas	2
Análise de gráficos e dados estatísticos	1

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2024.

**Gráfico 8:** Proporção perceptual dos tipos de abordagens pedagógicas apresentadas nos trabalhos selecionados.





**Fonte:** Dados da pesquisa, 2024.

Através da organização das informações obtidas dos trabalhos selecionados, foi possível observar que as ações de **debates, discussão e rodas de diálogos**, que estão agrupadas juntas devido a semelhante metodologia e objetivo, estão presentes em todos os trabalhos, apontados pelos autores como instrumento pedagógico essenciais para o processo de ensino-aprendizagem, considerando que o tema faz parte que uma problemática social. Essa ferramenta permite a troca de informações entre os educadores, educandos e pesquisadores, incluindo todos em uma participação mútua na construção do saber sobre o objeto estudado e sua relação com os aspectos externos e individuais.

A utilização de uma metodologia participativa favorece a prática dialógica em uma pesquisa, cuja fundamentação metodológica é embasada em intervenções psicossociais com objetivo de constituir um espaço onde os participantes reflitam acerca das relações da sociedade com o mundo, com o trabalho, com os projetos de vida. As rodas de conversas, bem como os relatos de experiência são estratégias interativas que abrem espaço para a voz dos alunos, possibilitando uma participação ativa. Entretanto, se diferenciam em pontos de sua metodologia, pois os participantes podem se expressar verbalmente na atividade grupal, mas nos relatos de experiência é necessário planejar o desenvolvimento de um espaço seguro entre os indivíduos para que possibilite a troca de vivências prevalecendo a escuta respeitosa as diferentes realidades, uma vez que o tema violência contra a mulher pode promover gatilhos e desenvolve traumas em suas vítimas (Figueirêdo; Queiroz, 2013).

A segunda abordagem mais frequente, presente em 5 trabalhos, foi a utilizado como recurso pedagógico o exercício de **interpretação e análise textual**, a partir de: escritas do gênero jornalístico, como apresentado na pesquisa nº 8, com notícias sobre violência contra a mulher, que foi um tema escolhido pelos próprios alunos; cordéis para estudo da Lei Maria da Penha, como apresentado na pesquisa nº 9; contos que abordam nas narrativas a violência simbólica e física contra a mulher, de forma remota devido ao período pandêmico, presente na pesquisa nº 10; e textos filosóficos e sociológicos sobre violência contra mulheres, na pesquisa nº 11; textos informativos sobre violência contra a mulher e questões, no trabalho nº 12.

A terceira atividade mais frequente, com 4 ocorrências foi a **análise musical**, presentes nos trabalhos nº1, nº 6, nº 9 e nº 11. No trabalho nº 1, foi realizada a partir de duas músicas em um encontro, sendo elas: “Pagu” de Rita Lee e “Mulheres de Atenas” de Chico Buarque, na qual os alunos apresentaram discursos sobre relações e papéis de gênero por diferentes lógicas sociais. A música “Maluco beleza” de Raul Seixas, foi apresentada no encontro final, para maior interação e descontração enquanto realizavam a produção de cartazes, na escola A. A análise da letra musical “Geni e o Zepelim”, de Chico Buarque, apresentada na escola B, teve como intuito promover uma reflexão ao atuar em conjunto com uma atividade de produção de cartazes sobre a visão individual dos estereótipos de gênero e formas de violências contra a mulher.

No trabalho nº 6, foi realizada com uma música do gênero sertanejo universitário, "Vidinha de Balada" de Henrique e Juliano, para uma maior aproximação da atividade com o cotidiano dos alunos, devido a popularidade na região onde foi aplicada. Foi utilizada para promover uma reflexão crítica sobre como a música pode influenciar na normalização e perpetuação da violência simbólica contra a mulher e dos estereótipos de gênero. No trabalho nº 9, foi utilizada a música “Coração pede socorro” de Naiara Azevedo que foi utilizada pelo Ministério de Direitos Humanos e pela Secretaria das Mulheres em uma campanha de combate à violência doméstica.

Na pesquisa nº 11 foram utilizadas diversas músicas para a análise da letra durante as aulas, sendo elas as músicas: “Minha Nega na Janela” de Germano Mathias, “Ana Rosa” de Tião Carreiro e Pardinho, “Bete Morreu” de Camisa de Vênus, “Entre tapas e beijos” de Leandro e Leonardo, “Samba de bênção” de Vinícius de Moraes, “Maria da Vila Matilde” de Elza Soares, “Piranha” de Bezerra da Silva, “Não precisa ser Amélia” de Bia Ferreira.

A utilização de letras de músicas como ferramenta didática possibilita o exercício da escuta ativa e reflexiva, integrando recursos do cotidiano dos alunos. A linguagem musical pode se transformar em uma abordagem pedagógica ao ser direcionada para a interpretação e desenvolvimento de respostas a perguntas construídas, atingindo os objetivos do plano de aula e agindo no processo de transformação de conceitos espontâneos em conceitos científicos (Moreira, Santos e Coelho, 2014) .

Seguidamente, com 3 ocorrências, foram a produção de cartazes informativos e palestras. A **produção de cartazes** foi um recurso utilizado nas pesquisas nº 1, nº 5 e nº 7, sendo realizadas pelos alunos como produto de oficinas pedagógicas para a estruturação dos conhecimentos adquiridos nas aulas e, posteriormente, a exposição nas respectivas instituições de ensino, com o intuito de informar toda a comunidade escolar. Esse instrumento

foi utilizado em conjunto com outras abordagens pedagógicas, sendo útil para avaliar tanto o trabalho docente quanto o processo de aprendizado dos discentes.

As oficinas pedagógicas se configuram como uma ferramenta didática de intervenção psicossocial, que têm um caráter científico, objetivos voltados ao desenvolvimento e transformação dos educandos de forma inclusiva, aprendizado participativo e coletivo, ação sobre os problemas atuais da sociedade levando em conta o contexto social e cultural. É essencial realizar o levantamento das demandas do grupo, através da mediação do professor, para contemplar um aprendizado relevante e produção de algum produto até o encerramento da oficina. O desenvolvimento de cartazes pode ser considerado uma forma de registrar os conceitos adquiridos e auxiliar no processo de ensino-aprendizagem, tanto para o professor quanto para os alunos. Podem ser utilizados como recurso informativo para a comunidade escolar, ultrapassando o aprendizado limitado da sala de aula e possibilitando a disseminação de conhecimento de forma ativa dos alunos (Neiva, 2010; Matos, 2006).

As **palestras** apresentadas nas instituições de ensino básico foram utilizadas pelos trabalhos nº 5, nº 6 e nº 7. No trabalho nº 5, a palestra foi ministrada por graduandos do curso de direito e mediadas por professores de psicologia e de direito, com o objetivo de promover o diálogo, a reflexão crítica e a conscientização alunos e professores do ensino médio sobre as formas de violência contra a mulher, problematizar as causas, discutir sobre os relacionamentos abusivos e debater o “pornô da vingança”. No trabalho nº 6, houve a participação da delegada Raquel Kolberg, da Delegacia Regional da Mulher de Erechim, que forneceu dados estatísticos e explicou os aspectos legais e sociais da violência contra a mulher. No trabalho nº 7, foi realizada palestras com especialistas, como a professora Cerize Gomes do Nascimento e representantes de coletivos feministas, que abordaram temas como "Do primeiro tapa ao feminicídio", incluindo discussões sobre os relatos de violência encontrados em boletins de ocorrência e a análise de casos reais, com o intuito de complementar as reflexões filosóficas e éticas realizadas em sala de aula.

Das 11 abordagens pedagógicas identificadas, 5 estratégias obtiveram 2 ocorrências, ocupando o quarto lugar, que foram as: exibições de vídeo, produção textual, aula expositiva, utilização de cartilhas e produções artísticas. A utilização do **vídeo** como recurso na sala de aula, está presente no trabalho nº 1, que exibiu um episódio da animação “FlapJack”, intitulado “Falta alguma coisa”, que aborda alguns aspectos e estereótipos presentes nos papéis de gênero e sobre as mudanças biológicas que são expressas pelos genes sexuais, com o intuito de adquirir informações de forma lúdica e promover uma reflexão sobre o tema. No trabalho nº 2, a utilização do recurso audiovisual foi realizada durante a pandemia, com o

objetivo de informar os educadores quanto à abordagem do tema, e na terceira edição do programa, foi utilizado para exibição de vídeos aos alunos, com o intuito de envolver os alunos na temática.

A utilização de vídeos, tanto para a disseminação das informações sobre violência contra a mulher, quanto para a preparação e formação dos professores se torna expressiva ao envolver os sujeitos e diferentes realidades. O recurso audiovisual como ferramenta pedagógica pode facilitar o trabalho de conteúdos complexos, tornando as aulas mais dinâmicas e contextualizadas com músicas que estão no cotidiano dos alunos. Permite realizar reflexões sobre conhecimentos científicos de maneira lúdica e envolvente, contribuindo para o desenvolvimento do interesse e ampliando as formas de acesso ao conhecimento (Moran, 2013).

As aplicações de **produção textual** do tipo redação apresentaram 2 ocorrências: no trabalho nº 1, solicitada como dever de casa, sobre o conteúdo apresentado em uma exibição de animação, citado anteriormente; no trabalho nº 10, com intuito de incentivar os estudantes a produzirem textos para expressarem sentimentos, ideias, reflexões e promover uma maior interação da turma, visto que as aulas foram de forma remota. No trabalho nº 5, foi solicitado aos alunos que fizessem uma pesquisa sobre os índices de violência no Brasil e sobre a autora Marina Colasanti, em seguida a escrita de textos reunindo as informações investigadas e suas percepções, para no final, realizar a socialização. Em ambos os trabalhos, a produção textual foi um recurso solicitado para desenvolverem em casa.

Desenvolver a produção de textos pode estimular o pensamento crítico e a capacidade de expressão dos alunos. Trabalhar a escrita promove a organização do pensamento e dos novos conceitos adquiridos em aula, auxiliando os estudantes a sintetizar e consolidar o conteúdo que foi aprendido. Essa prática também contribui no desenvolvimento de habilidades em comunicação e argumentativas, que são essenciais para uma aprendizagem ativa (Vygotsky, 1991).

As **aulas expositivas** estão presentes no trabalho nº 1, realizada no primeiro encontro na Escola B, apresentando do Projeto LAPOS e seus objetivos, sobre a violência de gênero, fundamentando através da Lei Maria da Penha e da história da Maria da Penha, sobre o trabalho desenvolvido na Delegacia da Mulher, o recurso de atendimento psicológico do Projeto e informações sobre o Centro de Referência da Mulher Maria Bonita (CRMMB). No trabalho nº 2, as aulas expositivas tiveram o objetivo de apresentar informações conceituais, legislação e dados estatísticos sobre o tema para, em seguida, realizar outra atividade.

Apesar das aulas expositivas representarem atualmente uma ferramenta que distancia

os alunos da metodologia ativa, na qual não há a participação efetiva dos educandos no processo de aprendizagem, a exposição de conteúdos pode estar alinhada a diferentes abordagens, dispondo uma etapa da aula para oferecer uma estrutura clara e lógica, apresentando os conteúdos de forma sistemática (Libâneo, 2013).

A aplicação da **cartilha** foi utilizada no trabalho nº 1, após a aula expositiva, com o intuito dos alunos conterem conteúdos informativos sobre a Lei Maria da Penha e sobre a rede de proteção às mulheres no Rio Grande do Norte. No trabalho nº 2, a cartilha foi desenvolvida pelo Projeto Maria da Penha vai às Escolas em João Pessoa, também com o intuito de apresentar informações complementares à comunidade escolar. As cartilhas educativas facilitam o aprendizado ao apresentar o conteúdo estruturado de forma clara, acessível e objetiva, além de possibilitar a consulta em qualquer momento. Contribuem na organização do conhecimento de forma sequencial e promovem a autonomia na leitura e interpretação, através de recursos visuais e linguagem simplificada para explicar conceitos complexos de forma gradual (Leite, 2021).

As **apresentações artísticas** foram realizadas de diferentes formas. No trabalho nº 4 foi aplicada no início da sequência didática a atividade de dramatização, apontando diferentes situações do cotidiano que envolvem os tipos de violência contra mulher em roteiros, na qual os alunos interpretaram as cenas e, no final, realizaram um debate sobre as percepções pessoais a respeito do conteúdo no roteiro. No trabalho nº 2, o PROMAPE organizou a apresentação do grupo “Estandarte de Teatro” na escola, cuja peça teatral intitulada “Mulheres Invisíveis”, faz referência à chacina de cinco mulheres que aconteceu em 2015, na cidade de Itajá, na região do Vale do Açu, que recebeu menor projeção que a apreensão e sacrifício de 146 galos de rinha, eventos que ocorreram no mesmo período, levantando reflexões sobre o silêncio e indiferença historicamente presentes diante desse tipo de violência.

Utilizar a dramatização como estratégia pedagógica na escola pode atuar no desenvolvimento social, emocional e cognitivo dos alunos, estimulando a criatividade, o trabalho em equipe e a empatia, além de abrir espaço para uma atividade que permite a expressão de sentimentos. Ao construir roteiros e dramatizar situações cotidianas ou históricas, os alunos adquirem uma compreensão mais profunda e significativa dos temas abordados, tornando o aprendizado mais envolvente e interativo (Siqueira; Powaczuk, 2024).

A abordagem pedagógica que surgiu apenas uma vez foi **análise de gráficos e dados estatísticos**, no trabalho nº 12, aplicando em uma sequência didática, na qual foram desenvolvidas atividades de interpretação de textos informativos sobre a

violência contra a mulher com questões e discussão coletiva, para em seguida, realizarem a análise dos gráficos apresentados em sala, com questões matemáticas. Utilizar recursos matemáticos promove um aprendizado mais aprofundado sobre o tema, ao interpretar os dados estatísticos e índices de violência construindo uma relação de parâmetros quantitativos (Libâneo, 2013).

Os trabalhos que apresentam a reflexão crítica e social como um dos objetivos a serem alcançados pelos alunos, utilizaram diferentes abordagens pedagógicas que estão voltadas a discussão coletiva de ideias e vivências, além do questionamento e análise das estruturas sociais, das ações coletivas e individuais e da construção dos próprios valores, que contribuem para a perpetuação da violência contra a mulher. São citados em alguns trabalhos, como o nº 6, que ocorreu através da análise e discussão de expressões pejorativas em relação às mulheres na letra da música "Vidinha de Balada" de Henrique e Juliano, com o intuito de refletir sobre a violência simbólica e os estereótipos de gênero presentes e comumente normalizadas, realizando posteriormente a reescrita da letra musical de maneira respeitosa. No trabalho nº 10, o desenvolvimento da reflexão crítica surge após a leitura e discussão sobre violência contra a mulher em contos e, em seguida, produção de textos reflexivos sobre a violência contra a mulher, tanto sobre o contexto das narrativas presentes nos contos quanto na sociedade atual, orientando os alunos a expressarem suas percepções sobre o tema e sugerir soluções para o combate à violência de gênero. E no trabalho nº 11, através de metodologias da pedagogia histórico-crítica no planejamento didático, que se consolida através de atividades coletivas e individuais desenvolvidas com a premissa fundamental de atingir um compromisso com a prática social e o acesso ao conhecimento produzido pela humanidade voltado a transformação da realidade e superação das classes sociais (Saviani, 2013).

As avaliações das aprendizagens foram realizadas através de questionários, em que os alunos tinham a abertura para escrever suas percepções sobre a abordagem do tema na escola e os conceitos adquiridos. Em alguns trabalhos foram aplicadas no início, como avaliação diagnóstica, para identificar as lacunas e desenvolver uma sequência didática que consiga atingir os objetivos. No trabalho nº 11, houve também a avaliação através do Kahoot, plataforma disponível na Internet, que permite a criação de atividades educativas e gamificadas para a dinamização de exercícios de múltipla escolha. O aplicativo é acessado através do site <https://getkahoot.com/>, em que os alunos, com o uso do aparelho celular, podem ter acesso às atividades criadas pelo professor. O Kahoot é acessível em qualquer dispositivo com ligação à Internet (Junior, 2017).

## 5.2 Relação entre as regiões brasileiras

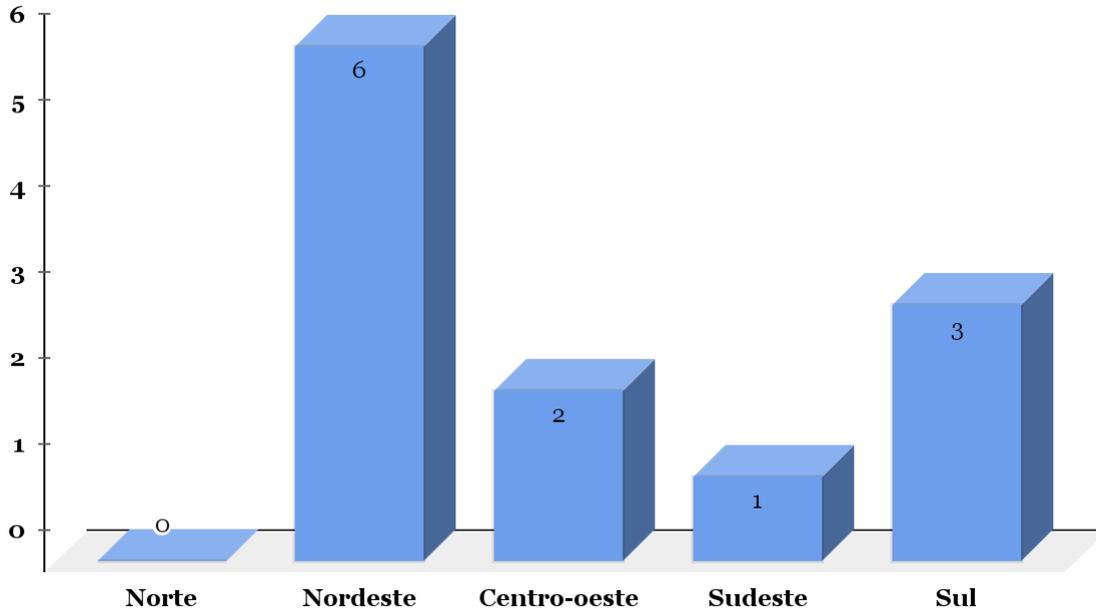
Foi realizada a verificação, nas pesquisas selecionadas, das regiões brasileiras que possuem aplicações de abordagens pedagógicas sobre a violência contra a mulher, com o intuito de identificar as regiões que mais trabalham o tema nas instituições de educação básica e as que são pouco estudadas ou há ausência de trabalhos. Com isso, foi desenvolvido o **quadro 11**, para identificar a região e o Estado em que foi aplicada e, em seguida, organizada as informações no **gráfico 9** para uma melhor visualização comparativa entre as regiões.

**Quadro 11:** Relação entre as regiões brasileiras, Estados e número de identificação das pesquisas.

Regiões brasileiras	Estados	Número de identificação das pesquisas selecionadas											
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Nordeste	Pernambuco	X			X								
	Rio Grande do Norte		X										
	Paraíba			X									
	Ceará								X				
	Alagoas									X			
Centro-oeste	Mato Grosso										X		
	Goiás												X
Sudeste	São Paulo											X	
Sul	Santa Catarina					X							
	Rio Grande do Sul						X						
	Paraná							X					

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

**Gráfico 9:** Relação entre as regiões brasileiras dos trabalhos selecionados.



Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Foi possível observar que a região Norte apresentou ausência de trabalhos que apliquem o tema violência contra a mulher com alunos de instituições de ensino básico. No processo de seleção de estudos, foi encontrada uma pesquisa realizada em Manaus/AM (nº 18 do **quadro 6**), entretanto, foi descartada pois apresentava apenas as percepções e vivências da comunidade escolar sobre o tema, com foco nas mulheres que trabalham nas instituições de ensino e são desvalorizadas pela sociedade, não atingindo o foco do presente trabalho.

De acordo com as informações do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2023 a região Norte apresentou, em todos os Estados, índices de homicídios femininos maiores que a média nacional, com exceção do Acre. O Estado do Amazonas apresentou o maior índice de homicídios femininos entre todas as unidades federativas brasileiras, atingindo quase o dobro da média nacional, além de Rondônia, que apresentou o maior índice de casos de feminicídio, indicando exatamente o dobro da média nacional, como apresentado na seção 4.3 Violência contra a mulher e tipificações do capítulo 4 Conceito Violência (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024).

### 5.3 Relação entre os níveis de ensino

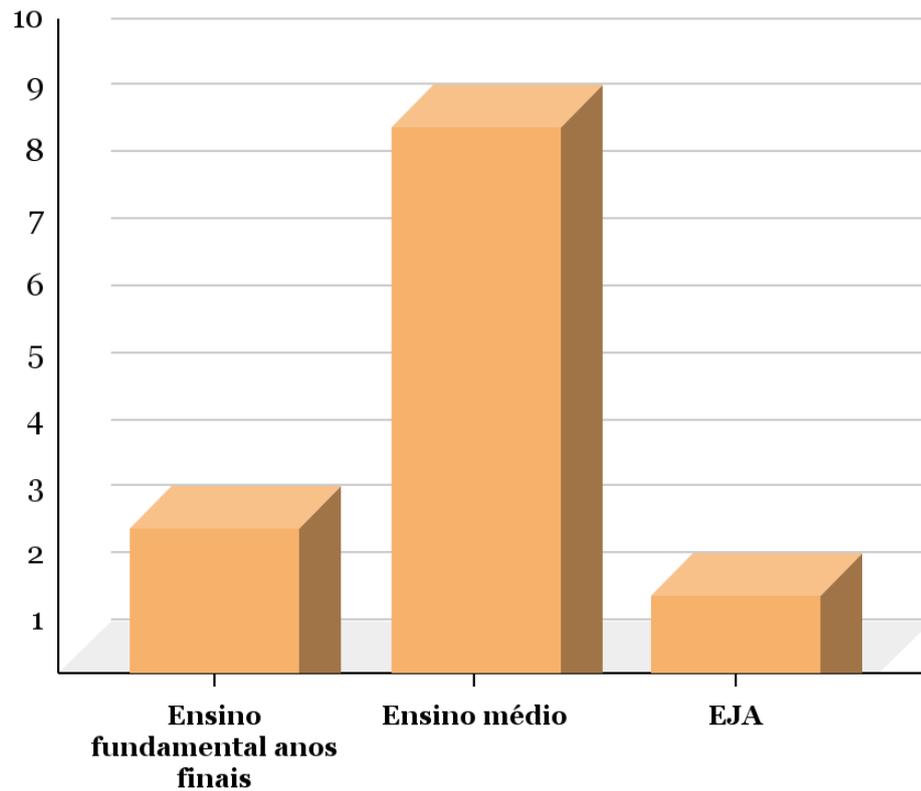
Foi identificadas as modalidades de ensino em que foram aplicadas as abordagens pedagógicas descritas nos trabalhos selecionados e organizadas no **Quadro 12**, para verificar a frequência de aplicações no Ensino Fundamental anos finais, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA). Na sequência, foi produzido o **Gráfico 10** com as informações do **Quadro 12**, para a visualização comparada do número de aplicações do tema violência contra a mulher, nas modalidades citadas.

**Quadro 12:** Relação entre as modalidades de ensino e número de identificação das pesquisas selecionadas.

Modalidades de ensino	Número de identificação das pesquisas selecionadas											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Ensino fundamental, anos finais			X	X				X				
Ensino médio	X	X			X	X	X		X	X	X	X
Educação de Jovens e Adultos (EJA)		X										X

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2024.

**Gráfico 10:** Relação entre as aplicações de abordagens pedagógicas abordadas dos trabalhos selecionados e as modalidades de ensino.



Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Através dos dados dos trabalhos selecionados, foi possível reconhecer que a predominância na aplicação de abordagens pedagógicas sobre a problemática social violência contra a mulher está na modalidade Ensino Médio, presente em 9 dos 12 trabalhos selecionados e ausente nos trabalhos que desenvolveram no Ensino Fundamental. Foram utilizadas diversas ferramentas didáticas, aplicadas tanto para o Ensino Médio, quanto para a Educação de Jovens e Adultos nos trabalhos nº 2 e nº 12, apresentando um planejamento similar, porém com redução da quantidade de atividades devido ao menor tempo de aulas.

As aplicações no Ensino Fundamental, anos finais (6º ano ao 9º ano) esteve presente nos trabalhos nº 3, nº 4 e nº 8, sendo todos na região Nordeste: Paraíba, Pernambuco e Ceará, respectivamente. As atividades foram desenvolvidas de forma lúdica e informativa, com o intuito de apresentar os conceitos, capacitar os alunos a reconhecerem os tipos de violência e capacitar a acionar os recursos legais de proteção e apoio, tendo em vista que a violência contra meninas e meninos possui o maior índice, como apresentado no Fórum Brasileiro de Segurança Pública de 2024 na seção 4.3 Violência contra a mulher e tipificação, no capítulo 4, quando comparada a outras faixas etárias. Além de ser predominante os casos e violência doméstica e familiar, dentro das próprias residências, tornando um desafio a solicitação de ajuda.

Trabalhar um tema complexo como a violência contra a mulher, que está expressamente presente no cotidiano, no ensino básico pode caminhar em congruência com a aprendizagem na fase da pré-adolescência e adolescência, na qual há o desenvolvimento do raciocínio lógico estruturado, no estágio do operatório formal, lapidando a concepção de pensamentos abstratos, elaboração de hipóteses, falas argumentativas, construção de teorias, interpretar e deduzir conteúdo de um contexto, dentre outros. Dessa forma, apesar do adolescente não ter vivências pessoais sobre o tema estudado, é capaz de compreender por meio da abstração e dedução (Schirmann, 2019).

## 6 CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar em uma transformação social a partir de ações educativas é reconhecer a constante evolução do ser humano. Para a profissão docente, uma das principais premissas, frente aos problemas sociais, é formar cidadãos conscientes de suas ações, capazes de reconhecer as situações de violência e acionar os meios legais, compreendendo os direitos individuais e coletivos. O enfrentamento da violência contra a mulher pelo viés educacional permite tecer entendimentos e percepções sobre a construção sócio-histórica da estrutura patriarcal da sociedade. Por sua vez, o aprendizado das relações sociais, sem a perspectiva do respeito equitativo a diversidade, é capaz de naturalizar pensamentos e práticas preconceituosas e sexistas, que quando não confrontados e refletidos a fim de trazer criticidade e emancipação do indivíduo, causam relações desiguais de poder e possibilitam situações de violência contra a mulher, prejudicando além da vítima, toda a sociedade.

Com a presente pesquisa foi possível identificar que há um número limitado de estudos que apresentam abordagens pedagógicas sobre violência contra a mulher, aplicadas na educação básica, desenvolvidas de forma interdisciplinar e em diferentes disciplinas como História, Filosofia, Matemática, Sociologia e Língua Portuguesa, com nenhuma pesquisa em Ciências e Biologia. O desenvolvimento da discussão foi realizado com 12 estudos encontrados, nos 3 bancos de dados determinados, que respondessem aos objetivos do presente estudo. Essa escassez, frente a uma problemática crescente na sociedade, revela a necessidade de integrar o tema violência contra a mulher nos currículos escolares, especialmente em Ciências e Biologia, que acentua o aprendizado sobre Saúde, Educação Sexual e problemas sociais, a fim de promover uma formação contextualizada e transformadora.

Foram identificadas 11 tipos de abordagens pedagógicas, desde atividades expositivas e informativas, como aulas expositivas e palestras, até atividades mais lúdicas, com enfoque na participação ativa dos alunos. Os estudos selecionados apresentaram nas oficinas pedagógicas e sequências didáticas a utilização conjunta de diversas abordagens, recorrendo a diferentes metodologias nas aulas. O planejamento educacional de combinação de diferentes metodologias pedagógicas possibilita um aprendizado coletivo mais inclusivo, devido a diversidade dos alunos no processo de ensino e aprendizagem.

Das 5 regiões brasileiras, apenas a região Norte não foi encontrada trabalhos que indiquem a aplicação do tema em instituições de ensino básico, apenas estudos que apontam a importância do tema e sobre a violência sofrida por mulheres que trabalham em instituições

de ensino, que foram descartadas para a análise devido ao distanciamento dos objetivos da presente pesquisa. A ausência de estudos que indiquem a aplicação de abordagens pedagógicas sobre violência contra a mulher na região Norte pode estar relacionada à prevalência dos altos índices de violência na região, contribuindo com a permanência do estado de vulnerabilidade a mulheres e, principalmente, crianças e adolescentes. Em contraponto, a região Nordeste apresentou predominância no número de estudos encontrados.

Dos níveis de ensino, estão presentes em todos, incluindo a Educação de Jovens e Adultos, apresentando maior prevalência com estudantes do ensino médio. A abordagem do tema para o ensino médio possibilita um diálogo com maior complexidade e contribuição no compartilhamento de vivências. Entretanto, devido aos índices de violência se apresentarem predominantemente a faixa etária de 10 a 14 anos, a preocupação em abordar o tema durante o ensino fundamental se faz essencial para a capacitação no reconhecimento sobre os atos de violência e solicitação de assistência, uma vez que os infratores, na maioria dos casos, são familiares ou pessoas próximas e ocorrem dentro da própria residência das vítimas.

Apesar dos documentos legais indicarem a necessidade de incluir o tema no conteúdo programático e dos dados estatísticos de violência apresentados mostraram um aumento dos índices de violência. São poucos estudos que relatam estratégias educativas que foram desenvolvidas na educação básica para lidar com esse tema com os alunos em sala de aula. Além disso, nenhum estudo foi encontrado no contexto do ensino de Ciências nessa pesquisa, apesar de um dos conteúdos curriculares ser Educação Sexual, na qual dialoga com a discussão sobre gênero.

Com isso, a estipulação exclusiva de recursos legais para o enfrentamento a violência, apesar de ser essencial para promover assistência às vítimas e punir os infratores, se mostra insuficiente para reduzir os casos na sociedade, principalmente para a prevenção e reconhecimento do ato por crianças e adolescentes, cuja faixa etária se apresenta como predominante. O estabelecimento de problemas sociais como conteúdo obrigatório para desenvolver nas instituições de ensino básico é imprescindível para combater as desigualdades e preconceitos na construção das futuras gerações, envolvendo o desenvolvimento habilidades que fomentem a cooperação, o respeito e a responsabilidade social, além de incentivar os alunos a se tornarem agentes de mudança em suas comunidades e na sociedade em geral.

## Referências

- ALMEIDA, H. J. F. **Agressividade e violência em Hobbes e Rousseau**: etologia, genes e ambiente. Tese de doutorado Programa Integrado de Filosofia, Universidade Federal da Paraíba, 2010.
- ALMEIDA, L. R. S. Pierre Bourdieu: A transformação social no contexto de “A Reprodução”. **Revista Inter-Ação**, Goiânia, v. 30, n. 1, p. 139–155, 2007.
- ALBERT D. J., WALSH M. L., JONIK R. H. Agressão em humanos: qual é o seu fundamento biológico? **Neurosci Biobehav Rev**, vol. 17, p. 405–425, 1993
- ANDRÊS, A. D. S. **O conceito de ‘violência’ no pensamento de Hannah Arendt**. Dissertação de Mestrado- Curso de Filosofia, Universidade Nova Lisboa, Lisboa, 2012.
- APPLE, M. W. **Educação e Poder**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- APPLE, M. W.; AU, W.; GANDIN, L. A. **Educação crítica: análise internacional**. Tradução de Vinícius Ferreira. Revisão técnica de Luiz Armando Gandim. Porto Alegre: Artmed Editora, 2011.
- ARCHER, J. Testosterona e agressão humana: uma avaliação da hipótese de desafio. **Neuroscience & Biobehavioral Reviews**, v. 30, n. 3, p. 319-345, 2006.
- ARCHER, J. **A natureza da agressão humana**. International Journal of Law and Psychiatry, Vol. 32, p. 202-208, 2009.
- ARENDDT, H. **Da Violência**. Tradução de Maria Claudia Drummond. Brasília: Universidade de Brasília, 2024. (Publicado originalmente em 1969).
- ARENDDT, H. **Sobre a violência**. Tradução de André de Macedo Duarte. 7ª ed. cap.2, p. 49-74, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. (Publicado originalmente em 1985).
- BIASETTO, D; VISTA, I. M. **Estupro, torturas e abusos: indígenas guaranis relatam barbárie em meio a conflitos na divisa entre PR e MS**. Portal O Globo, Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2024/08/06/indigenas-guarani-kaiowa-denunciam-abusos-sexuais-e-agressoes-de-pistoleiros-em-meio-a-disputa-com-fazendeiros-no-ms.ghtml>
- BONAMIGO, I. S. **Violências na contemporaneidade**: etnografia de redes sociotécnicas na cidade de Chapecó (SC), 2007. Tese: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Temas Transversais**. Brasília: MEC/SEF, 2001.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DP, 4ª Edição, 1988.

BRASIL. **Lei nº 12.845, de 1 de agosto de 2013.** Dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2013.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.** Dispõe da criação mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2006.

BRASIL. **Lei nº 12.737/2012, de 30 de novembro de 2012.** Dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2012.

BRASIL. **Lei nº 12.650, de 17 de maio de 2012.** Dispõe a finalidade de modificar as regras relativas à prescrição dos crimes praticados contra crianças e adolescentes. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2012.

BRASIL. **Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015.** Dispõe o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2015.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2014.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1996.

BRASIL. **Lei nº 10.488, de 24 de junho de 2015.** Aprova o Plano Estadual de Educação - PEE e dá outras providências. Estado da Paraíba, 2015.

BRASIL. **Lei nº 14.679, de 18 de setembro de 2023.** Inclui a proteção integral dos direitos de crianças e adolescentes à identificação de maus-tratos, de negligência e de violência sexual contra crianças e adolescentes. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2023).

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica.** Brasília: MEC; SEB; DICEI, 2013.

BRASIL. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio:** Ciências da Natureza, matemática e suas tecnologias. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.

BRASIL. **Proposta Curricular do Estado da Paraíba.** Secretaria de Estado da Educação da Paraíba, 2018.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico.** Trad. Fernando Tomaz. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

BONAMIGO, I. S. Violências e contemporaneidade. **Revista Katálisis**, v. 11, n. 2, p. 204–213, jul. 2008.

BONFANTI, A. L.; GOMES, A. R. A quem protegemos quando não falamos de gênero na escola?. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 9, p. 105–121, 2018.

BOMFIM, L. C. B. **Violência de Gênero: a lei maria da penha como ação afirmativa no combate à violência contra a mulher no contexto do ensino médio integrado**. Dissertação de mestrado, Instituto Federal de Alagoas, 2020.

BUENO, S. **Brasil registra 1 estupro a cada 6 minutos em 2023, mas Congresso parece pouco preocupado no acolhimento às vítimas**. Anuário Brasileiro de Segurança Pública/Fórum Brasileiro de Segurança Pública, p. 159-171, São Paulo: FBSP, 2024.

CALAZANS, M.; CORTES, I. **O processo de criação, aprovação e implementação da Lei Maria da Penha**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, v. 193, 2011.

CAMILO, M.; BELONI, B. M.; TEIXEIRA, M. C.; CAMPOS, A. D. Mulheres filósofas e violência contra a mulher: teoria e prática em Filosofia no Ensino Médio. **Revista Espacios**, v. 41, n. 13, 2020.

CERQUEIRA, D.; BUENO, S. (coord.). **Atlas da violência 2024**. Brasília: Ipea; FBSP, 2024.

CERQUEIRA, D.; MATOS, M.; MARTINS, A. P. A.; PINTO JUNIOR, J. **Avaliando a efetividade da Lei Maria da Penha**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, 2015.

COELHO, E. B. S.; SILVA, A. G.; LINDNER, S. R. **Violência: definições e tipologias**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.

COLLARES DA SILVA, J.; DE AZAMBUJA MARASCHIN, A.; ANSELMO FUNARI, C.; BILLIG MELLO, E. M.; DA SILVA JUNQUEIRA, S. M. Gênero e Sexualidade na BNCC: uma análise sobre a perspectiva Freireana. **Diversidade e Educação**, v. 8, n. 2, p. 152–176, 2021.

COSTA, A. A. A.; SARDENBERG, C. M. B. **Feminismo, Ciência e Tecnologia**. 8ª Coleção bahianas. Salvador: Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero/NEIM-FFCH/UFBA, 2002.

CURIA, B. G. et al. **Produções científicas brasileiras em psicologia sobre violência contra a mulher por parceiro íntimo**. *Psicologia: Ciência e Profissão*. v.40. p. 1-19, 2020.

DA LUZ, N. S. **Gênero e profissões científicas e tecnológicas no Brasil**. *Cadernos de Gênero e Tecnologia*, v. 5, n. 19/20, p. 29-37, 2009.

DA SILVA, L. C. M.; CARRERA, A. D. M. Em briga de marido e mulher a educação mete a colher: a atuação do profissional de pedagogia no centro de referência de atendimento à mulher em situação de violência. **Revista da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia**, v. 3, n. 1, p. 96-113 2017.

DA SILVA, L. G. M.; FERREIRA, T. J. **O papel da escola e suas demandas sociais**. *Projeção e docência*, v. 5, n. 2, p. 06-23, 2014.

DA PENHA, M. **Sobrevivi.. posso contar**. Armazém da Cultura, 2021.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DE ALBUQUERQUE, K. K. Diálogos de gênero na educação: considerações sobre o projeto Lei Maria da Penha vai às escolas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 2020.

DE MELLO, A. R. **Feminicídio: breves comentários à Lei 13.104/15**. Direito em Movimento, Rio de Janeiro, v. 23, p. 47-100, 2015.

DE NOVAIS, M.; SANTOS, J. A. dos, LABIAK, F. P.; NUNES, A. C. Violência contra a mulher: um diálogo com estudantes do ensino médio. **Revista ELO–Diálogos em Extensão**, v. 9, p. 1-7, 2020.

DE SOUZA DAMASCENO, M.; VALÉRIO, C. L. L; DE MAGALHÃES, E. M. Prática de SD durante o ensino remoto: marcas da violência contra a mulher em contos de Marina Colasanti. **Revista Prática Docente**, v. 6, n. 2, 2021.

DIAS, M. B. A Lei Maria da Penha na justiça. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, p. 15, 2007.

ENGEL, C. L. **A violência contra a mulher**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2020.

FEDERAL, Senado. **Mapa nacional da violência de gênero**. 2023.

FELIPE, J.; GUIZZO, B. S. **O que as crianças têm a dizer sobre relações de gênero: algumas implicações para a pesquisa em educação**. Anais do V Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul. Curitiba: Editora Universitária Champagnat, 2004.

FERREIRA, M. P. **Educação: prevenção da violência contra as mulheres?**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2019.

FICKS, C. A.; WALDMAN, I. D. Genes candidatos para agressão e comportamento anti-social: uma meta-análise de estudos de associação do 5HTTLPR e MAOA-uVNTR. **Genética do comportamento**, v. 44, p. 427-444, 2014.

FIGUEIRÊDO, A. A. F.; QUEIROZ, T. N. **A utilização de rodas de conversa como metodologia que possibilita o diálogo**. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 10, Anais Eletrônicos. Florianópolis. p. 1-10, 2012.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024.

GIRARD, R.; DORAN, R. **Mimese e teoria: ensaios sobre literatura e crítica**. Imprensa da Universidade de Stanford. p. 1953-2005, 2008.

GOMES, G. C. A. **Um estudo sobre a abordagem da violência contra mulheres no ensino de filosofia.** Dissertação de mestrado, Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2023.

GROSZ, D. M. **Representações de gênero no cotidiano de professores e professoras.** Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação. Universidade de Brasília, 2008.

GUEDES, M. F. M. **Programa de prevenção à violência contra a mulher: a rede de educação pública de Natal/RN em questão.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2022.

HAYECK, C. M. Refletindo sobre a violência. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais - RBHCS**, São Leopoldo, ano 1, n. 1, jul. 2009.

JUNIOR, J. B. B. **O aplicativo Kahoot na educação: verificando os conhecimentos dos alunos em tempo real.** In: Livro de atas X Conferência Internacional de Tecnologias de Informação e Comunicação na Educação—Challenges. p. 1587-1602, 2017.

KRUG, E. G, et al. **Relatório mundial sobre violência e saúde.** Geneva: Organização Mundial da Saúde, 2002.

LEITE, J. C. S. *et al.* Cartilha educativa: enfrentamento a violência contra crianças e adolescentes. **Revista Científica de Enfermagem**, v. 11, n. 35, p. 530–539, 2021.

LIBÂNEO, J.C. **Didática.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2013.

LIBÂNEO, J. C. **Tendências pedagógicas na prática escolar: democratização da Escola Pública – a pedagogia crítico-social dos conteúdos.** cap 1. São Paulo: Loyola, 1992.

LIMA, K. S. P. **Capacidades de linguagem mobilizadas no processo de leitura, por alunos do Ensino Fundamental, em textos jornalísticos sobre violência contra a mulher.** Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

LIMA, M. F.; JIMENEZ, S. V. O complexo da educação em Lukács: uma análise à luz das categorias trabalho e reprodução social. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 27, n. 02, p. 73-94, 2011.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** Petrópolis: Vozes, 1997.

MAIA, A. C. B.; RIBEIRO, P. R. M. Educação Sexual: princípios para ação. Doxa. **Revista Paulista de Psicologia e Educação**, v. 15, p. 41-51, 2011.

MARTINS, A. P. O; BISOL, C. A. **Transexualidade na escola: o que já sabemos?.** VIII Congresso Nacional de Educação, 2022.

MATOS, J. C. **Cartaz didático: cadernos de estudos.** Porto: ESE de Paula Frassinetti. n.º4, p. 93-101, 2006.

- MATOSINHOS, I. **A persistência das violências contra a mulher em 2023**. Anuário Brasileiro de Segurança Pública/Fórum Brasileiro de Segurança Pública, p. 134-158, São Paulo: FBSP, 2024.
- MICHAUD, Y. **A violência**. Tradução L. Garcia. São Paulo: Editora Ática, 1989.
- MINAYO, M. C. S. **Violência e saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.
- MINAYO, M. C. S. **A difícil e lenta entrada da violência na agenda do setor saúde**. Cadernos de Saúde Pública, 2003.
- MINAYO, M. C. S. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. Rio de Janeiro: Abrasco. 1992.
- MINAYO, M. C. S.; PINTO, L. W.; SILVA, C. M. F. P. A violência nossa de cada dia, segundo dados da Pesquisa Nacional de Saúde 2019. **Ciência & saúde coletiva**, v. 27, n. 09, p. 3701-3714, 2022.
- MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R. **Violência para todos**. Caderno de Saúde Pública. p.65-78. Rio de Janeiro, 1993.
- MINAYO, M. C. S. **Violência social sob a perspectiva da saúde pública**. Cadernos de saúde pública, v. 10, p. 7-18, 1994.
- MODERNA, R. M. **Conceitos e formas de violência**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2016.
- MORAN, J. M. **Desafios que as tecnologias digitais nos trazem**. Novas tecnologias e mediação pedagógica. Campinas, São Paulo: Papyrus, 21<sup>a</sup> ed. p 30-35, 2013.
- MOTA, C. F. **Modelagem matemática na violência doméstica contra a mulher: uma proposta para o ensino de estatística no ensino médio**. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Estadual de Goiás, 2023.
- NEIVA, D. A. **Letramento literário e os sujeitos da EJA: práticas, eventos e significados atribuídos**. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação. Belo Horizonte, MG, 2010.
- NEVES, T. I.; SANTOS, A. S.; MARIZ, I. A. S. A Violência e o seu Real: Zizek e a Psicanálise. **Revista Subjetividades**, p. 45–54, 2017.
- NUNES, A. P. B. **Maria da Penha vai às escolas: uma análise sobre o ensino da lei de proteção às mulheres à luz da educação em direitos humanos**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal da Paraíba, 2022.
- NUNES, G.; MESSIAS, E. R.; GARCIA, F. G. **Educação: um caminho para a redução da violência de gênero contra a mulher**. Cadernos da FUCAMP, v. 22, n. 55, 2023.
- OBANDO, J. M. **Educação Sexual: O Papel da Escola na Prevenção da Violência Sexual contra as Mulheres**. 2021. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado em Psicologia,

Instituto Ceub de Pesquisa e Desenvolvimento, Centro Universitário de Brasília – Uniceub, Brasília-Df, 2021.

OLIVEIRA, E. M. F. **O papel da sociologia, segundo Émile Durkheim e Max Weber.** *Revista Brasileira de Pós-Graduação em Ciências Sociais*, v. 11, 2013.

OLIVEIRA, C. S.; LOTUFO NETO, F. **Suicídio entre povos indígenas: um panorama estatístico brasileiro.** *Archives of Clinical Psychiatry*, São Paulo, v. 30, p. 4-10, 2003.

OLIVEIRA, K. L. de. **“Marias também têm força”: a emergência do discurso de enfrentamento à violência contra a mulher na rede pública de ensino de Caruaru.** Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de Pernambuco, 2016.

OLIVEIRA, M. P. M. T. Reflexões sobre agressão e violência: da biologia à cultura. *Revista da Sociedade Brasileira de Psicologia Analítica*, 2º sem. v. 41-2, p. 117-126, 2023.

PACHECO, J. **Pai é preso suspeito de estuprar cinco filhas indígenas em Oiapoque, no AP.** Portal G1, Iguatemi, 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2015/11/pai-e-preso-suspeito-de-estuprar-cinco-filhas-indigenas-em-oiapoque-no-ap.html>

PAVIANI, J. **Conceitos e formas de violência.** *Conceitos e formas de violência*, p. 8-20, 2016.

PEREIRA, K. C. **Sexualidade na Adolescência:** trabalhando a Pesquisa-ação com referenciais teórico-metodológicos de Paulo Freire. Dissertação (Mestrado) Ribeirão Preto USP, 2007.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2013.

RAINE, A. Uma perspectiva de neurodesenvolvimento sobre a violência masculina. *Revista de saúde mental infantil*, v. 40, n. 1, p. 84-97, 2019.

RIBEIRO, K. P. **Violência e Poder em Hannah Arendt.** *Cadernos Arendt*, v. 1, n. 1, p. 1–10, 2022.

ROSA, A. B. **Por que a violência contra mulheres indígenas é tão difícil de ser combatida no Brasil.** Relatório: Violência contra os povos indígenas no Brasil - Dados de 2016. Conselho Indigenista Missionário (Cimi), 2016.

SAFFIOTI, H. **Rearticulando gênero e classe social.** In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1992.

SAFFIOTI, H; ALMEIDA, S. S. **Violência de gênero: poder e impotência.** Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SAFFIOTI, H. **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero.** Caderno Pagu, Campinas, n.16, p. 115-136, 2001.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTOS, J. V. T. Microfísica da violência, uma questão social mundial. **Ciência e cultura**, v. 54, n. 1, p. 22-24, 2002.

SANTOS, L. S.; SANTOS, M. E. de M. ; SANTOS, L. de S. Educação como prática social: contradições do complexo educativo na sociedade de classes. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 31, n. 3, p. 130–145, 2023.

SAVIANI, D. Política educacional brasileira: limites e perspectivas. **Revista de Educação Puc-Campinas**, Campinas, n. 24, p. 07-16, 2008.

SAVIANI, D. A Pedagogia Histórico-Crítica, as lutas de classe e a educação escolar. **Germinal: marxismo e educação em debate**, v. 5, n. 2, p. 25–46, 2013.

SCHIENBINGER, L. **O feminismo mudou a ciência?** Tradução de Raul Fiker. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

SCHIRMANN, J. K. *et al.* **Fases de desenvolvimento humano segundo Jean Piaget**. Anais VI Congresso Nacional de Educação. Campina Grande: Realize Editora, 2019.

SCHRAIBER, L. B.; D'OLIVEIRA, A. F. P. L.; COUTO, M. T. **Violência e saúde: contribuições teóricas, metodológicas e éticas de estudos da violência contra a mulher**. Cadernos de saúde pública, v. 25, p. S205-S216, 2009.

SILVA, N E. Direitos humanos e educação em Rousseau: atualidade do pensamento rousseauiano. **Revista de Educação, Linguagem e Literatura da UEG**. Inhumas, v. 4, n.2, p. 26-34, 2012.

SILVA, E. D.; DERING, R. O. O ambiente escolar e o enfrentamento às violências contra as mulheres: o caso do Distrito Federal. Missões: **Revista de Ciências Humanas e Sociais**, v. 9, n. 1, p. 82–98, 2024.

SILVA, L; CARRERA, N. M.; FABIANE, T.; SOUZA, N. M.; KUPPER, A. Mulher na sociedade contemporânea: respeito ou violência? **Revista Terra & Cultura: Cadernos De Ensino E Pesquisa**, v. 17, p. 63-69, 2022.

SILVA, A. F.; FERREIRA, J. H.; VIERA, C. A. **O ensino de Ciências no ensino fundamental e médio: reflexões e perspectivas sobre a educação transformadora**. Revista Exitus, v. 7, n. 2, p. 283-304, 2017.

SILVA, L. M. M.; SANTOS, S. P. **Sexualidade e Formação Docente**: Representações de futuros professores/as de Ciências e Biologia. VII Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências. Campinas, 2011.

SIQUEIRA, I.; POWACZUK, A. C. A resignificação do teatro e a formação do professor brincante: a ludicidade e a brincadeira em questão. **Revista Online de Filosofia**, v. 16, n. 32, p. 75–81, 2024.

SOUSA, M. A. A biologia como ciência responsável pelo racismo estrutural: aspectos históricos, científicos e político-filosóficos. **Revista de Ciências Humanas e Sociais Missões**, v. 8, n. 2, p. 25–37, 2024.

SOUZA, M. L. R. **Violência**: clínica psicanalítica. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

SOUZA, C. *et al.* Violência contra mulheres lésbicas/bissexuais e vulnerabilidade em saúde: revisão da literatura. **Rev Psic., Saúde & Doenças**, Lisboa, v. 22, n. 2, p. 437-453, 2021.

STOER, S. R. **A genética cultural da reprodução**. Educação, Sociedade & Culturas, n. 26, p. 85-90. 2008.

VYGOTSKY, L. S. Imaginação e criatividade no adolescente. **Rev.Soviet Psychology**, v. 29, n. 1, p. 73-88, 1991.

ZANOTELLI, S. E.; MOMOLI, A. C.; GODOY, C. D. O.; ALMEIDA, G.; SCHMIDEL, N. P.; ARPINI, V.; LINDO, P. V. D. F. **Violência contra a mulher: um debate necessário com estudantes do ensino médio**. II Seminário Institucional PIBID - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2017

ZIZEK, Slavoj. **Violência**. Lisboa: Relógio D'água, 2009.